



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

*TÁTICAS, DISCURSOS E DISPUTAS NO FAZER COTIDIANO: CORPOS DISSIDENTES*  
*DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB (1975-*  
*1983)*

**BRUNO SILVA DE OLIVEIRA**

**SÃO CRISTÓVÃO**  
**SERGIPE – BRASIL**  
**2023**

BRUNO SILVA DE OLIVEIRA

*TÁTICAS, DISCURSOS E DISPUTAS NO FAZER COTIDIANO: CORPOS DISSIDENTES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB (1975-  
1983)*

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção título de Mestre em História, na Área de Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Edna Maria Matos Antonio

Co-orientador: Prof. Dr. Jean Tiago Baptista

Aprovado em 27 de fevereiro de 2023.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Edna Maria Matos Antonio  
(UFS)

---

Prof. Dr. Jean Tiago Baptista  
(UFG)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Celia Costa Cardoso  
(UFS)

---

Prof. Dr. Elias Ferreira Veras  
(UFAL)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

O48t Oliveira, Bruno Silva de  
Táticas, discursos e disputas no fazer cotidiano : corpos  
dissidentes de gênero e sexualidade na cidade de Campina  
Grande-PB (1975-1983) / Bruno Silva de Oliveira ; orientadora  
Edna Maria Matos Antonio. – São Cristóvão, SE, 2023.  
168 f.

Dissertação (mestrado em História)– Universidade Federal de  
Sergipe, 2023.

1. História social. 2. Identidade de gênero. 3.  
Homossexualidade – Campina Grande (PB). 4. Grupos sociais. 5.  
Violência contra homossexuais. I. Antonio, Edna Maria Matos,  
orient. II. Título.

CDU 94:305-055.32(813.3)

## **AGRADECIMENTOS**

Em um acontecimento recente, a conclusão de minha monografia no curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, comecei este texto agradecendo a mim mesmo por entender que, apesar de todo o apoio recebido, naquele momento, o meu esforço pessoal seria a primeira razão do trabalho existir. Agora, em um novo contexto, como novos desafios e limitações, o esforço pessoal, mesmo que ainda muito importante, foi incapaz de se permanecer enquanto motor primeiro para a realização desta dissertação.

Não teria conseguido finalizar o curso de mestrado em História, nesta Universidade Federal de Sergipe – UFS, sem o apoio de Bruna Gabriella Santiago Silva, Elísia Gomes da Silva, Jessicalen Conceição de Oliveira, Yochan Beck, Maya de Queiroz Bonifácio e Thallita Martins Santos por me receberem em suas casas sempre que precisei ter acesso à internet para me matricular em seleções de mestrado, participar das etapas, assistir aulas e realizar pesquisas. Essa jornada só foi possível graças a vocês. Meus agradecimentos a Manuela Aguiar Damiano de Araújo, minha co-orientadora na graduação, a qual me socorreu sempre que recorri a ela em busca de sugestões e dicas de leituras. Um agradecimento especial a Tayana Alvez, um apoio fundamental para que fosse possível a realização desta pesquisa neste programa de pós-graduação. Não posso deixar de agradecer a Paulo Roberto Souto Maior Júnior, esteve em minha banca de apresentação da monografia, cedeu acesso a seus livros e é o principal responsável pelo qual foi possível fazer uso de entrevistas nesta pesquisa.

Gostaria de agradecer, também, a minha orientadora Edna Maria Matos Antônio e aos examinadores Celia Costa Cardos e Elias Ferreira Veras por dedicarem tempo, paciência e contribuírem com a construção e finalização deste trabalho. Esses agradecimentos não podem ter um fim sem que o nome de Jean Baptista seja lembrado. Apesar de não nos conhecermos pessoalmente, de prontidão aceitou contribuir com este estudo, assumindo a posição de co-orientador. Seus apontamentos foram fundamentais e muito me alegrou ter aceito o convite para fazer parte desse desafio.

## RESUMO

Muitas são as histórias que versam sobre o que hoje compreendemos como comunidade LGBTQ+ no Brasil, com suas aproximações e especificidades. Esta pesquisa conta e analisa diversas histórias, narrativas sobre formas de violências e resistências no fazer cotidiano de pessoas com suas orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes. A pesquisa também se debruça em análises sobre as ressignificações de espaços públicos na cidade de Campina Grande – PB, bem como o fazer de novos espaços de sociabilidade de frequência de homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais. A pesquisa faz uso de fontes jornalísticas, o jornal Diário da Borborema, fundado nesta cidade em 1957, e da história oral, entrevistas realizadas com homens homossexuais cisgêneros que viveram nesta cidade entre as décadas de 1970 e 1980. Para a articulação de nossas discussões se fez necessário o estudo de várias obras que tratam desses corpos em contexto de ditadura, bem como produções sobre o regime ditatorial a fim de compreendê-lo juntamente com o modo como essas pessoas, com suas sexualidades consideradas desviantes, encontravam-se na mira dos aparatos de vigilância e repressão do Estado em estreito diálogo com populares, os quais corroboravam com tais ações. Contribuir com tais discussões nos permite trazer novos apontamentos sobre a temática, além de descentralizar tais produções ao privilegiar nossas investigações numa cidade localizada no interior da Paraíba.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campina Grande; memória; LGBTQ+; ditadura; imprensa.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 06
CAPÍTULO I: VIOLÊNCIA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA – ESPAÇOS E DISCURSOS EM DISPUTA.....	p. 29
1.1 Ditaduras, anticomunismo, comunismo e homossexualidades .....	p. 35
1.2 Ações policiais, de civis e revoltas de desviantes.....	p. 47
1.3 Lésbicas e homossexuais: articulações entre repressão e resistência.....	p. 66
CAPÍTULO II: CENÁRIOS E CRIMES – HOMOSSEXUAIS E TRAVESTIS ASSASSINADOS .....	p. 76
2.1 Emanuel Dias Fernandes – “abatido com um tiro no coração” .....	p. 78
2.2 Nenê – “encontrado com um tiro de revólver na testa” .....	p. 84
2.3 Vânia – “vítima de atentado a faca” .....	p. 99
2.4 Grecht – “morreu afogado em um açude” .....	p. 105
CAPÍTULO III: IRROMPENDO O COTIDIANO – SOCIABILIDADES DE TRAVESTIS, HOMOSSEXUAIS, LÉSBICAS E BISSEXUAIS .....	p. 111
3.1 Travestis e homossexuais estão por aí com as unhas de fora .....	p. 112
3.2 No carnaval colocam-se as máscaras e reforçam-se as fronteiras.....	p. 129
3.3 Movimentações de criação e (re)apropriação de espaços de sociabilidade.....	p. 138
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	p. 152
REFERÊNCIAS.....	p. 157
ANEXO.....	p. 168

## INTRODUÇÃO

Longo tem sido o percurso para a realização desta pesquisa, que aqui é apresentada em partes e de modo inconcluso, pois, trata-se de um projeto que inicialmente se pretendia ir mais longe. Percurso que não se limita ao processo de buscar as fontes, analisá-las e escrever o que segue nestas páginas, mas que está intrinsecamente ligado ao lugar social de quem escreve.

Falar sobre a comunidade LGBT+<sup>1</sup> no Brasil, independentemente de recortes mais específicos, é ter em perspectiva diversas formas de violência que atingem esses corpos. Não só isso, é ver, também, as diversas formas em que essas pessoas têm resistido, tem se oposto a normas que se pretendem hegemônicas, seja de forma individual, seja através de grupos. A homofobia<sup>2</sup> é uma violência que conhecemos intimamente, que a sentimos bem e que lutamos contra ela diariamente nos mais diversos espaços, seja em casa, na rua ou na sala de aula. O que conhecemos bem, também, são nossas articulações que visam profundas mudanças sociais que não se limitam à conquista de direitos, mudanças que tragam reparações sociais ao articular gênero, sexualidade, raça e classe. Assim, os esforços são empregados em ações nos mais variados espaços.

A universidade, meio em que também estamos inseridos, se faz presente nessa gama de lugares nos quais nos mobilizamos, aqui sobretudo através da produção de pesquisas científicas. O saber é um lugar de disputa. A produção de conhecimento também é um espaço de poder e que constantemente se atualiza, se reinventa, a partir de novas demandas sociais, novas problematizações. Assim, o fazer no meio acadêmico é tão necessário quanto as atuações nas ruas, pois, este meio não está isento de reproduzir violências, seja através de corroborações que estigmatizam determinados grupos sociais, seja através de silenciamentos. O debate teórico desenvolvido nesses ambientes encontra-se em total diálogo com o meio social e suas questões. É no seio dessas disputas que essa pesquisa surge com os seguintes objetivos: a) Revisitar produções historiográficas a fim de compreender sobre que Brasil elas discorrem ao abordarem as homossexualidades fazendo um contraponto com nossa pesquisa ao abordar uma região interiorana que ainda é lacuna neste campo de estudos; b) Discutir formas de repressões

---

<sup>1</sup> LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e mais), sigla utilizada a uma comunidade ou movimento. Comumente em discussão, existem várias outras siglas para referir-se a esses (as) sujeitos (as), sendo LGBT a mais difundida e utilizada enquanto categoria jurídica no Brasil.

<sup>2</sup> Termo jurídico utilizado para se referir-se à violência de que é alvo a comunidade LGBT+. Comumente em discussão, também se usa o termo LGBTfobia, respaldado pela criminalização em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal.

institucionalizadas sofridas por pessoas com gênero e sexualidades dissidentes e formas de resistências praticadas por eles (as); c) Analisar a relação entre homossexualidades, uso de espaços públicos e criminalidade presentes em matérias do jornal e as declarações dos depoentes sobre; d) Identificar e mapear os espaços, públicos e comerciais, utilizados para sociabilidade das homossexualidades.

Diante disso o desejo de se debruçar sobre a referida comunidade no Brasil iniciou-se ainda na graduação, realizada na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, entre 2015 e 2020, quando alguns infelizes acontecimentos corroboraram para tal. Um deles foi a associação do cantor e compositor Cazuza (1958-1990) ao “pioneirismo da aids” por ter convivido com esta, além de ser colocado enquanto depravado por um aluno e o professor, que ministrava a disciplina naquele período, de História do Brasil IV. Apesar da participação do Movimento Homossexual Brasileiro não só na luta contra as violências de que era alvo como, também, em união junto a operários em oposição ao regime ditatorial, momento histórico abordado na disciplina, sequer foi citado cabendo a Cazuza, mencionado através de uma apresentação de trabalho, ser colocado desta forma pelos referidos. Vale destacar que, Movimento Homossexual Brasileiro, o MHB, era assim chamado o movimento de gays cis e lésbicas, majoritariamente, formado, a partir do que se convencionou, em fins da década de 1970 quando do surgimento do jornal alternativo Lampião da Esquina e do Grupos Somos, “declinando” ainda na década de 1980 em meio a epidemia do HIV/aids.

O outro ocorrido exemplifica como o meio social afeta diretamente todo e qualquer espaço, sendo ele meio de produção nos moldes acadêmicos, seja além dos muros das universidades. O cenário eleitoral de 2018 para a presidência da República veio acompanhado de discursos institucionalizados e chancelados não só pelas nossas instituições governamentais como, também, pela sociedade civil. Nesse cenário as violências contra a comunidade LGBTQ+ encontram respaldo o que acentua as formas de como serão orquestradas colocando, em xeque, conquistas alcançadas através de lutas e realizando a manutenção de concepções que são passadas através do tempo. A barbárie das condenações de morte que perpassam nossa sociedade desde o período da ditadura civil-militar, se mantém até o tempo presente resultando em elevados índices de morte de pessoas com suas sexualidades dissidentes, ou seja, sexualidades que não se enquadram dentro de normas socialmente construídas em defesa da heterossexualidade, Brasil sendo o país que mais nos mata.

Através de mobilização estudantil frente sobre aquele contexto político e diante da necessidade de criar espaços o Centro Acadêmico de História João Pedro Teixeira (UFCG), na gestão *Liberdade é não ter medo*, organizou a *Semana LGBTQI+ e falas da diversidade*, evento que ocorreu entre os dias 18 e 22 de março de 2019. A atividade, sob liderança do autor desta dissertação, foi a primeira a ser realizada naquela instituição, cujo objetivo central era discutir questões pertinentes à referida comunidade por meio de pesquisas que vinham sendo desenvolvidas entre os (as) alunos (as) daquela e de outras instituições.

No dia 17 de maio de 2019 foi realizada uma outra atividade dentro da referida universidade, o evento *Ocupando e Resistindo*. A atividade tinha como pauta denunciar as violências sofridas pela comunidade LGBT+, expressando-se por meio de apresentações artísticas e falas de alunos e professores orientadas pela palavra de ordem *Parem de nos matar!*. Quando ao anoitecer os (as) presentes foram surpreendidos (as) quando seguranças de empresa terceirizada, contratados (as) para assegurar a integridade do patrimônio, se mobilizaram diante do espaço em que ocorria o evento portando armas de fogo de grosso calibre. As luzes do local foram apagadas, forma de impossibilitar possíveis registros das agressões, ocasião em que ocorreram abordagens truculentas, alunos (as) vindo a serem agredidos (as) verbal e fisicamente enquanto os agentes proferiam frases de caráter homofóbico.

A violência ocorrida naquele dia não pareceu ser suficiente para que instâncias da instituição tomassem medidas cabíveis. Foi com a mobilização de estudantes, se fazendo presente em várias reuniões do departamento de História, com a direção do Centro de Humanidades, Reitoria e Prefeitura do campus, que conseguiram abrir um processo interno para que o caso fosse apurado. Contudo, o descaso com o ocorrido refletiu no decorrer deste, hoje estando “perdido”, pois, ao questionar sobre a resposta que ouvimos é que fora finalizado, mas não se sabe o que dele resultou. Vale ressaltar que em uma das reuniões realizadas o então prefeito do campus justificou a ação dos agentes terceirizados alegando “haver consumo de bebidas alcoólicas no interior desta”.

A forte repressão institucionalizada contra diversos grupos sociais marginalizados, na contemporaneidade brasileira, realça a importância de análises que recuem ao passado a fim de investigar, através do tempo e espaço, como elas ocorrem. Tal movimento nos permite compreender suas formas de manutenção para perpetuação, movimentos contrários e diversos outros aspectos que nos possibilitem esmiuçar como estão estes (as) sujeitos (as) em meio à complexidade das relações sociais perpetradas diariamente. Investigar grupos que compõem o

que atualmente compreendemos como comunidade LGBTQ+, sobretudo na temporalidade de forte repressão que se deu após o golpe de 1964, é contribuir para a historiografia do período no sentido de trazê-la para o rol de produções que versam sobre o período.

Com isso, objetivamos mostrar que eles (as) estavam presentes com suas práticas de contestação e que, somado ao fato de não se enquadrarem em normas sociais que se pretendem hegemônicas, também eram alvo da política em defesa da moral e dos bons costumes estabelecida pelo Estado. Tal discussão é um meio de acertar as contas com uma história mal contada (PASSAMANI, 2010). Discutir as formas de repressão institucionalizada é um meio de evidenciar suas ações contra esses sujeitos (as) em razão de seus gêneros e sexualidades dissidentes. Tais práticas de repressão se ancoravam em discursos que defendiam uma moral e bons costumes e que foram reafirmados com o regime ditatorial em vigência no período. Opondo-se a elas, homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais, bem como outros (as) sujeitos (as) e setores da cidade, estavam burlando normas e resignificando espaços num fazer cotidiano em disputa na cidade de Campina Grande – PB, conforme analisamos ao longo da pesquisa.

Vale ressaltar que esse acerto de contas vem sendo feito através de diversos trabalhos que tem se debruçado sobre esses corpos no período ditatorial. Observamos a prevalência de produções que versam e corroboram com marcos, além de enfatizar a presença e participação de sujeitos (as) em detrimento de outros (as), como é o caso do jornal da imprensa alternativa *Lampião da Esquina* e do grupo *SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual*, ambos fundados em 1978. Esses dois marcos que norteiam vasta produção acadêmica para delimitar o surgimento e a decadência do Movimento Homossexual Brasileiro, são explorados em demasia em estudos que privilegiam o eixo Rio-São Paulo.

Contamos com uma importante referência bibliográfica levantadas através de sérias investigações e que tiveram como ponto de partida o referido eixo. Vale ressaltar que os estudos não se esgotam nos aqui mencionados, contudo, esta pesquisa precisa ter um fim o que leva à necessidade de, ao selecionar nossas referências, deixar de fora, tantas outras. Além disso, o material aqui utilizado atendeu aos nossos objetivos. De forma breve destacamos, entre 1978 e 1985, Edward MacRae o qual se debruçou em uma pesquisa antropológica onde vivenciou o grupo *Somos*, se fazendo presente em reuniões/atividades a fim de investigar esse movimento que assumia uma forma de organização política de afirmação de uma identidade que se construía e “saía do armário”. Não apenas isso, a pesquisa que viria a ser publicada com o título de *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*

(2018), se preocupou em compreender como essa construção ocorria, onde e de que forma, assim, o jornal *Lampião da Esquina* também se fez presente em suas análises. Atentando-se para uma série de questões, Edward MacRae constrói sua narrativa localizada nesse momento entre as referidas décadas em que um grupo se constituía enquanto tal e, com ele, o desenvolvimento de práticas, ou uma maior visibilidade destas, irrompem na cena pública em meio a uma frágil “abertura política”.

A década de 1980 contou com a exaustiva pesquisa de João Silvério Trevisan que, em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2018), apresenta uma série de levantamentos que tratam desde a prática da sodomia, no período colonial (XVI-XIX), até discussões contemporâneas. Gostaríamos de destacar que, além de situar o momento já tratado por Edward MacRae, a organização e mobilização do então movimento homossexual em fins da década de 1970 e a centralidade de suas discussões no já citado eixo, o autor faz um movimento de sistematizar uma narrativa que parte da sodomia, seguindo mudanças de deslocamento de poderes que irão se debruçar sobre os corpos, assim, adentra ao momento em que áreas da saúde se voltam para as homossexualidades, ainda no século XIX. Nesse deslocamento João Silvério Trevisan enxerga e articula como essas áreas irão dialogar com instituições policiais visando ações corretivas e de cura.

É na primeira metade da década de 1990 que o historiador James N. Green desenvolve sua pesquisa a qual viria a ser publicada, no final desta década, com o título de *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2019). A partir de análises minuciosas de inúmeras fontes, o autor submerge no cotidiano de sujeitos (as) em meio a diversos espaços públicos em São Paulo e Rio de Janeiro da *belle époque*. Esse submergir traz elementos presentes em outras produções desenvolvidas anteriormente, a saber as sociabilidades destes (as) e as articulações entre saberes médicos e instituições, tais quais a policial.

Apesar dessa vasta produção, existem tantas outras que se debruçam sobre esses (as) sujeitos (as) com suas sexualidades dissidentes em outras regiões e temporalidades no Brasil. A pesquisadora Rita Colaço, ao investigar dentro do recorte dos anos 1950 na cidade de Belo Horizonte, identifica a tentativa de organização chamada de *Libertados do Amor*, a iniciativa surgindo a partir daqueles (as) que frequentavam uma praça naquela cidade (COLAÇO, 2015, p. 51). Naquela mesma cidade, em 1965, o pesquisador Luiz Morando discorre sobre “plano de moralização da cidade”, o qual teria sido noticiado no jornal *Diário de Minas*, e que consistia

na prisão daqueles (as) que fossem pegos (as) usando roupas/acessórios que não fossem condizentes com o sexo que lhe foi atribuído quando ao nascimento. Além disso, as ações policiais também visavam o fechamento de estabelecimentos comerciais, tais quais os bares, que também atendiam homossexuais (COLAÇO, 2015, p. 49).

A historiadora Lauri Collins também tem contribuído com essa descentralização das territorialidades, de que são alvos estes estudos, ao investigar sobre o que denomina de Movimento LGBTQI+ na cidade de Porto Velho, Rondônia. A pesquisadora periodiza, seguindo um modelo didático que divide a organização do movimento homossexual no Brasil em três ondas<sup>3</sup>, a organização em três fases, a partir de uma nova periodização, centralizando naquela região. A primeira fase teria ocorrido entre 1980-2001, correspondendo ao período da epidemia da aids, com as primeiras mobilizações, o movimento vindo a ser chamado de Camaleão. A segunda fase seguindo entre 2002-2008, momento em que surgiriam organizações não governamentais, a exemplo do Grupo Tucuxi e a institucionalização do movimento. A terceira fase, 2009-2019, com a criação do grupo Porto Velho (2009)<sup>4</sup>.

Além de deslocar os olhares para outras regiões é igualmente importante que olhemos para outros (as) sujeitos (as) que também compõem a história da comunidade LGBTQ+ no Brasil. Uma das lacunas deste trabalho diz respeito a pessoas bissexuais<sup>5</sup>, as quais aqui aparecem de forma breve enquanto uma suposição diante de comportamentos narrados pelos nossos depoentes, o que veremos no último capítulo desta pesquisa. Diante disso, se faz importante mencionarmos a existência do primeiro trabalho de pós-graduação que trata sobre a bissexualidade. Desenvolvida na área da Sociologia, na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, Valdeci Gonçalves da Silva trouxe, em 1999, os resultados de seu estudo com o título de *Faca de dois gumes: percepções da bissexualidade masculina em João Pessoa*.

---

<sup>3</sup> Explica que, através de produções anteriores, a organização do então movimento homossexual brasileiro foi dividido em ondas pelos (as) estudiosos (as), sendo, “[...] “primeira onda”, no período que corresponde ao final do regime militar, a chamada “abertura política”, de 1978 em diante, quando florescem os primeiros grupos articulando homens e mulheres homossexuais [...] “segunda onda”, durante a redemocratização dos anos 1980 e a mobilização em torno da Assembleia Constituinte, que coincide com a eclosão da epidemia do HIV-Aids [...] “terceira onda”, a partir de meados dos anos 1990, em que a parceria com o Estado, gestada no período anterior, se consolida e dá impulso à multiplicação de grupos ativistas...” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 14).

<sup>4</sup> COLLINS, Lauri. O movimento LGBTQI+ em Rondônia, 04 de jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WJ0C1uYuND0>> Acesso em 04 de outubro de 2021.

<sup>5</sup> Bissexualidade é o termo para se referir à orientação sexual de alguém que se atrai afetivo -sexualmente por pessoas de qualquer gênero (JESUS, 2012, p. 26). As relações não necessitam de serem simultâneas, com a mesma frequência e intensidade para validar a bissexualidade do (a) sujeito (a). Bissexuais aparecem de forma limitada, em nossa pesquisa, em decorrência da não menção em nossas fontes e nas referências bibliográficas que situem os (as) sujeitos (as), na cidade de Campina Grande – PB, dentre o que localizamos e utilizamos.

Por meio de entrevistas realizadas com 14 sujeitos masculinos, os quais ele classifica como bissexuais michês e bissexuais não-michês<sup>6</sup>, Valdeci Gonçalves da Silva discorre sobre as percepções da construção social, do que considera bissexualidade, e as estratégias utilizadas por eles para atuarem na clandestinidade. Apesar de seus esforços o autor aparenta uma confusão acerca do que considera bissexualidade; tenta enquadrar sujeitos que não se consideram bissexuais nesta categoria; não leva em consideração que as relações ocorridas entre corpos de diferentes gêneros pode ter como único elemento a necessidade financeira e não, necessariamente, o desejo/atração afetiva/sexual, além disso parece estabelecer uma hierarquia entre qual forma de se relacionar seria “mais bissexual” e qual seria “mais homossexual”.

Temos, também, as contribuições de Jovanna Baby Cardoso da Silva, em sua obra *Bajubá Odara – resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil* (2021), discorre, a partir de suas memórias enquanto inserida e atuante naquele cenário, sobre os primeiros passos da organização política de travestis. Foi na capital do estado de Espírito Santo, Vitória, que, em fevereiro de 1979, diante da forte repressão policial prostitutas e travestis formaram a *Associação Damas da Noite*, após reunião realizada na Escadaria Maria Ortiz, tendo sido convocada por Bianca, “mulher prostituta e portadora de deficiência” (SILVA, 2021, p. 19).

No que se refere aos estudos que versam sobre esses (as) sujeitos (as) em contexto de ditadura se faz imprescindível a coletânea organizada por Renan Quinalha e James N. Green, *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (2015). Apesar de seu conteúdo se limitar ao eixo Rio-São Paulo, com raras exceções, a exemplo do texto do pesquisador Luiz Morando, o qual situa Belo Horizonte, é inegável sua contribuição no desenvolver de estudos sobre estes corpos nesse contexto. O material faz uso do termo *homossexualidades*, o qual utilizamos quando não mencionando casos e/ou indivíduos específicos. Corroborarmos com a explicação, presente na apresentação da coletânea, ao justificar que seu uso evita que caiamos no anacronismo e pela concepção de homossexualidade à época também incluir travestis.

Se faz importante destacar a primeira coletânea organizada que versa sobre LGBT's no Estado da Paraíba. Organizada por Silvana Nascimento e Mónica Franch, *Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba* (2018), reúne uma série de investigações que

---

<sup>6</sup> Termo utilizado para se referir ao sujeito masculino que realiza a prática do sexo em troca de algo, sobretudo dinheiro.

localizam diversas regiões além da capital, João Pessoa e a cidade de Campina Grande. Os estudos nos permitem localizar estes (as) em suas respectivas cidades e, assim, compreender quais suas particularidades e de que formas se articulam na formação de grupos em defesa da diversidade de gênero e sexualidade. Nos permitem, também, analisar sua atuação na fomentação de espaços de sociabilidade que, como veremos ao longo desta pesquisa, têm significativa relevância no fazer cotidiano que burla normas socialmente construídas.

No que se refere a estudos que situem homossexuais, lésbicas, travestis e/ou bissexuais desenvolvidos na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Universidade Estadual da Paraíba – UEPB<sup>7</sup>, Campus Campina Grande, ainda são poucos, seja na historiografia local ou a nível nacional. Em levantamento realizado no repositório *on-line* das produções de conclusão de curso da graduação em Licenciatura Plena em História da segunda instituição citada, contabilizamos 191 trabalhos produzidos entre 2009 e 2021 divididos em categorias de Historiografia, Ensino de História e História. Até o mês de abril, de 2022, período de realização do levantamento, 05 trabalhos foram localizados, são eles: *Profissão sim, condição não: um discurso do Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba sobre a homossexualidade*, de William Dias Silva (2011); *As travestis e suas experiências no mercado de trabalho formal e informal em Campina Grande – PB (2000-2010)*, de Ednaldo da Costa Braz (2012); *A criminalização da homossexualidade na África frente ao caráter universal do direito humano à livre orientação sexual: o papel do direito internacional no combate à homofobia governamental*, de Rafael Carvalho Nóbrega (2014); *O jornal da Paraíba e suas travestis: os estereótipos de ser travesti (1990)*, de Kaline Leandra Barbosa da Silva (2017) e *“As gay, as bi, as trans e as sapatão estão todas organizadas para fazer revolução”*: uma revisão bibliográfica da emergência do movimento LGBT no Brasil (1980-2000), de Luiz Gervázio Lopes Junior (2020).

A mesma consulta foi realizada entre os trabalhos de conclusão de graduação e mestrado em História da Universidade Federal de Campina Grande disponíveis em plataforma *on-line* da biblioteca daquela instituição. No site Sistemoteca – Sistema de Bibliotecas da UFCG, repositório de produções acadêmicas de graduação e pós, entre o período de 2011-2021 estão disponíveis 214 publicações. Localizamos alguns trabalhos que abordam estes (as) sujeitos (as), são eles: *“Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma”*: os casos transgêneros nas tirinhas de Laerte Coutinho, de Laís Medeiros Cavalcante (2014), o

---

<sup>7</sup> A Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus Campina Grande, não possui programa de pós-graduação em História, o que direcionou nossa busca ao que foi produzido na graduação.

primeiro trabalho a discutir identidade de gênero e orientação sexual produzido no referido programa, seu estudo aborda transgêneros nas tirinhas de Laerte Coutinho, no período entre 2009-2013; *“O amor ainda está aqui”*: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidades em Campina Grande – PB, Ciro Linhares de Azevedo (2015), onde discutiu narrativas de sexualidades através das protagonistas Valquíria Montini e Maria de Calú, uma travesti e uma lésbica respectivamente, esta segunda fundando um bar de mesmo nome (1985), primeiro em seu segmento voltado para o público LGBT; *Estética da existência e sexualidade operária: discursos LGBTTTs no chão de fábrica em Campina Grande – PB (2009-2016)*, de João Diogo Trindade Araújo (2018), este discutindo sobre experiências de homens gays no interior de uma fábrica de calçados; *A trajetória de João W. Nery e a transexualidade no Brasil nas décadas de 1970 e 1980* (2020), de Rafaela Costa Azevedo, este vindo a compor o seleto rol de trabalhos produzidos por historiadores (as), desta cidade, que se debruçaram sobre pessoas trans e *Vai ter Chanacomchana, sim! Construção de um grupo lésbico feminista em São Paulo na década de 1980* (2021), de Jaíne Chianca da Silva, o primeiro, dentre os acima citados e nesta cidade produzidos, cujo alvo de estudo foram mulheres lésbicas<sup>8</sup>. Além desses encontramos menções na monografia *AeC e Orbitall: trabalho e precarização dos atendentes de call center em Campina Grande (2020-2021)*, de Gabriel de Araújo Souto (2021), que, diferente do trabalho de João Diogo Trindade Araújo que discorre sobre sociabilidade, flertes e produção de sentidos, este faz uma análise, através das contribuições de Karl Marx e Friederich Engels, localizando grupos socialmente marginalizados, entre eles a comunidade LGBT+, dentro das relações de trabalho num sistema exploratório e precário capitalista.

Sendo assim, enquanto residentes da cidade de Campina Grande – PB, nos colocamos aqui para discorrer sobre corpos que se expressavam de diversas formas em meio ao

---

<sup>8</sup> Nos interessou localizar produções acadêmicas a nível de graduação e pós-graduação, desenvolvidas nas universidades públicas desta cidade, como parte de nossa metodologia, discorrer sobre pessoas com suas dissidências de gênero e sexo na cidade de Campina Grande – PB com fontes aqui produzidas, bem como trabalhos acadêmicos. Contudo, compreendemos que é possível que esta cidade tenha sido alvo de estudos realizados em universidades localizadas em outras regiões, assim, realizamos uma breve investigação em repositórios on-line. Não foram localizados trabalhos sobre tais sujeitos (as), nesta cidade, dentre as produções, na área de História, nos repositórios das instituições Universidade Federal de Sergipe – UFS (estão disponíveis 359 trabalhos nos níveis de monografia e dissertação produzidos entre 2010-2022); Universidade Federal da Paraíba – UFPB (estão disponíveis 244 trabalhos nos níveis de monografia e dissertação produzidos entre 2007-2021); Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (estão disponíveis 576 trabalhos nos níveis de monografia, dissertação e tese produzidos entre 1993-2022). Apesar de não localizarmos tais trabalhos é possível que haja alguma menção à essas pessoas, a exemplo da dissertação *Imagens da doença, políticas da notícia: cenários e representações da aids na imprensa paraibana (1980)*, de Fernando Domingos de Aguiar Júnior, desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba.

silenciamento institucional que lhes era imposto. Ao falar sobre homossexuais, travestis, lésbicas e homossexuais, sobretudo de classes menos favorecidas e de bairros populares, buscaremos compreender quem são e como estavam inseridos nesta cidade; quais espaços frequentavam e em que condições e os diversos conflitos entre si, agentes policiais, mídia jornalística e parte da sociedade civil nos anos de 1975 e 1983, eixos fundamentais e que norteiam todas as nossas discussões que se seguem.

Foi no ano de 1697 que o aldeamento, o qual viria a se constituir na cidade como a conhecemos hoje, surgiu e passou a figurar nos mapas, pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, o qual “desbravava” os sertões nordestino e aqui chegou acompanhado de povos indígenas ariús. Em 1790 Campina Grande é elevada à condição de vila. Oito anos após a mudança de status, agora enquanto vila, sua população era de 3004 habitantes. Também conhecida como Rainha da Borborema, nome tomado de empréstimo do planalto em que se localiza, o Planalto da Borborema, está a 120km, em média, de distância da cidade capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. Localizada em região interiorana, Campina Grande começa a ser vista, pelos letrados locais em fins da década de 1950, como uma cidade que ganhava a cada dia mais importância e prosperava, isso diante da mudança na economia que passava de comercial para a industrial, o algodão sendo grande responsável pelo desenvolvimento econômico desde final do século XIX (ALMEIDA, 1978). Com esforços discursivos para se construir uma imagem positiva será colocada enquanto *a cidade líder do nordeste brasileiro*, tentativa de desvinculá-la de um ideário do Nordeste enquanto avesso do desenvolvimento (AGRA DO Ó, 2006, p. 17; 26; 27). Essas mudanças contribuíram com o crescimento populacional que passou de 126.319, em 1940, para 207.445 habitantes, em 1960. Em termos de comparação, a população da cidade de Campina Grande, em 1960, era maior do que a da capital do Estado, João Pessoa, que continha 155.117, o que muda em 1970 quando a capital passa a ter 221.546 e Campina Grande, 195.974 (FERNANDES, 2011, p. 34; 50).

Cabe-nos perguntar: Quem está construindo a história da comunidade LGBT+ no Brasil? A classe responsável pela criação e circulação do *Lampião da Esquina* é a mesma que podia frequentar boates gays e espetáculos de travestis na grande São Paulo. Como estavam, então, aqueles (as) que não compunham a classe média, nem viviam no eixo Sul-Sudeste do Brasil? Será que estes (as) que viviam nas regiões periféricas experienciavam o crescimento de espaços de sociabilidade, sobretudo comerciais, onde pudessem estar? Se sim, que espaços eram esses?

Esses e outros questionamentos nos colocam diante do forte avanço de discursos conservadores que condenam os gêneros e sexualidades que não se enquadram em um modelo *heterossexista* e impõe uma organização desses corpos a qual devem seguir o homem e a mulher. Daniel Welzer-Lang explica que o entendimento de uma superioridade da heterossexualidade, por meio de sua promoção pelas instituições e/ou sujeitos (as) colocaria em subordinação toda e qualquer dissidência que não se enquandre nesta. Desse modo, “[...] estamos claramente em presença de um modelo político de gestão dos corpos e desejos” (WELZER-LANG, 2001, p. 468). A sociedade centrada no heterossexismo delimita r ia fronteiras definindo papéis que devem seguir os homens e mulheres cisgêneros<sup>9</sup>. Apesar de compreendermos que se tratam de papéis socialmente construídos, o heterossexismo assenta sua política numa matriz biológica, uma determinação natural e que não se limitaria ao controle da sexualidade, conforme analisa Nogueira (2018). O autor pontua que, juntamente a isto, tem-se o ordenamento do conjunto das relações sociais de ordem patriarcal e binária (NOGUEIRA, 2018, p. 37).

Essas organizações sociais com base no heterossexismo produzem corpos abjetos. Não apreendidos socialmente enquanto igualmente importantes de existirem e serem vividos, viveriam nas regiões sombrias da ontologia, ou seja, não seriam apreendidos enquanto seres sociais, explica a filósofa Judith Butler (2002), em entrevista cedida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer. A abjeção dos corpos não estaria restrita a dissidência sexual, tal compreensão abarcaria “[...] corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (apud BUTLER, 2002, p. 161). Sua abjeção não significa sua completa exclusão, para que seja considerado enquanto tal é necessária sua construção, uma produção do abjeto. Apesar da filósofa compreender que a existência destes corpos em meios discursivos se daria de forma inquestionada, indistinta e sem conteúdo (apud BUTLER, 2002, p. 162), no que tange a pessoas com suas dissidências de gênero e sexual, suas vidas são distinguidas, seus corpos são questionados e postos à luz do julgamento e condenação social. São corpos que importam na medida em que servem de parâmetros, e exemplos, daquilo que se é condenável e não importam enquanto pessoas que possuem demandas sociais e que precisam serem igualmente atendidas.

A condição desses corpos impacta diretamente na forma como serão vividos na medida

---

<sup>9</sup> Termo que se refere à pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento (JESUS, 2012, p. 25).

em que não importariam para o desenvolvimento de políticas públicas, por exemplo. Em *Vida precária: os poderes do luto e da violência* (2019), Judith Butler nos chama a atenção para os quadros culturais em que se inserem estes corpos os quais implicariam em limitar quais seriam passíveis de luto. Do mesmo modo que não importariam para o desenvolvimento de políticas públicas, sendo alvo de constante negação de suas existência e significância social, vigilância e repressão, suas mortes não causariam comoção social, assim, seriam vidas não passíveis de luto, vidas que, perdidas, não seriam consideradas perdas (BUTLER, 2019, p. 53).

Tais questões se fazem presentes no contexto histórico e nas fontes aqui analisadas. Quando produções discursivas veiculam narrativas onde é possível encontrar casos de travestis e homossexuais sendo violentadas (os), assassinados (as), por exemplo, e tais ocorridos apenas compõe o cenário onde um outro evento possui centralidade, fica evidente que tais violações não se caracterizariam enquanto tal já que não haveria violação de vidas irreais. Contudo, sua negação não resulta numa inanição, num silêncio por parte desses corpos. Segundo Judith Butler, essas vidas teriam “[...] uma maneira estranha de permanecer animadas e assim devem ser negadas novamente (e novamente)” (BUTLER, 2019, p. 54). São esses corpos inseridos numa sociedade heterossexista, que os produz enquanto abjetos, que localizamos e estudamos na cidade de Campina Grande – PB em contexto de ditadura civil-militar.

Nossa compreensão sobre o período que antecede ao ano de 1964, mas que culmina nele com um golpe, parte de dois conceitos: o golpe de 1964 será aqui compreendido enquanto *golpe civil-militar*, conforme defende Carlos Fico no livro *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Isso porque, segundo ele, o evento teria ocorrido com a participação de civis de diversos setores sociais, alegando, ainda, que “[...] não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração” (FICO, 2014, p. 09). O segundo conceito que orienta nossas discussões é o de *ditadura civil-militar*, defendido por René Armand Dreifuss e criticado por Carlos Fico, para quem “o regime subsequente foi eminentemente militar” (FICO, 2014, p. 09). Ambos concordam, portanto, que houve um golpe civil e militar, mas divergem na categorização do que veio a seguir.

A utilização deste conceito tem ocasionado grandes discussões, uma delas é feita por Jonathan Vilar (2017), em *A frágil “abertura” de João Figueiredo: a redemocratização campinense em apuros (1979-1985)*, que por meio de um longo debate historiográfico irá defender o conceito de ditadura militar e problematizar como o termo civil- militar tem sido utilizado, por revisionistas sobre o período, para minimizar a ação militares.

Da mesma forma, não tomamos os 21 anos de ditadura como um regime civil-militar. Apesar do consentimento desta elite empresarial por serem os beneficiários diretos durante o período, acreditamos que o termo pode acabar por generalizar ao dizer que a sociedade civil (passando uma ideia de um todo) como apoiadora do regime, considerar isto, a nosso ver, seria deixar de lado a maioria esmagadora das vezes em que o partido da oposição, o MDB, venceu o partido da caserna, a ARENA; seria esquecer-se da militância antirregime de tantos trabalhadores, religiosos, estudantes e demais classes em vários momentos no decorrer dos 21 anos (LEITE, 2017, p. 26).

A opção por fazer uso do conceito ditadura civil- militar se deu em virtude de apontar as participações de civis em violências cometidas contra homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais. Por meio das fontes analisadas encontramos a ação dupla entre esses aparatos do Estado e civis para repreender estas pessoas. São ações que interagem entre si quando ambos os setores compartilham de ideais conservadores, no que tange à identidade de gênero e sexualidade, e que são legitimados pelo regime ditatorial que prega um nacionalismo da boa moral e bons costumes.

Carlos Fico, em *“Prezada Censura” – cartas ao regime militar* (2002), discorre sobre a colaboração por parte de pessoas da sociedade civil, o que poderia causar certa surpresa nos depararmos com situações do tipo em que se pedia censura à censura. Em suas análises, identifica que a censura moral, esta que se voltava para as diversões públicas, o comportamento dos corpos dentro de uma ideologia em defesa de uma moral e bons costumes, ocorria de forma orgulhosa por parte do regime. Através de uma série de cartas enviadas a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), órgão que atuou naquele regime, se depara com diversas situações onde pessoas denunciavam determinadas coisas que julgavam “imorais”, dentre elas estaria o *homossexualismo* (FICO, 2002).

Ao problematizarmos as repressões sofridas pelas homossexualidades, buscaremos, também, evidenciar práticas de resistência. Estes (as) não comportariam uma categoria de seres passivos que buscariam esconder-se em virtude das batidas policiais. Eles (as) estariam, também, fazendo usos de mecanismos no campo do inimigo de forma a resistir à violência institucionalizada que recaía sobre seus corpos. Assim, pensamos essas resistências a partir do conceito de *táticas*, de Michel de Certeau (2014), a qual operaria em lances calculados dentro de um espaço do outro, o campo do inimigo. O fazer cotidiano que opera em pequenas escalas, por meio de movimentos táticos, são compreendidos por ele enquanto determinados pela ausência

de poder (CERTEAU, 2014, p. 95). Contudo, esse fazer que coloca em diálogo e conflito o centro e a margem (HOOKS, 2019) numa complexa relação que se ramifica em meio às rachaduras existentes no centro e em concepções que se colocam enquanto hegemônicas se faz nas relações de poder. Nossas análises partem do entendimento de que as táticas empreendidas no campo do inimigo se inserem em relações de poderes que são difusas, mesmo o Estado sendo aquele que opera de forma mais eficaz naquilo a que se propõem.

Essas pessoas não são apenas capazes como conseguem perturbar normas sociais e burlar sistemas de vigilância e opressão através de fazeres cotidianos de subversão, sejam operações com estes intuitos ou não. Como discutiremos nos capítulos desta dissertação, as relações sociais são complexas e mesmo o Estado ditatorial centrando em si poderes, estes mesmos se fragmentavam dentro de sua estrutura permitindo, assim, que seus agentes agissem fora deste. Mesmo que as atuações fora de seus limites reproduzissem aquilo que o regime antidemocrático defende, sua ocorrência evidencia como o poder não localizável é capaz de se mover, moldar e operar. O poder que atuaria através de atos e não se limitaria à opressão se exerceria no questionar, no registrar, numa institucionalização da busca pela verdade. Desse modo, as pessoas seriam um efeito dessas relações de poder e delas seus intermediários, “o poder transita pelos indivíduos que ele constituiu”(FOUCAULT, 2010, p. 22; 26).

Para a referida pesquisa as fontes analisadas foram o periódico *Diário da Borborema*, fundado nesta cidade em 1957 pelo então senador paraibano Assis Chateaubriand (1892-1968), e pertencente ao grupo *Diários Associados*, e entrevistas cedidas por dois homens homossexuais, cisgêneros e brancos<sup>10</sup> que viveram nesta cidade na décadas de 1970 e 1980. Os cadernos contendo exemplares do jornal foram consultados nos arquivos Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR – UFCG) e Biblioteca Átila Almeida (UEPB), ambos localizados na cidade de Campina Grande – PB.

Por trata-se de uma continuidade de pesquisa<sup>11</sup>, a qual vem sendo realizada desde 2017 durante a graduação em História resultando na monografia *Práticas repressivas e resistências das homossexualidades nos discursos do jornal Diário da Borborema na cidade de Campina Grande (1975-1982)*, de 2020, ela é dividida em duas fases que impactam na coleta e análise

---

<sup>10</sup> Apesar de nossos esforços para localizar outros (as) sujeitos fora desse perfil, não obtivemos sucesso. Uma mulher lésbica chegou a ser localizada, num primeiro momento aceitou participar de nossa pesquisa, mas, dias depois, não obtivemos respostas quando contatada para agendarmos a data para realização da entrevista.

<sup>11</sup> Em decorrência disso, material e discussões realizadas na monografia de conclusão de curso serão retomados neste trabalho de modo a articular-se com novas fontes e referências.

desse material, antes e depois da pandemia da COVID-19. Com a ocorrência da pandemia o acesso ao arquivo ficou impossibilitado por um longo período em decorrência de ter tido suas atividades paralisadas. Quando foi possível a retomada de seu funcionamento, ele encontravam-se com acesso limitado, primeiramente atendendo uma pessoa, em somente um turno (horário que compreende das 08h às 12h da manhã), por semana. Dessa forma, a proposta de ampliar o recorte temporal, que inicialmente compreendia os anos de 1975-1982 no período anterior a pandemia, até o final da década de 1980 acabou não sendo possível. Um novo recorte foi pensado, em virtude da limitação de acesso ao material e do curto tempo para que a pesquisa fosse realizada em nível de mestrado, ficando entre 1975 e 1983. O referido recorte abrange o período pré-epidemia da aids em contexto paraibano. A nível de Brasil casos de aids já haviam sido confirmados desde o início da década de 1980; contudo, na Paraíba os primeiros casos só são identificados em 1985, a cidade de Campina Grande vindo a ser o espaço onde “irão surgir”, o que é noticiado no jornal aqui analisado.

Para além do quantitativo de fontes utilizadas se faz importante ressaltar que, seu mero uso e quantidade não são suficientes sem que haja a imaginação do historiador durante o processo de construção de sua pesquisa, explicam Julio Benvivoglio e Patrícia Merlo (2015). Uma historiografia que se atente a confirmação e/ou contextualização de fatos por meio de fontes, se viu diante de um novo fazer pós século XIX. Não esquecendo dos fatos, os problemas também passam a compor o núcleo daquilo que se pesquisa, estes também devem ser estudados. As análises de grandes séries documentais, realizadas pela escola dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre, na França, mesmo que com o objetivo de questionar explicações e sistemas que buscassem abarcar uma totalidade, se depara com um outro fazer. Uma produção historiográfica que olha para o desvio, para as singularidades, que esmiuça aquilo que dispõe em articulação com a criatividade, elemento importante para se articular o presente e o passado, no momento em que coloca problemáticas em meio aos corpos que aparecem nas fontes (BENTIVOGLIO, MERLO, 2015).

O acesso às fontes é elemento importante a conduzir uma pesquisa. Apesar das intervenções do pesquisador ao esmiuçar seu conteúdo e dialogar com diversas outras pesquisas dos vários campos do conhecimento, esse acesso pode vir a limitar o alcance do estudo. Assim, o nosso recorte temporal está diretamente associado às condições de acesso às fontes o que nos levou ao referido recorte. No que se refere ao jornal Diário da Borborema trabalhamos com o que tivemos acesso, tanto em decorrência do que se tinha disponível e, principalmente, o curto

tempo por se tratar de uma pesquisa realizada dentro de um programa de mestrado.

Sobre o material coletado referente ao jornal *Diário da Borborema*, esclareceremos os anos pesquisados encontra-se incompletos, faltando páginas, alguns dias ou alguns meses. A fonte foi encontrada na seguinte disposição, conforme a tabela abaixo:

<b>DIÁRIO DA BORBOREMA EM ACERVOS UNIVERSITÁRIOS DE CAMPINA GRANDE – PB (1970-1983)</b>				
Ano	Quantidade de meses	Quantidade de matérias	Disposição em páginas	Acervo
1975	9	3	Policial (1)	Biblioteca Átila Almeida - UEPB
1976	6	1	Policial (1)	Biblioteca Átila Almeida – UEPB
1977	8	1	Policial (1)	Biblioteca Átila Almeida – UEPB; Setor de Documentação e História Regional, SEDHIR – UFCG
1978	11	1	Policial (1)	Setor de Documentação e História Regional, SEDHIR – UFCG
1979	6	3	Capa (1); Policial (1); Política (1)	Biblioteca Átila Almeida – UEPB; Setor de Documentação e História Regional, SEDHIR – UFCG
1980	11	7	Capa (2); Policial (3);	Biblioteca Átila Almeida – UEPB;

			Política (1) Cidade (1)	Setor de Documentação e História Regional, SEDHIR – UFCG
1981	12	13	Capa (5); Policial (7) e página sem título (1)	Setor de Documentação e História Regional, SEDHIR – UFCG
1982	11	0		Biblioteca Átila Almeida – UEPB
1983	12	7	Capa (1); Policial (1); Carnaval (1); Revista Tudo (2) e página sem título (2)	Biblioteca Átila Almeida – UEPB
Total	86	36		

**Tabela 1:** Diário da Borborema em acervos universitários de Campina Grande – PB (1970-1983).  
Tabela autoral.

Entre os cadernos referentes aos oitenta e seis (86) meses (1975-1983), foram encontradas trinta e seis (36) matérias que situam a cidade de Campina Grande – PB, ou seja, os eventos narrados ocorreram nesta cidade. São esses os que nos interessa discutir a partir de seleção que atendam aos nossos objetivos e demandas. Do mapeamento acerca dos espaços do jornal em que elas foram publicadas, identificamos que dezoito (18) foram noticiadas em páginas intituladas “Policial”; nove (09) foram informadas na capa da edição do jornal (não necessariamente a notícia apresentada na capa da edição consta na página “Policial” e vice-versa). Este mapeamento nos permite constatar que: a) travestis e homossexuais, exclusivamente citados (as) pelo periódico, são caso de polícia, relacionados (as) com criminalidade, escândalo, desordem, assassinatos e outros; b) morte de homossexuais e travestis começam a serem noticiadas a partir de 1980, o que não significa que não possam ter ocorrido anteriormente e nem que sua veiculação tenha, como interesse, de algum modo

noticiar/denunciar tais casos; c) com exceção de 1982, ano em que nenhuma menção a essas pessoas foram encontradas, 1983 é o primeiro ano em que nenhuma notícia, que faça menção a estes (as), foi publicada em página “Policial” e d) o ano de 1983 concentra quase que a totalidade de menções publicadas em página “Internacional”, um total de três (3) matérias, em comparação com o período de 1975-1981, onde foram localizadas cinco (5) publicações na referida página. Esse deslocamento da página “Policial” à “Internacional” evidencia o crescente interesse por corpos com suas identidades de gênero e sexualidades dissidentes no âmbito internacional o que foi possível verificar, através de pesquisa no material referente ao ano de 1984, onde a referida página é palco das discussões no que se refere à epidemia da aids.

A utilização do jornal enquanto fonte para essas investigações se deu devido às mudanças teórico-metodológicas, bem como a ampliação do que se entende por fontes ocorridas nas décadas de 1970 a 1990, momento em que também se tem uma revalorização de depoimentos. É nesse momento em que a imprensa se torna objeto de pesquisa, ela servindo de forma prestigiosa para discorrer sobre a classe operária (DE LUCA, 2010, p. 119), bem como sobre gênero, sendo utilizada para discorrer sobre as condições das mulheres em diferentes épocas (DE LUCA, 2010, p. 126). Contribuição fundamental para essas mudanças ocorre com a influência de novos métodos no fazer historiográfico ocorridas na França com a terceira geração da Escola dos *Annales*, nas décadas finais do século XX, que possibilita pensar novos objetos, problemas e abordagens (DE LUCA, 2010, p. 112).

Fazer uso dessa fonte, assim como de tantas outras, requer que cuidados sejam tomados. O olhar do pesquisador não deve se limitar às palavras contidas no documento, pois, diversos outros elementos envolvidos, também em sua produção, influenciam naquilo contido na forma final da fonte. Sobre isso as historiadoras Eni de Mesquita Samara e Ismênia S. Silveira T. Tupy ressaltam que “Sua decodificação impõe, ainda, o conhecimento do contexto muito preciso que o produziu ou fez existir...” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 121).

A pesquisa de Eder Luis Santana, *LGBT como pauta do jornalismo: visibilidade e limitações* (2018), analisa dois jornais veiculados na cidade de Salvador – BA, no período de 2014-2015 e, por esta razão, ajudou-nos a compreendermos quem assume o protagonismo no material publicado que faz menções às homossexualidades, num espaço em que lhes é negado a fala. Como o autor nos explica, não há criticidade nas narrativas jornalísticas e os acontecimentos, nelas presentes, reproduzem estereótipos, silenciamentos e agem reproduzindo diversas violências contra esses indivíduos. Ao se trabalhar com o Diário da Borborema, “[...]”

que cotidianamente registra lance dos embates na arena do poder” (DE LUCA, 2010, p. 128), estamos diante de narrativas que partem de algum lugar, para alguém e com um objetivo, ou objetivos.

No que se refere às entrevistas, sua realização objetivou investigar acerca de moradores (as) que tiveram experiências na cidade entre as décadas de 1970 e 1980 a fim de, através de seus relatos, responder a algumas de nossas questões. As entrevistas foram orientadas a partir de questionário previamente elaborado, este contendo uma média de dez (10) questões, ocorrendo de outras serem acrescentadas a depender de novas indagações e do sujeito a ser entrevistado na ocasião. No total três entrevistas foram utilizadas, duas destas foram realizadas pelo Dr. Paulo Roberto Souto Maior Júnior (UFRN), sendo a primeira gravada no ano de 2017, de forma presencial e cedida, aqui identificado como depoente A, para utilização nesta pesquisa; a segunda, cedida pelo mesmo depoente entrevistado em 2017, foi realizada no ano de 2021 esta com um dos objetivos de ser utilizada nesta dissertação; a terceira também foi gravada em 2021, cedida pelo depoente B, também objetivando seu uso nesta dissertação. Uma quarta entrevista chegou a ser realizada, desta vez pelo autor desta dissertação, com uma travesti; contudo, seus relatos não vieram a fazer parte do material aqui realizado em decorrência de suas experiências não terem ocorrido na cidade de Campina Grande – PB. Vale ressaltar que as transcrições de todas as entrevistas aqui utilizadas foram realizadas pelo autor desta pesquisa.

O uso dessas memórias constitui num importante recurso para mergulhar no subterrâneo da ditadura uma vez que são peças importantes, numa disputa de narrativas, para trazer a tona acontecimentos que se buscam apagar e que não encontramos, com tantos detalhes, em outras fontes. São essas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) que irão nos permitir tencionar aquilo que foi publicado no jornal Diário da Borborema. Tratam-se de memórias clandestinas, nas palavras de Michael Pollak, e que não são apenas ouvidas, mas, também, compreendidas enquanto meio de contestar as normas que se fazem presentes em público.

Se faz importante salientar que diversas questões dificultaram, e têm dificultado a realização dessas gravações, como é o caso da desistência de possíveis depoentes em ceder entrevista. Além disso, a falta de acesso à internet em casa, bem como problemas técnicos com aparelhos eletrônicos (*notebook* e *smarthphone*), limitam o contato, o agendamento e a realização de entrevistas ocorrendo, inclusive, de marcar com um depoente e no momento de darmos início, problemas técnicos impossibilitarem sua realização. Com a pandemia da

COVID-19 o encontro pessoal se viu impossibilitado. A realização desse contato pessoal, se tivesse sido possível, teria contribuído para que o material fosse coletado sem maiores turbulências. Nesse cenário onde os encontros pessoais estavam impossibilitados a demanda de possuir acesso à internet e equipamentos de qualidade se tornaram um empecilho, bem como a falta de bolsas de estudos para se custear o investimento que requer a realização de pesquisas.

Está não é a pesquisa que desejávamos que tivesse sido. Era de nosso interesse que nossos horizontes tivessem sido mais amplos; contudo, as limitações, comentadas ao longo dessa introdução, nos impuseram um rumo enxuto. Olhamos para esse texto e vemos que nossos objetivos, àqueles com os quais sonhamos ao escrevermos o projeto para submissão no ato de inscrição, não foram atendidos em partes, o que não quer dizer que os objetivos para a pesquisa que conseguimos realizar não tenham sido alcançados, eles foram.

Quando se precisa percorrer a pé cerca de 11km, um percurso feito em aproximadamente 02 horas, até a casa de uma amiga para ter acesso à internet e conseguir assistir aulas e realizar pesquisas para o desenvolvimento desta dissertação, é de se perguntar o que nos leva a tamanho esforço sem suporte institucional. É de se questionar com que fôlego foi possível chegar até aqui, nessa fase final de conclusão do mestrado. Essas limitações também têm impacto na qualidade e quantidade das referências que utilizamos. Certamente diversos outros estudos deveriam se fazerem presentes dentro de nossas articulações e análises, o que infelizmente não foi possível diante da ausência de recursos financeiros.

Diante dessas limitações, o Dr. Paulo Souto Maior Júnior foi de grande contribuição para que fosse possível a realização de entrevistas e seu uso nesta pesquisa. O referido possui um acervo pessoal a respeito da comunidade LGBTQ+ no Brasil, em decorrência de desenvolver pesquisas sobre esta, e quando soube deste projeto de mestrado se disponibilizou em contribuir cedendo o que tinha consigo e realizando novas entrevistas. A realização das entrevistas tinha como objetivo abarcar uma maior diversidade de corpos, no entanto, não conseguimos contato com pessoas além do perfil homem gay e cisgênero que aceitasse ser entrevistada. As duas gravações realizadas por ele tiveram contribuições nossas ao elaborarmos um roteiro prévio de perguntas a serem feitas.

Além do processo de realizar as entrevistas o momento de transcrição destas se constitui em etapa importante. Eduardo José Mazino, no artigo *Considerações sobre a transcrição de entrevistas* (2008) aponta que esta fase se constitui numa pré-análise do material. A transcrição seria uma reprodução, ou sua tentativa, de um documento em seu formato de gravação na

construção de um novo, agora em formato escrito, através das interpretações daquele que transcreve. A transcrição está lidando, de forma direta, com um material de origem sonora e, a partir dele será representado graficamente, assim, é necessário que critérios sejam adotados no processo de transcrição (MAZINO, 2008). Diante disso os critérios aqui adotados seguem as orientações de apresentadas pelo autor acima citado, para representarmos aquilo que foi escutado. Para representar alguns elementos que foram narrados, escutados e transcritos alguns símbolos foram utilizados nos fragmentos transcritos neste estudo: (+), simboliza pequenas pausas e silêncios; ::, alongamento verbal; ... ou /.../, transição parcial ou eliminação, ou seja, apenas um trecho foi transcrito.

A análise e articulação das fontes terá como aporte teórico-metodológico a concepção de *discurso*, de Michel Foucault (1999), para pensarmos os discursos jornalísticos e os elaborados pelos depoentes enquanto formulações sociais cuja produção é controlada, selecionada e com objetivos diversos. Apesar de termos duas fontes com suas especificidades, o jornal e as transcrições das entrevistas, ambas não podem ser tidas enquanto unidade, suas margens não são rigorosamente estabelecidas, ou seja, é possível rompê-las, atentar-se para aquilo que se constitui no silêncio no que é formulado e noticiado, ou narrado pelo entrevistado. Dessa forma o discurso manifestado estaria minado por tudo aquilo que não se diz, constituindo-se, assim, numa unidade variável e relativa diante das perguntas que são colocadas. Os documentos articulam-se com um campo complexo de discursos, não mais se constituindo enquanto matéria inerte com resquícios de um passado, agora “[...] ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries relações” (FOUCAULT, 2008, p. 8).

É por meio dos discursos veiculados no jornal, e àqueles contidos nos documentos que se constituem a partir das transcrições das entrevistas, que analisaremos como homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais, se constituem e se relacionam na cidade de Campina Grande – PB. As transcrições aqui são manuseadas não com o intuito de ressuscitar vozes e sim investigar os fragmentos que criam novos significados e busca reconstituir, sem pretensões de alcançar uma totalidade, um tempo passado a partir de formulações do tempo presente (NETO, 2012, p. 18). Dessa forma, a oralidade nos “[...] permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas...” (LOZANO, 2006, p. 16).

Com base nisso estruturamos esta dissertação em três capítulos observando que algumas questões se farão presentes em todo o texto, é o caso de pensarmos e discutirmos formas de

repressão, de que eram alvo, e resistência por parte destas pessoas. O primeiro capítulo intitulado *Vigilância, repressão e resistência: espaços e discursos em disputa*, centrará sua discussão em formas de vigilância e repressão policial juntamente com parte da sociedade civil e práticas de resistências, a partir de táticas do cotidiano de homossexuais e travestis. Tomando como partida um fazer historiográfico que olha para os conflitos sociais, analisaremos, também, como se davam as relações entre essa população com suas sexualidades dissidentes as quais influenciariam no fazer cotidiano. As investigações se debruçaram em matérias jornalísticas e fontes orais e, quando necessário, em experiências vivenciadas em grandes cidades, tais como São Paulo – SP e Rio de Janeiro – RJ, para entendermos e relacionarmos as narradas nesta cidade de Campina Grande – PB. A articulação de homossexuais, lésbicas, travestis e bissexuais, por exemplo, dentro de um contexto nacional nos levou a problematizar as produções acadêmicas que partem de grandes centros urbanos na tentativa de contribuir com novas narrativas descentralizadas geograficamente desta comunidade.

O segundo capítulo, *Cenários e crimes – homossexuais e travestis assassinados (as)*, concentra nossas discussões em torno de um dado momento as violências assumem um novo formato, ao menos é nesse momento em que morte de homossexuais e travestis se fazem presentes na página do jornal, a partir de 1983. As articulações das fontes nos permitirão analisar como, onde e de que forma foram veiculadas no periódico. Outros elementos permearão as discussões a partir de detalhes encontrados nos casos a serem analisados, a exemplo da associação de um jovem homossexual, morto em acidente, e que fazia parte de um grupo de movimento homossexual que supostamente existiria nesta cidade.

O terceiro e último capítulo, *Encenações no cotidiano – sociabilidades de travestis, homossexuais, lésbicas e bissexuais*, segue investigando sobre formas de vigilância e repressão perpetradas por indivíduos da sociedade civil em corroboração com agentes do Estado. Nos debruçaremos, agora com maior ênfase, nos espaços de sociabilidade criados e (re)apropriados realizando um mapeamento desses ambientes a fim de compreendermos onde estavam localizados, o perfil do público que os frequentavam, conflitos internos e possíveis integrações desses lugares mediante estarem próximos criando, assim, áreas de confluências dessas pessoas.

Essa estruturação nos permitirá atender aos objetivos desta pesquisa ao mergulhar nos discursos que versam sobre esses corpos que transitaram por esta cidade no período aqui estudado. O que era visto como “cachorrada” e “devassidão” (NASCIMENTO, 2008, p. 129-130), compreendidos enquanto comportamentos que não deveriam ser praticados, aqui será

entendido enquanto meios de contestação da norma, subversão de concepções socialmente construídas e que se pretendem hegemônicas. Quando homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais se envolvem em relações que não “[...] naquele tempo, era papai-mamãe e acabou-se a história” (NASCIMENTO, 2008, p. 129), estão fazendo da devassidão uma tática cotidiana para o fim de um mundo heterossexista.

## CAPÍTULO I: VIGILÂNCIA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA – ESPAÇOS E DISCURSOS EM DISPUTA

*“Das margens da sociedade se subverte nossa história conservadora de controle sobre os corpos”*

Jaqueline Gomes de Jesus<sup>12</sup>

Relações de poder são complexas apesar de nossos esforços para compreendê-las. De modo transitório e em constante mutabilidade, o poder articula-se entre os diversos corpos para além de posições hierárquicas, estas também influenciando nessas articulações a partir dos lugares sociais que ocupam. Sua complexidade também é observada em regimes não democráticos onde as relações de poder não se traduzem na oposição social em que, de um lado teríamos regimes não democráticos de violência e de outro a sociedade civil colocada na posição de vítima, logo, na de resistência. O historiador Davi Elias Rangel Santos nos chama a atenção para a existência de memórias dominantes e essas, ao criarem polarizações, seriam simplistas e agiriam na criação de mitos e envolvimento individual e coletivo (SANTOS, 2017).

Num cenário como o vivenciado no Brasil pós- golpe de 1964, observa-se que a ditadura não poderia se impor somente pela coerção e violência havendo, também, experiências em que determinados grupos sociais experimentaram estabilidade e certa segurança. A sociedade civil, ao não ocupar posição estável de vítima, expressaria, em partes, colaboração e, até mesmo, indiferença. Isto posto, ela não ocuparia de forma direta e imediata posição de resistência. O autor também ressalta que batalhas pelas memórias revelam os conflitos destas onde a visão de determinados grupos sociais predominaria, assim, se tem uma dificuldade em lidar com seu passado traumático ao se deparar com formas de apoio social ao governo autoritário. Em termos de comparação traz a experiência nazista na Europa, com a ascensão de Hitler na década de 1930, em que haveria apoio da sociedade alemã, o estado autoritário nazista fazendo uso indiscriminado da força contra grupos resistentes, minorias étnicas e raciais (SANTOS, 2017).

Tais complexidades não minimizam os diversos meios de uso arbitrário de vigilância, violências e ilegalidade de regimes ditatoriais e não nega a existência de diversos movimentos,

---

<sup>12</sup>JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

organizações e guerrilhas que se opuseram a estes. Contudo, ao pontuarmos o diálogo existente com parte da comunidade civil chamamos a atenção para uma questão central para este trabalho: a articulação entre o regime ditatorial e parte da sociedade civil pode ser observada, também, na defesa de valores socialmente construídos de vigilância e controle de formas de comportamento atribuídos ao homem e mulher cisgêneros. O que fugiria de normas compreendidas dentro do que seria a moral e os bons costumes seria alvo de vigilância e controle o que suscitaria, ao incitar e não somente repreender, as formas de burla.

Em meio ao período ditatorial, homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais dentre tantos outros (as) foram alvo de repressão policial, em corroboração com parte da sociedade civil, por não se enquadrarem dentro de normas sociais que se pretendiam hegemônicas. Longe de mera repressão os mecanismos utilizados no regime em vigência, que acentuava normas sociais que defendiam uma moral e os bons costumes, incita m burlas, ou seja, formas de resistências individuais e/ou coletivas. Apesar de nossa discussão ter como ponto de partida formas de repressão e práticas de resistência, estas aqui compreendidas enquanto ações individuais e/ou coletivas de contestação das normas, compreendemos que tal binarismo é simplista diante da complexidade que são as relações sociais de poder; entretanto, seu emprego consiste numa forma de agrupar determinadas ações nessas categorias por serem possíveis de serem lidas enquanto tal.

Dessa forma, este capítulo centrará sua discussão em formas de vigilância e repressão policial juntamente com parte da sociedade civil e práticas de resistências, a partir de táticas do cotidiano de homossexuais e travestis. Tomando como partida um fazer historiográfico que olha para os conflitos sociais analisaremos, também, como se davam as relações entre esses corpos com suas identidades de gênero e sexualidades dissidentes as quais influenciariam no fazer cotidiano. As investigações se debruçaram em matérias jornalísticas e fontes orais e, quando necessário, em experiências vivenciadas em grandes cidades, tais como São Paulo – SP e Rio de Janeiro – RJ, para entendermos e relacionarmos as narradas nesta cidade de Campina Grande – PB. A articulação, dentro de um contexto nacional, no levou a problematizarmos produções acadêmicas que partem de grandes centros urbanos na tentativa de contribuir com novas narrativas descentralizadas geograficamente destes (as) sujeitos (as).

Por meio de matérias encontradas no jornal Diário da Borborema analisamos como homossexuais e travestis serão tidos (as) enquanto caso de polícia, instituição que detinha o protagonismo nos atos de repressão, mas que não atuava desarticulada de outros atores sociais.

O jornal será articulado junto às fontes orais mediante transcrições das entrevistas concedidas por moradores que viveram nesta cidade no período aqui estudado. Sua articulação nos permiti aprofundar questões, problematizar experiências e complexificar essas vivências que, mesmo em sua multiplicidade são atravessadas por marcadores em comum de classe, raça e/ou etnia, gênero e sexualidade. A realização deste estudo também se contrapõe a narrativas que argumentam que a presença de políticas anticomunistas teria resultado numa menor importância sobre esses (as) sujeitos (as) o que acarretaria na não repressão, ou uma menor repressão, destes (as) por não se enquadrarem no heterossexismo.

O diálogo das fontes tem como elemento central a compressão de que são formas discursivas que assumem a realidade material através de sua pronúncia ou escrita, constituindo-se em espaços onde sexualidade e política se exercem. Numa relação de poder, esses discursos não se assentariam na simples tradução de lutas e sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta e produzem verdades. Apesar de se encontrarem no espaço de disputa e de produções de verdades procedimentos de exclusão atuam na interdição de outros, o que não significa dizer que não há escuta em meio a censura, pelo contrário, é na censura que a escuta se exerce (FOUCAULT, 1999).

O jornal, assentado em forma institucional de controle, seleção, organização e redistribuição de discursos de verdade exerce o poder de coesão sobre outros discursos que comumente vão em sua contramão. Mesmo em se tratando de discursos reforçados e reconduzidos socialmente outros se fazem presentes em seu interior. Imbricadas, formas discursivas se articulam em matérias do jornal. Mesmo que em sua superfície haja a denúncia e condenação determinados (as) sujeitos (as) esses discursos manifestariam e ocultariam, numa relação entre desejo e poder, o desejo que também se é objeto de desejo. Em seu interior haveria a presença de outros discursos que desarrumariam o conjunto (FOUCAULT, 1999; 2012).

Compreendidos enquanto formulações discursivas devem-se ter em vista, também, que partem de lugares e produções distintas, mas que são articuláveis. Em 1985, no Brasil, o jornal seguia uma cadeia de produção que começava a colocá-lo em circulação a nível nacional em formato impresso. Este meio de comunicação em massa, acompanha o desenvolvimento capitalista e assume uma estrutura empresarial. Suas finalidades seguem mudanças sociais e não se resumem a mera informação acerca de casos e acontecimentos selecionados, assim, tem-se interesse em construir significados, reforçar concepções sociais e difundir opiniões de governos que os comprariam (SODRÉ, 2011).

Esse diálogo entre os jornais e o Estado irá conhecer uma nova fase com o golpe de 1964 quando o imaginário, criado em torno de uma “ameaça comunista”, influenciará para que os empresários da imprensa “aceitassem” a centralização do poder na mão de militares a fim de salvar o país de uma “revolução comunista ” (ABREU, 2002, p. 13). Com a instauração da ditadura civil- militar, que sucedeu o golpe de 1964, um forte sistema repressor foi imposto e a imprensa<sup>13</sup> não passou despercebida. Em meio ao controle exercido pelo regime ele também contribuiu com a modernização dos meios de comunicação, parte da estratégia ligada à ideologia de segurança nacional que buscava integrar o território nacional “[...] dentro de um projeto em que o Estado era entendido como centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos” (ABREU, 2002, p. 15). Ele, o jornal da grande imprensa, seria, em síntese, uma fonte onde é possível acessar, através de fragmentos, uma vasta gama de informações, que não estão congeladas no passado, e observar a veiculação de interesses de classes dominantes.

O acesso por meio de fragmentos selecionados, com interesses de determinada classe e/ou grupo social também constitui as fontes orais. Com dadas proporções, as fontes orais possuem seus mecanismos de seleção, organização e distribuição que constroem narrativas a partir de concepções, e provocações, de quem relata suas experiências. Depoimentos que partem de grupos historicamente marginalizados abrem rupturas e tencionam discursos institucionalizados e a análise destes, ao colocar as formas de discursos e memórias em conflito, evidenciam a importância das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989, p. 4).

Ainda segundo Michael Pollak a memória tida enquanto oficial necessita de um intenso trabalho de organização a fim de realizar manutenção em sua credibilidade e aceitação. Aqui o jornal se insere enquanto mecanismo que age em torno dessa manutenção ao perpetuar, dentro de um espaço-tempo, determinadas memórias grafadas em suas páginas. Em contrapartida existiram “memórias clandestinas”, também colocadas em discursos, verbalizados e/ou escritos, e que, discordando do autor quando coloca o problema de a longo prazo “[...] as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em elas possam

---

<sup>13</sup> A Lei de Imprensa, que entrou em vigor em 1967, compunha o mecanismo de censura da ditadura civil-militar, a qual agia a partir de apreensões e multas. Em 1970 a censura passa a funcionar a partir da escolha, por parte das forças armadas, de um censor para fiscalizar e controlar os materiais que poderiam, ou não, serem veiculadas. A censura de imprensa volta a sofrer mudanças a partir de 1978 quando alguns jornais passavam a poderem publicar sem precisar passar pelo censor.

aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação” (POLLAK, 1989, p. 9), pois entendemos que mesmo em silêncio elas falam e de diversos meios estão em público fazendo o não-dito ser dito, mesmo que aos sussurros. Ao longo do texto observaremos como discursos oficiais e que propagam normas, que se colocam enquanto hegemônicas, se deparam constantemente com aquilo que se quer ocultar.

Recorrer às memórias requer esforço não somente de lembrar de dados acontecimentos, envolvidos (as), datas e lugares, por exemplo, que vagueiam e se chocam em algum lugar no subconsciente da mente humana. Trata-se, também, de revivê-las, talvez coisas que gostariam de esquecer ou que tivesse tido um outro rumo, ou até mesmo forçar lembrar-se de algo, diante de provocações de quem entrevista, organizá-las e verbalizá-las buscando criar narrativas que, mesmo partindo de questões feitas a quem depõe, atenda aos interesses do (a) entrevistado (a). Devemos ter em perspectiva, portanto, que trabalhar com fontes orais não resulta em ressuscitar vozes ou reconstituir uma totalidade, nenhuma fonte é capaz de reconstituir algo em sua totalidade e dar voz a algo ou alguém. Existem diferentes histórias e vozes sobre um mesmo fato histórico. Assim, os relatos orais devem ser vistos como “[...] fragmentos que devem ser avaliados em sua potência multiplicadora de criar novos significados” (NETO, 2012, p. 18).

Quando Ronald J. Grele nos provoca ao indagar já no título de seu texto *Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos?* nos remetemos à fragilidade que é a memória no sentido do esforço, podendo vir a ser doloroso, de buscá-las lá no fundo e organizá-las para que expressem significados coerentes com aquilo que se busca dizer. O autor aborda elementos importantes e que devem ter em vista o (a) pesquisador (a) que delas pretende fazer uso. A necessidade de se ter o cuidado em realizar análises dialéticas acerca das tensões nas sociedades, assim, ao ouvir sujeitos (as) historicamente marginalizados devemos perceber não somente suas relações com grupos que se pretendem norma, mas, também, nas inter-relações existentes nos grupos/comunidades fora da norma. Tais narrativas, assim como todas as demais fontes históricas, não estão isentas de serem influenciadas por preconceitos sociais vigentes, ou seja, é possível que um sujeito homem, cisgênero e homossexual expresse suas impressões que estigmatizem homens homossexuais considerados afeminados e travestis por apresentarem formas de comportamento não tolerados, também, por pessoas que desejavam manter certa descrição acerca de sua dissidência sexual (GRELE, 2006).

Outro elemento pertinente e que vale ser destacado, refere-se ao fazer história. Este fazer parte de nossas concepções e inquietações do tempo presente, o olhar para o passado fazendo

parte de uma metodologia de investigação, os documentos outrora produzidos também partilham dessa relação com aqui e agora. Se debruçar sobre eles coloca em relação um passado, que não é remoto, com a bagagem do tempo presente de quem se debruça. Nas palavras de Ronald J. Grele “[...] os documentos que produzimos não são produtos da época que investigamos, e sim do aqui e agora” (GRELE, 2006, p. 276). Desse modo, esse fazer no tempo presente também age sobre quem entrevistamos que são provocados (as) a trazer algo novo com base em suas memórias. Quando questionamos, buscamos justificativas e maiores detalhes, inquietamos os (as) entrevistados (as) a submergir em suas histórias através de formas singulares, perguntas e termos que colocamos. Tal fazer no agora também parte deles (as) onde o tempo presente, suas questões e novas demandas, pode atuar nesse rever dos acontecimentos com novos olhares (GRELE, 2006).

Articular memórias em uma materialidade escrita e/ou falada requer o esforço de ordenamento para dar sentido ao que se pretende abordar e construir. Tal materialidade está em diálogo intrínseco com a subjetividade de seu portador, ou seja, relação entre uma das formas da materialidade, grafada ou verbalizada, e a vivência. A pensadora Conceição Evaristo, ao falar sobre o processo autobiográfico de escrita diz que “[...] o texto, com o seu ponto de vista, não é fruto de uma geração espontânea. Ele tem uma autora, um (a) sujeito (a), que com sua ‘subjetividade’ própria vai construindo a sua escrita, vai ‘inventando, criando’ o ponto de vista do texto” (EVARISTO, 2009, p. 18), ela vindo a cunhar o conceito de *escrevivência* (EVARISTO, 2017, p. 9) de forma a sistematizar o seu pensamento.

Nos apropriando de sua interpretação e conceito, tendo em vista que, como explica Benito Bisso Schmidt, o relato oral, mesmo que falem de outros (as) sujeitos (as) e acontecimentos dos quais, estes que narram, teriam participação direta ou não, ele seria centrado no *eu* (SCHMIDT, 2012, p. 83), poderíamos pensar em um *contar-vivências*. Contar vivências. Narrar vivências. Experiências. Seria a prática de construir narrativas, no momento da realização de entrevistas, sobre determinado assunto a partir das memórias selecionadas, organizadas e vivenciadas por aquele (a) que depõe. Mesmo em se tratando de uma narrativa autobiográfica, materializada no formato de relato oral que centraliza o (a) sujeito (a), suas vivências, concepções de mundo e representações do passado são perpassadas pela constituição coletiva de imagens de si/do grupo que se identifica (GATICA, 2012, p. 227).

Quando o jornal passa a ser objeto de pesquisa histórica, ainda na década de 1970, a década seguinte evidenciando sua potencialidade para abordar questões de gênero, abrindo

novos caminhos diante da história do movimento operário que se valia deste material, e o desenvolvimento de programas de história oral, também, em 1970, na Fundação Getúlio Vargas, o cenário é propício para descortinar novas questões e sujeitos (as) na história social (DE LUCA, 2010, p. 118; 126; CRUIKSHANK, 2006, p. 156). É nesse sentido que aqui essas fontes se articulam ao discutirmos questões permeadas de contradições e relações de poder no fazer cotidiano de homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais tomando as devidas precauções diante de suas particularidades.

### **1.1 Ditaduras, anticomunismo, comunismo e homossexualidades**

A segunda experiência ditatorial no Brasil ocorre após o golpe de 1964<sup>14</sup>. Em resumo, Jânio Quadros e João Goulart haviam sido eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, em 03 de outubro de 1960. Transcorridos alguns meses após tomarem posse e no momento em que João Goulart encontrava-se na China, Jânio Quadros renúncia à Presidência da República, em 25 de agosto de 1961, o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, vindo assumir o posto. A isso se sucedeu declarações do que hoje entendemos como comandantes das Forças Armadas, à época chamados de ministros, onde diziam não aceitar o retorno do vice-presidente para ser empossado como Presidente da República. Estes também fizeram veicular um manifesto dirigido ao povo brasileiro contrário à posse onde justificam que a inconveniência de tal ato se daria, também, devido “[...] suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras” (FICO, 2014, p. 17).

Tensões em meio a essa situação levaram o Congresso Nacional a aprovar uma emenda constitucional, em 07 de setembro de 1961, onde limitava os poderes do presidente, um conselho de ministros atuando na responsabilidade política do governo e da administração federal. É nessa situação que, de forma simbólica, João Goulart toma posse naquela mesma data. A experiência parlamentarista não obteve os resultados desejados, contudo, ainda havia

---

<sup>14</sup> Em 1937, para manter-se no poder, Getúlio Vargas, então Presidente da República, deflagra um golpe onde fecha o Congresso Nacional e impõe a Constituição de 1937 que lhe permite governar através de decretos-leis. O golpe também teve como um dos argumentos basear-se na ameaça comunista. Manteve-se no poder até 1945 quando foi obrigado a renunciar. O período de seu governo ditatorial também é chamado de Estado Novo (MOTTA, 2019).

uma saída, a emenda constitucional estabelecia a realização de um plebiscito. Esse cenário tinha impacto sobre a população, desse modo os operários começaram a se mobilizar, com ameaças de greves, até que uma ocorre e só assim o Congresso marca a realização do plebiscito para o dia de 06 de janeiro de 1963.

Nesse período, campanhas contrárias a João Goulart, o qual era associado, por grupos de oposição, ao comunismo, sua ida a China sendo utilizada para reforçar esse discurso, foram realizadas entre 1961 e 1964 perpetradas por grupos nacionais com o apoio estadunidense. Apesar dessa mobilização o parlamentarismo é derrotado com a realização do plebiscito, assim, o presidencialismo volta à cena com seus plenos poderes. Longe de traduzir-se num cenário político menos conturbado, alguns posicionamentos de João Goulart, como a defesa da reforma agrária, também defendidas por comunistas, se viam rejeitadas pelo Congresso Nacional. Insatisfeito com a situação o então presidente teria dito em um comício que “[...] existia o risco de as reformas serem feitas ‘à margem da lei, pela vontade e pela disposição do povo’” (apud FICO, 2014, p. 39).

Os ânimos se acirraram, grupos se mobilizaram alegando defender o país do “comunismo brutal”, ateu e do antibrasileiro. Em 01 de abril de 1964 foi deflagrado o golpe que depôs João Goulart e logo seguiu-se com a instauração da ditadura civil-militar. Seu deflagrador foi o general Olympio Mourão Filho quem, em 31 de março, iniciou a mobilização das tropas de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro, onde estava o presidente desde o dia 29 daquele mês. Em Brasília o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, fazia declarações sobre a vacância no cargo de Presidente do Brasil, por fim declara para o posto o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, presidindo o país por 13 dias (FICO, 2014).

O governo da nação quase que imediatamente à deflagração do golpe foi dirigido pelo general Costa e Silva o qual se automeou comandante do Exército Nacional. Ele foi o responsável pela organização do “Comando Supremo da Revolução”, este editando o ato institucional AI-1 e iniciando uma série de punições que se seguiriam durante todo o regime, nesse momento ocorrendo cassações de mandatos de parlamentares, suspensões de direitos políticos e transferências de militares (FICO, 2014, p. 94). O processo de instauração do regime ditatorial teve como principal agente o marechal Castelo Branco, este assumindo a frente do país em 15 de abril de 1964 e rompendo com a realização de eleições pelo voto popular. Como

forma de ampliar seus poderes e agir com maior rigor frente aos considerados “inimigos do regime”, o AI-2 é editado permitindo novas punições (FICO, 2014, p. 113-118).

O regime ditatorial teria durado 21 anos (1964-1985), levando em consideração o momento de deflagração do golpe em 1964, havendo, também, produções que optem por estabelecer o período de 1979-1985<sup>15</sup> para delimitar tal acontecimento (LEITE, 2017, p. 17). Este teria atuado sob forte vigilância e repressão alegando defender a liberdade do povo brasileiro, “Somos o povo que liberta”, declarou o general Mourão Filho durante a realização da “Marcha da Vitória”, realizada no Rio de Janeiro em 02 de abril de 1964. Como veremos ao longo da discussão o povo brasileiro alvo da pretensa libertação não incluía determinados grupos sociais.

A partir dos anos de 1970 houve uma intensificação do controle e repressão por parte do Estado, orientado pela ideologia da segurança nacional. Os episódios aqui investigados estão situados no contexto nacional do projeto de “abertura política”, iniciada no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), onde políticas que tinham a intenção de acentuar ações já institucionalizadas e que concederam poderes punitivos ilimitados começam a passarem por reformas políticas, destacando-se a revogação do AI-5<sup>16</sup> e a aprovação da Lei de Anistia<sup>17</sup>. O processo tem continuidade no governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), momento em que as organizações populares se engajam na campanha pelas *Diretas Já*<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> O autor discorre sobre produções revisionistas que teriam interpretações que amenizariam o que foi o regime ditatorial. Dentre elas aponta as interpretações de Marco Antonio Villa, o qual descartaria que a ditadura teria durado 21 anos defendendo, assim, seu início apenas o AI – 5. Além deste, cita o recorte discutido por Alexandra Barahona Brito, de quem ressalta haver certo sentido, que ampliaria a duração do regime, este indo até 1989, pois “[...] a transição à Nova República – e por tabela o fim da Ditadura – não aconteceu do dia para a noite” (LEITE, 2017, p. 16-17).

<sup>16</sup> Nadine Habert explica que o Ato Institucional Nº5 foi assinado em 1968 pelo general Costa e Silva. Ato que daria poderes ilimitados aos militares, foi o responsável pelo fechamento do Congresso; cassar mandatos; suspender por dez anos direitos políticos de qualquer cidadão e estender a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação. É durante o período de governo do general Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, que tem início o processo de transição do regime “abertura lenta, gradual e segura”, onde mudanças ocorreram tais quais a reordenação do Congresso e dos partidos, bem como reformas políticas que simbolizariam o “fim parcial” do AI-5. O processo de transição segue no governo do general João Batista Figueiredo que compreende de 1979 a 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves (HABERT, 1994). Apesar do que tem em perspectiva sobre o AI-5, Carlos Fico nos diz que este não teria mudado a natureza do regime, já que tortura e violência institucional ocorriam anteriormente. Para o autor, ocorreria uma mudança em termos de escala ao lhe dar poderes punitivos ilimitados (FICO, 2014, p. 119-120).

<sup>17</sup> Decretada no dia 28 de agosto de 1979, a lei 6.683 concedia a anistia a pessoas que cometeram crimes políticos entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Em síntese, a lei livraria torturadores das forças armadas e das forças policiais de punições por crimes cometidos no período delimitado (LEITE, 2017, p. 54-55).

<sup>18</sup> Movimento político com apoio popular, ganhou forças a partir de 1983 em defesa de realização das eleições presidenciais diretas em 1985. Para a realização das eleições diretas, o deputado federal Dante de Oliveira, pelo Mato Grosso, propôs uma Emenda à Constituição em que garantia sua realização em 1985 por meio do voto direto.

Lemas em defesa da “ordem pública” e da “paz social” continuaram em pleno vigor. A historiadora Nadine Habert discorre, em *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira* (1994), sobre o discurso de “caça aos comunistas”, principal argumento para o projeto de segurança nacional, apontando que a década de 1970 consistiria no período mais duro da ditadura. Nesse momento havia a institucionalização da censura bem como a redução ao silêncio dos movimentos sociais em nome do combate à subversão comunista, táticas do sistema em vigência alegando defender a “Segurança Nacional”, argumento utilizado por militares associados aos interesses da grande burguesia nacional e internacional (HABERT, 1994, p. 7-8).

Conforme a autora, o cenário duro e de forte censura silenciava os movimentos sociais, o que não exauria as formas de expressarem seus posicionamentos contrários ao regime e resistências. Assim, o projeto de distensão e reabertura já surgiam minados, como explica o historiador Jonathan Vilar dos Santos Leite situando a cidade de Campina Grande – PB neste contexto:

A cidade de Campina Grande atestou os medonhos efeitos dos vários ataques sorrateiros à sua fraquejada “redemocratização”, além do violento modo que muitos foram submetidos a viver com o descaso do Estado que muitas vezes lhe negou o que era direito básico. O período de reabertura empreendido por João Figueiredo ainda mantinha um discreto método de violação dos direitos civis, além de se manter constantemente vigilante (LEITE, 2017, p. 107).

O autor pontua a permanência de práticas como a violação de direitos civis, o que fica ainda mais evidente ao colocar como as práticas de violência não só permanecem como operam de variadas formas, as vezes caótica e desorganizada quando indivíduos ligados as forças armadas buscavam agir no anonimato. Estas não estariam centradas em grandes escalões de comando e encontraria, em outros agentes, meios de atuação de forma anônima (LEITE, 2017, p. 107). Contudo, cabe ressaltar que no que se refere a indivíduos com suas identidades de gênero e sexualidades dissidentes esse modo de operação anônima ela é inexistente tendo em vista que, tais ações são chanceladas pelo Estado ditatorial e com corroboração de civis que veem, na defesa da moral e dos bons costumes, um elo comum que os colocavam em colaboração. Com isso não estamos dizendo que, durante o regime ditatorial, não possam ter ocorrido casos que violações que foram escondidos, perpetrados nas surdinas, entretanto, por

---

HIGA, Carlos César. **Diretas já**; Brasil escola. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/direta-ja.htm>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

se tratar de tais corpos tal anonimato não se fazia necessário tendo em vista que sua violação estava na ordem do dia.

Não somente estes indivíduos seriam alvo de formas de violação dos direitos civis como tantos outros ao serem considerados (as) suspeitos (as) e/ou subversivos (as). Isso nos leva a pensar nos meios em que o Estado chancela e protege agentes que empreenderiam tais violações através de “discreto método” tendo em vista que, em regimes não democráticos, acentua-se o exercício da vigilância e violência dentro e fora da lei, assim, é possível compreender as formas em que o poder transita entre ele e o indivíduo. Victoria Sanford, em pesquisa realizada na Urabá-Chocó (Colômbia), em 2000, investiga o uso de forças paramilitares para controlar postos de controle, investidos de tal atribuição dentro da lei, os quais desempenham atos violentos contra pessoas consideradas subversivas, agora fora da lei e que gozam de proteção do Estado ao atuarem nas margens (SANFORD, 2004). O caso estudado nos permite enxergar formas de atuação operante, por parte das forças armadas e policiais, dentro e fora da lei e com respaldo estatal no regime ditatorial aqui discutido.

Esse processo foi perpassado pela manutenção das formas de opressão de que eram alvo determinados grupos sociais marginalizados. Por se tratar de uma “redemocratização” negociada, processo que colocaria fim à ditadura civil-militar iniciada com a “abertura política”, a articulação entre o governo militar e oposição liberal constrói esse momento de transição silenciando propostas alternativas e atores civis que tiveram importantes contribuições contra o regime (CORDÃO, 2018, p. 30). Desse modo, conforme ressalta a historiadora e socióloga Michelly Pereira de Sousa Cordão, existia um interesse por restabelecer as instituições democráticas e governos civis e não, necessariamente, uma “redemocratização”, já que a democracia “Refere-se, sobretudo, a conquistas que abrangem grupos sociais historicamente marginalizados, assim como a resistência a estruturas e comportamentos hierárquicos no ambiente público” (CORDÃO, 2018, p. 31).

Nadine Habert sintetiza bem esse processo controlado quando coloca o conceito de “reacomodação do regime” para se pensar essa ação que partia “de cima para baixo” com o objetivo de manter a ordem da classe dominante. Ela diz:

Nos discursos oficiais, as palavras “abertura” ou “distensão” vinham sempre acompanhadas das expressões “lenta”, “gradual” e “segura”, reveladoras de uma reacomodação do regime feita de cima para baixo, controlada pelo poder, dentro da ordem e para manter a ordem da classe dominante (HABERT, 1994, p. 44).

Em meio a esse processo conservador e negociado não só uma perspectiva limitada de democracia, com base no reestabelecimento de instituições e governo civis, bem como liberdades, tais quais a de imprensa, se faz presente. Tem-se, também, as ausências, não limitadas a falta de atores civis que atuaram frente a ditadura e em defesa de determinados grupos sociais, mas a ausência de ações, ou a recusa inicial, que visassem os torturadores. Michelly Cordão nos diz que:

Em uma batalha entre o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado, as práticas de torturas são silenciadas, até porque, entre as reformas institucionais levadas a efeito pelo governo, não constava a punição aos torturadores. [...] a punição a “torturadores” não fazia parte das intenções do governo sendo restrita aos chamados “terroristas” (CORDÃO, 2018, p. 189).

A análise evidencia no quão restrita era a base para a construção de uma “redemocratização”. Se essa situação estava sendo aplicada à população civil como um todo, a falta de interesse em quaisquer reparos ou ação de reconhecimento de violências cujos alvos foram sujeitos (as) com suas sexualidades e identidades de gênero dissidentes é ainda mais acentuada.

Conforme aponta Renan Quinalha, houve um “não poder viver livremente” das sexualidades, do desenvolvimento de meios de sociabilidade, de construções de carreira profissional, por exemplo, em decorrência da discriminação por não se enquadrar dentro de um modelo heterossexista. Ocorrendo, também, da existência de forma distintas de atuação contra estes (as) sujeitos (as), anterior ao golpe de 1964 e pós-1988, de forma legal e institucionalizada. Dessa forma, ainda esclarece que:

Curioso notar que a ausência de tratamento aprofundado dessas questões convive em aparente paradoxo com um dos principais objetivos enunciados em todos os processos de justiça transicional, qual seja, o reconhecimento do sofrimento de grupos marginalizados e a construção de uma narrativa capaz de incorporar a multiplicidade das identidades desses grupos, conferindo-lhes dignidade e reparando as violências cometidas (QUINALHA, 2015, p. 262).

A ausência da discussão, pelo Estado, em meio aos processos de justiça transicional sobre esses grupos sociais marginalizados e a forma como foram afetados pelo regime em vigor à época, bem como o não interesse em ações com fins de reparação diante das violências de que foram alvo, se contrapõe à concepção de justiça transicional. O caráter conservador e

discriminante perpassa, assim, todo o período compreendido antes do golpe de 1964 e mesmo no de “redemocratização”, na década de 1980 que, como veremos, também se constitui em momento em que vigilância e repressão policial atuam com colaboração de civis.

Em 2013 no Estado brasileiro, com a realização da Comissão da Verdade, questões referentes à comunidade LGBT+ vêm à tona. Em 2011 foi criada a Comissão Nacional da Verdade para apurar as violações de direitos humanos com o intuito de produzir relatórios das comissões, sendo elas: “Ditadura e homossexualidade: a resistência do movimento LGBT”, realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em 26 de novembro de 2013, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. No dia 29 de março de 2014 ocorreu a segunda, realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) juntamente com a Comissão da Verdade paulista e em parceria com o Memorial da Resistência (QUINALHA, 2015, p. 266).

Apesar dessas mobilizações de tentativa de silenciamento de grupos sociais, a exemplo do movimento homossexual brasileiro, seja via forte censura, seja através do não interesse em inseri-los para se pensar a “redemocratização”, não anula as atuações destes grupos. Jonathan Vilar dos Santos Leite observa que o período de “redemocratização” servirá de brecha para que a sociedade civil, de forma gradativa, se restabeleça nas lutas e reivindicações, algo que não é exclusividade deste período. A organização de parte da sociedade civil na luta e reivindicações contrárias ao regime militar existiam anteriormente.

Muitos não se deixaram intimidar perante as ameaças, perseguições ou tentativas de amedrontamento; permaneceram firmes e agiram incisivamente, atuando ora isoladamente como classe ou quando necessário realizando alianças e se articulando com outros grupos e movimentos... (LEITE, 2017, p. 107).

Todavia, ao falar sobre resistência as menções ao movimento homossexual, que começa a se organizar no Brasil em meio a ditadura civil- militar, são quase que exclusivamente restritas a estudos desenvolvidos por sujeitos (as) pertencentes à comunidade LGBT+. Questões referentes a estes (as) passam a ter maior articulação, em nível nacional, quando um grupo de intelectuais, homens cisgêneros e homossexuais fundaram o jornal *Lampião da Esquina* e o *Grupo Somos de Afirmação Homossexual – Somos*, ambos em 1978.

O jornal fazia parte da chamada imprensa alternativa, material que compunha um quadro de circulação de vários outros jornais que abordavam questões negligenciadas, ou abordadas de

forma estereotipadas e criminalizada, pela grande imprensa, sobretudo em virtude do período ditatorial e da censura da Lei de Imprensa<sup>19</sup>. É nesse contexto em que o *Lampião da Esquina* irá atuar enquanto meio de comunicação das homossexualidades. Sua publicação é considerada importante no cenário em que o movimento homossexual começava a se organizar no Brasil<sup>20</sup> diante do limitado espaço para suas pautas, mesmo entre os movimentos de esquerda.

O que queremos dizer com isso é que, as práticas de vigilância, violência e resistência investigadas neste trabalho situam-se dentro de um recorte temporal em que o Brasil se encontrava em meio a ditadura civil-militar. Apesar do processo controlado pelos militares no poder e oposição liberal, “abertura política” e “redemocratização”, que levaria ao fim do regime ditatorial, com importante participação de movimentos sociais, as práticas de violência contra homossexuais, lésbicas, travestis, bissexuais e toda uma dissidência de gênero e sexual encarada rigidamente, até então, enquanto prática homossexual, irão se fazer presente em cada momento destes períodos. Apesar das práticas de violência contra o que hoje entendemos por comunidade LGBTQ+ não ter surgido com o golpe de 1964, tão pouco extintas com o fim da ditadura, é nesse período ditatorial em que elas foram acentuadas.

A forte presença de discursos que colocavam o comunismo enquanto o “grande mal”, este sendo um outro elemento a contribuir com a tentativa de silenciamento destes corpos, gerando, assim, o sentimento anticomunista usado como argumento para alegar o que diz o historiador Benjamin Cowan ao explicar que por serem homossexuais essa “[...] nunca chegou a ser a razão principal pelo qual as pessoas foram presas, torturadas e sujeitas aos abusos dos direitos humanos e civis [...]” (COWAN, 2015, p. 36). Certamente que essa não é a experiência vivida pelo homossexual e pela travesti que estava sendo preso (a) e abusado (a). É certo que os textos jornalísticos encontrados entre 1975 e 1984 no jornal *Diário da Borborema*, bem como os relatos que nos contam os depoentes, apesar de divergências nesses últimos, atestam que

---

<sup>19</sup> Um dos componentes do mecanismo de censura da ditadura civil-militar que permitia a apreensão material aplicação de multa. Entra em vigor em 1967 e na década de 1970 funciona a partir da fiscalização de um censor, escolhido pelas forças armadas, que controlaria os materiais a serem publicados. Em 1978 a censura de imprensa passa por mudanças e alguns jornais começam a publicar sem a necessidade de chancela do censor.

<sup>20</sup> Anteriormente a existência do *Lampião da Esquina* homossexuais organizaram algumas publicações, tais quais *O Snob*, em 1963, editado pelo pernambucano Agildo Bezerra Guimarães. Em 1976 surge o *Gente Gay*, organizado por colaboradores do extinto *O Snob*. No ano seguinte, em 1977, São Paulo conheceu os jornais *Entender* e *Mundo Gay* (SILVA, 2014, p. 2-3). Um levantamento destas publicações foi realizado pela historiadora Rita Colaço em *Uma conversa informal sobre homossexualismo* (1984). No que se refere a organização de grupos a década de 1960 ver surgir, no Rio de Janeiro, a *Turma OK*, formado majoritariamente por homens homossexuais com mais de 60 anos (SOLIVA, 2018, p. 121). Nessa mesma década, na cidade de Belo Horizonte, haveria a *Associação dos Libertados do Amor*, composta, supostamente, por travestis (COLAÇO, 2012, p. 68).

esses (as) sujeitos (as) enfrentaram algumas das situações referidas pelo autor devido sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

O historiador também pontua que a associação da homossexualidade masculina, bem como diversas outras formas de transgressões das normas de gênero com o imaginário de subversão esquerdista, degenerescência e o comunismo internacional já era presente no Brasil. O golpe de 1964 traz consigo não só o que viria a se constituir enquanto ditadura civil-militar como, também, evidenciar “[...] uma tradição de vincular atividade homossexual não só com patologia, mas também com ameaças à segurança e à viabilidade do Brasil” (COWAN, 2015, p. 49). Tal sentimento anticomunista “[...] teve papel preponderante no processo de arregimentação dos grupos adversários ao governo, fornecendo o principal argumento que unificou os setores de oposição” (MOTTA, 2006, p. 129) contra João Goulart. Cria-se um discurso por parte dos conservadores temerosos de que o país fosse entregue a comunistas, entretanto, tinham consciência de que o Partido Comunista não dispunha de forças para uma ação revolucionária vitoriosa (MOTTA, 2006, p. 138). Diante disso:

O anticomunismo muitas vezes serviu de guarda-chuva para abrigar frentes de direita integradas por grupos heterogêneos, servindo de língua franca para expressar (e incrementar) a mobilização contra a esquerda, contra movimentos sociais orientados para a esquerda e contra políticas voltadas ao combate às desigualdades em geral (MOTT, 2019, p. 77).

Nessa discussão, Carlos Fico, ao escrever *O Golpe de 1964: momentos decisivos*, discorre sobre esse sentimento anticomunista anterior ao golpe apresentando como o cenário mundial irá influenciar em sua propagação. Nesse sentido será importante a influência, financiamento e apoio militar norte-americano à grupos e políticos no Brasil no momento em que nomeia de “campanha de desestabilização” contra João Goulart, já no contexto da Guerra Fria (FICO, 2014, p. 29-30).

É certo que havia o posicionamento oficial do Estado que colocava o comunismo como principal inimigo do país, posicionamento este de suma importância para que viesse a ocorrer e justificar o golpe de 1964. Benjamin Cowan se ancora nesse posicionamento e se sustenta em depoimentos de figuras militares, como é o caso de um oficial do Centro de Informações do Exército (CIE), que discorre sobre o interesse do comunismo em apoiar “atividade dos homossexuais” (apud COWAN, 2015, p. 36). A existência de discursos chancelados não anula que as dissidências de gênero e sexualidade fossem alvo da vigilância não em virtude do

anticomunismo, e sim, também, por não se enquadrar dentro de padrões heterossexista socialmente construídos de como se devem comportar o homem e a mulher cisgêneros.

Fala-se sobre a oposição do Estado ao comunismo, o que reflete em estudos que partem dessa compreensão. Inúmeras produções, que fazem análises situadas neste contexto, tendem a englobar as repressões sofridas por sujeitos (as) com suas sexualidades e identidades de gênero dissidentes dentro de uma questão maior, o anticomunismo, ou, ignoram que tais ações tenham ocorrido. Em sua dissertação, *O arco-íris (des)coberto: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais – os casos de Porto Alegre e Buenos Aires* (2008), Guilherme Rodrigues Passamani, historiador e antropólogo, ao realizar um comparativo entre a ditadura civil- militar no Brasil situando a análise a partir da cidade de Porto Alegre enquanto recorte geográfico, e a ditadura na Argentina (1976-1983), no período conhecido como Reorganização Nacional, reafirma seu argumento de que em nosso país a maior preocupação seria o comunismo. Sobre a experiência brasileira:

[...] pode-se dizer que a ditadura militar brasileira não esteve diretamente preocupada com as homossexualidades. Ela estava muito ocupada era com os “comunistas”. [...] durante todo o período de repressão militar as sociabilidades gays seguiram ocorrendo. Houve censura a muitos espetáculos de travestis, transformistas nos principais salões de espetáculo do eixo Rio – São Paulo e ocorria detenção de muitos homossexuais que buscavam encontros furtivos nas ruas (PASSAMANI, 2008, p. 36).

Sobre a experiência na Argentina, aponta que:

[...] por outro lado, a ditadura militar no final dos Setenta foi implacável na perseguição aos homossexuais. [...] durante a última ditadura houve um pacto de cumplicidade entre o regime e os setores mais conservadores da Igreja Católica, o que fez com que alguns integrantes ultracatólicos da Cúria ocupassem espaço no governo militar e desenvolvessem suas doutrinas heteronormativas para além dos domínios de suas Igrejas e transformassem a heterossexualidades em uma política de Estado (PASSAMANI, 2008, p. 36).

Não restam dúvidas de que se tratam de experiências distintas onde, a seu modo, direcionaram seus esforços para reprimir práticas tidas enquanto homossexuais, entretanto, ambas fizeram uso de permissões legais e institucionais não sendo necessário claras menções a estes (as) sujeitos (as) em leis, como foi o caso do Brasil. A existência e a proliferação de espaços de sociabilidade, em determinadas cidades brasileiras, tornariam a experiência da ditadura para estes (as) sujeitos (as) nessas terras, supostamente brandas. A argumentação

apresentada pelo autor de que “[...] a ditadura militar brasileira não esteve diretamente preocupada com as homossexualidades” em decorrência do discurso institucionalizado e que fazia claras menções ao anticomunismo ou por, segundo ele, o regime na Argentina ter imposto o medo de “forma mais eficaz” é ter uma compreensão limitada do que foi a experiência ditatorial no Brasil partindo de concepções de agentes que ocupam altas posições e que propagam tais discursos institucionais. Tal análise ocorre não por concordar com uma “dita branda”, pelo contrário, seu esforço que antecede a grande quantidade de pesquisas que se debruçam sobre esses corpos no período da ditadura, contribui com estes estudos ao realizar essas comparações e, assim, evidenciar, a seu modo, que esses corpos não passaram despercebidos.

Essas análises precisam ser cautelosas para que não coloque, em menor grau, as formas de como o regime autoritário agiu no cotidiano de indivíduos desfavorecidos ou que não se enquadravam dentro de um padrão defendido pela moral e bons costumes deslocando, assim, sua atenção para grupos que possuíam mecanismos, sobretudo econômicos, que pudessem permitir ter a experiência de uma ditadura dita branda. Diversos meios foram utilizados para legitimar ações contra esses (as) sujeitos (as). Carlos Fico fala sobre a ingenuidade de se pensar o mito da história incruenta onde determinadas transformações políticas teriam ocorrido sem o derramamento de sangue, assim, o mito encobriria “[...] a versão apaziguadora de que, no Brasil, o golpe de 1964 e a ditadura militar não foram tão violentos como, por exemplo, seus correlatos argentinos”. Contudo, interessa a determinados grupos da sociedade civil narrativas que versem sobre a existência de uma “não violência” ou de que a ditadura teria sido “menor pior por ter matado menos” e “branda”, a exemplo daqueles que apoiaram a derrubada de João Goulart e apoiou o regime que se seguiu. Para estes “[...] deve ser tranquilizador supor que não houve violência” (FICO, 2014, p. 60).

Em sua tese de doutorado, *Batalha de confete no “Mar de Xarayés”: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade* (2015), Guilherme Rodrigues Passamani volta a mencionar a ditadura argentina discorrendo que, as formas de sociabilidade feitas por “gays portenhos”, tais como a realização de festas, mesmo que em locais distantes, e a utilização de banheiros públicos para socialização se constituiriam enquanto formas de estratégias coletiva de resistência (PASSAMANI, 2015, p. 95-96). Podemos compreender, portanto, que “[...] durante todo o período de repressão militar as sociabilidades gays seguiram ocorrendo” (PASSAMANI, 2008, p. 36) no Brasil, constituindo-se, também, numa forma

coletiva de resistência e não num resultado de uma ditadura que não esteve diretamente preocupada com as homossexualidades.

Além de particularidades identificamos mecanismos semelhantes utilizados contra estes corpos, o que pode ser observado em pesquisa empreendida pelo historiador Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, *Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. O Estado brasileiro e o argentino possuíam um modelo familiar igual onde não se fazia incluso sujeitos (as) com suas dissidências de gênero e sexualidade, assim, o ideário em prol de um progresso econômico, político e social partia da defesa da família liberal. No período ditatorial na Argentina Editos Policiais eram utilizados como meios de inibir a criação de espaços de sociabilidades de frequência das homossexualidades. De modo semelhante a Lei de Vadiagem instaurada no Brasil em 1924, utilizada nas décadas seguintes tanto em governos democráticos como, também, na ditadura civil- militar, apesar de não fazer claras menções a termos como homossexuais e equivalentes, foi utilizada para vigilância à repressão em espaços públicos e privados (PINTO, 2021). O autor explica que esses dois mecanismos estariam relacionados

[...] a um processo de consolidação da ordem binária hétero/homo, historicamente, desenvolvida desde o século XIX. Neste caso, as práticas sexuais que se aproximam da homossexualidade estariam no lado “mau” da moral das sociedades ocidentais. O discurso empreendido como “moralidade” surge como um elemento base de classificação sobre o sexo e de complementação do projeto político de busca pelo “progresso” para alcançar sociedades mais “desenvolvidas” (PINTO, 2021, p. 50)

Como veremos adiante esses discursos e mecanismos de controle dos corpos se articulam mobilizando Estado e sociedade civil com ideais convergentes. Concepções de grupos dominantes dão base de sustentação e perpetuação dessas situações de vulnerabilidade destes (as) sujeitos (as) que fogem à norma heterossexista. É nessa arena de intensas articulações e disputas que localizamos indivíduos aqui discutidos criando, (re)apropriando e negociando espaços no fazer cotidiano.

## 1.2 – Ações policiais, de civis e revoltas de desviantes

Recorrer a memórias passadas requer esforço não apenas para lembrar do que já foi esquecido, do que já se perdeu em meio a confusões de lembranças que vagueiam e se chocam em nossos cérebros e que, muitas das vezes, nos tiram sossego. Trata-se, também, de um esforço para revivermos momentos os quais gostaríamos de nunca ter vivenciado; momentos que gostaríamos que tivessem tido um outro rumo, ou que simplesmente não tivessem ocorrido. É também recordar de acontecimentos que consideramos bons ou relembrar aquilo que nos é questionado em entrevistas. A relação entre entrevistador e entrevistado, ao provocar tal imersão nas memórias, acaba por envolver-se na construção de narrativas autobiográficas.

Nesta pesquisa os (as) sujeitos (as) entrevistados (as) inserem-se numa investigação que faz uso de memórias contra-hegemônicas que não só os (as) insere no fazer historiográfico, comumente excluídos (as) de produções históricas tradicionais como, também, denuncia as formas de violência de que foram alvo (GATICA, 2012, p. 222-223; 226), mesmo que elas apresentem experiências divergentes. Assim, as transcrições, que partem destas memórias e se fazem presentes ao longo deste texto, apresentam diversas experiências e que, articuladas entre si junto às matérias do jornal Diário da Borborema nos permitirá compreender, de forma mais abrangente, situações em que se encontravam na cidade de Campina Grande – PB a partir da segunda metade da década de 1970 até a segunda metade da década de 1980.

O que essas narrativas nos dizem sobre ação policial que visavam corpos com suas sexualidades e gêneros considerados desviantes? O depoente B, em entrevista realizada em 10 de abril de 2021, quando questionado sobre lembrar-se de batidas policiais em lugares que costumavam frequentar nesta cidade, relata que:

Eu ouvi falar, na época, era muito pouco, não se:: não se:: não era comum. Era comum sim, a gente estar num bar e chegar a polícia, mas nunca era, não era truculenta, **ele pedia permissão**, entrava pra ver se tinha menor de idade /.../ Houve, claro que houve, **houve coisas mais era um pouco distante de nossa realidade**, assim, porque, porque a gente frequentava esses lugares mas não tinha aquele tipo baculejo<sup>21</sup>.

O relato apresenta uma experiência em que batidas policiais não só não ocorriam como, também, havia uma postura respeitosa, por parte desses agentes estatais, ao adentrarem em espaços em que se encontravam esses (as) sujeitos (as). Tratava-se de situações distantes de sua

---

<sup>21</sup> DEPOENTE B, 2021, grifo nosso.

realidade. É de suma importância que tenhamos conhecimento de que lugar social esse depoente elabora suas narrativas para, assim, situarmos sua experiência e entendermos porque ela se diferencia de tantas outras.

De origem de família católica é filho de um funcionário público e de uma professora, inclusive chegou a lecionar em universidade; homossexual; cisgênero; branco e com 58 anos de idade, até a data de realização desta entrevista. Sobre o lar em que viveu pontua que a prioridade “/.../ na nossa casa, **mesmo sendo família humilde**, era o estudo, até:: além dá, digamos assim, da comida” (grifo nosso). Em 1977, aos 14 anos de idade, foi estudar na cidade de São Paulo em um internato católico para rapazes, faixa etária em que também “/.../ lia coisas que ninguém imaginava”. Sem mencionar em que ano ocorreu, prossegue relatando que, após sua estadia em São Paulo, veio a Campina Grande – PB acabando por ir à João Pessoa, cidade capital do Estado da Paraíba, para cursar Educação Artística já que, até então, não existia curso de Belas Artes nesse Estado. Durante o período em que esteve na capital paraibana ganhou uma bolsa de estudos indo estudar Design na Itália. Ainda sobre si, discorre ao abordar sua experiência homossexual na cidade de São Paulo:

*/.../ durante a minha história eu **não resvalei na prostituição ou vulgaridade, bebida, drogas, nada disso**. Experimentei minha maconha com 18/19 anos, sem problema nenhum. Não tinha coisa fora isso, não tinha outras coisas, era caipirinha, praia e baladas homéricas /.../*<sup>22</sup>

O depoente B narra sua experiência em um cenário em que havia batidas policiais, contudo, a ação destes visando pessoas com suas sexualidades e gêneros dissidentes, aqui mais especificamente homossexuais, travestis e lésbicas, entretanto, “não fazia parte de sua realidade”. Os lugares que frequentava não eram alvo de ações policiais e, quando ocorria, havia uma forma de tratamento em que se pedia permissão para adentrar e averiguar se os (as) presentes não seriam menores de idade.

Diante de seu depoimento enxergamos como as relações e as situações variam a partir do lugar social que ocupa. Construindo uma imagem higienizada de si, conta não somente sobre sua instrução acadêmica, acesso a grandes centros urbanos e países da Europa como, também, preocupa-se em se distanciar de um imaginário socialmente construído das homossexualidades. Em sua narrativa constrói um lugar onde, “mesmo sendo homossexual não teria se resvalado

---

<sup>22</sup> DEPOENTE B, 2021, grifos nossos.

na prostituição e na vulgaridade”. Assim, outros (as) que não se inseriam nesse lugar experienciariam diferentes formas de tratamento por parte da polícia que não pediria licença para adentrar em determinados locais, mesmo que situados numa mesma região geográfica.

Ainda discorrendo sobre batidas policiais menciona um caso em que esta teria entrado no *cine-theatro* Babilônia<sup>23</sup>, durante exibição do filme *Hair*<sup>24</sup>, e vários (as) sujeitos (as) foram levados para uma delegacia nos carros Fuscas que eram utilizados.

Eu vou lhe contar uma coisa, em 1980 /.../ foi lançado o filme *Hair* /.../ nós formos todos, todos os entendidos de Campina /.../ no Cine Babilônia, né, e quando começou aquela ‘aquários aquários’ ninguém aguentou, todo mundo subiu nas cadeiras /.../ e pulando um por cima do outro, eu tinha os cabelos longo cacheado[s também. Eu vi esse filme umas dez vezes, agora, numa dessas dez vezes as luzes se acenderam entraram, entrou um batalhão de policial e levou todo mundo pra delegacia, a turma. Agora isso era umas, uns fusca /.../ era uns três fusquinha esperando, ia levar, vinha buscar o resto. **Ninguém foi fichado, ninguém foi só orientado /.../ tinha um:: ar de de riso, de tolerância /.../** Eu não me recorde nunca de estar em um bar e alguém ter dado um baculejo, alguém partir com violência<sup>25</sup>.

Queremos chamar a atenção não para o ocorrido, mas para a forma como o depoente B suaviza a ação repressiva. Ao narrar em meio a risos, o que se insere num construto em que sua imagem está desassociada de qualquer “desordem”, a coloca como não repressiva, mas sim uma ação que visava orientar para que essa forma de comportamento, naquele espaço, não viesse a se repetir. Foram necessários três veículos para transportá-los (as) até a delegacia onde seriam orientados (as), complementa alegando que os ares eram de riso e tolerância, tudo não passaria de diversão já que, agora reafirmando, não se recorda de ter presenciado ações de violência policial em bares. Ou seja, sua compreensão de violência é restrita e não englobaria formas outras de violentar estes corpos, como é o caso ocorrido no Cine Babilônia em que foi preciso colocá-los (as) em viaturas policiais e conduzi-los (as) até uma delegacia para “receberem orientações”.

---

<sup>23</sup> Fundado em 1939, o *cine-theatro* Babilônia, localizado na R. Irineu Joffily, Centro, encerrou suas atividades em 2000 este sendo, à época, o maior e mais antigo em funcionamento no Estado da Paraíba, com 780 lugares. Durante seu funcionamento passou por reformas, uma delas ocorrendo na década de 1970 tendo como responsável o arquiteto Geraldino Duda o qual projetara o Teatro Severino Cabral. SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2009/09/o-cinema-babilonia-foi-inaugurado-em.html#.YkoC7CiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

<sup>24</sup> Produção cinematográfica estadunidense de 1979, sob direção de Milos Forman e produção da United Artis.

<sup>25</sup> DEPOENTE B, 2021, grifo nosso.

O depoente compreende a situação como uma “não violência”, momento apenas de orientação partindo da justificativa de ninguém ter sido fichado. A não realização de ficha criminal não significaria que outras formas de repressão se fizessem de todo ausente naquele momento. Um caso de batida policial ocorrido no bar Cachação, local de frequência lésbica na cidade de São Paulo – SP, noticiada em jornais daquela cidade em 15 de novembro 1980, deteve mulheres as quais foram julgadas por àqueles policiais enquanto lésbicas. No momento em que se encontravam detidas na delegacia foram observadas formas de tratamento variadas a depender de que sujeita se tratava, como estava vestida e se pertencesse a alguma classe social mais abastada economicamente. O relato segue apontando sobre a prática de extorsão onde tiveram que pagar alguma quantia, “[...] ‘no fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas’”. O que seria uma vitória diante do “não fichamento” não impediu que outras ações do tipo viessem a ocorrer (QUINALHA, 2021, p. 91-92). O não fichamento não pode servir de parâmetro para classificar o que seria ou não uma ação violenta, de repressão e controle por parte de policiais.

As violências que, neste caso, partiam da polícia não só se perpetravam de diversas formas como, também, ocorriam em diversos espaços. Na elaboração do depoente B elas estariam ausentes de lugares que frequentava, determinados bares e a delegacia onde ninguém foi fichado. No trecho a seguir ele nos diz:

Sei, porém, que nas ruas de prostituição, aí entrava tanto as prostitutas quanto /.../ as travestis, tinha esse tipo de comportamento, **até de proteção mesmo dos próprios policiais**, eles extorquiam. E houve também casos de assassinatos e tudo, mas isso é muito mais pra frente, muito mais pra agora (+) do que antes<sup>26</sup>.

Era de conhecimento deste que “nas ruas de prostituição” existiam os baculejos<sup>27</sup>, ou seja, ações truculentas, entretanto, refere-se às ações de violência de que eram alvo prostitutas e travestis enquanto “tipo de comportamento”. Não só relativiza tal violência como coloca tratar-se de um mecanismo de defesa, dos próprios policiais, diante de prostitutas e travestis vindo a reforçar a associação destas como praticante de atos de agressividade. Ao mesmo tempo em que realiza tal articulação coloca a prática de extorsão enquadrada enquanto “tipo de

---

<sup>26</sup> DEPOENTE B, 2021, grifo nosso.

<sup>27</sup> Termo utilizado por populares para se referir a ação policial, prática de revistar alguém.

comportamento” e “forma de proteção” por parte dos policiais. Além disso observamos como a polícia, atuante enquanto braço repressivo do Estado, neste caso não democrático, também age perpetuando crimes (AUYERO; LARA; BERTI, 2013, p. 103) se assim entendermos as práticas de extorsão acima mencionadas.

Indo de encontro, em partes, a estes relatos o jornal Diário da Borborema publicou algumas matérias onde encontramos ações policiais e denúncias que pedem para que medidas sejam tomadas. Os primeiros a serem aqui analisados visaram ambientes públicos, então pedir licença não seria necessário, como ocorria em alguns bares, segundo do depoente B. Foi sem pedir licença e vendo a necessidade de ação policial que prostitutas e homossexuais foram parar nas páginas do jornal.

Quem adquiria a edição daquele jornal publicada no dia de quinta-feira, na data de 15 de julho de 1976, deparava-se com uma matéria no meio da página policial com o título “Prostitutas e homossexuais causam problemas no Centro”. O agrupamento de pessoas em determinados pontos da cidade foi o suficiente para que fossem parar em meio a referida página sob a justificativa de causarem “desordem” e “infligir a moral e os bons costumes”. Vejamos a matéria a seguir:

O escândalo provocado por **mulheres suspeitas e homossexuais**, logo às primeiras horas da noite, nas Praças e Ruas centrais da cidade, e digno de uma tomada de providências por parte da Polícia.

A imoralidade reina, logo a partir das 19 horas na Praça da Ternura, onde um círculo de **perversos sexuais** impera todas as noites. Na Praça da Bandeira é constante a presença dos referidos, que se aproveitam da escuridão para dar evasão a seus instintos.

Palavrões, gritos histéricos e provocações às estudantes e senhoras que passam naquele logradouro público. Nas Ruas Venâncio Neiva, Maciel Pinheiro e João Pessoa, as mulheres de vida ruim, fazem ponto logo cedo. As referidas não ligam de promover escândalo, estejam ou não passando pessoas de bem.

Não existindo quase nenhuma ronda da Delegacia de Polícia, para uma repressão ao caso, cada dia aumenta o número de prostitutas nas ruas centrais e Praças, onde elas fazem o trottoir abertamente.

Espera-se que a Delegacia central adote providências concernentes ao caso, **afastando do centro as mundanas e homossexuais** principalmente, logo às primeiras horas da noite, quando os mesmos chegam para o “trottoir”<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> DB, 15/07/1976, p. 11, grifos nossos.

A matéria coloca homossexuais e prostitutas de forma estigmatizada e marginalizada. Seriam o avesso de um ideal moralizante e autoritário a favor do qual o jornal levanta sua bandeira. Em um regime antidemocrático a sociedade deveria ser constituída apenas por “pessoas de bem”<sup>29</sup>, restando a repressão, vigilância e exclusão àquelas (es) que não se encaixariam nesse perfil.

Desse modo o homossexual é digno de ser tratado pelo instrumento estatal de repressão, a polícia, e pela violência simbólica que atravessa a narrativa jornalística. O veículo de informação, ao colocar-se como dispositivo de mediação em favor dos interesses da sociedade, leia-se de determinado grupo que compõe a sociedade onde o que fugia a regra, e aqui inclui-se homossexuais, travestis, lésbicas, prostitutas e outros (as), pede à delegacia de polícia a tomada de providências para combater práticas consideradas “imorais” e “mundanas”. A tomada de providências incluiria a remoção destes (as) do centro da cidade, colocados (as) à margem deste e, portanto, limitar sua presença nestes ambientes públicos, questão que volta a aparecer em outras matérias publicadas. O ato de *usar* o espaço público significaria uma forma de transgressão, uma forma de resistência à “ordem pública”.

A existência desses corpos, enquanto indivíduos cuja orientação sexual e identidade de gênero desobedecia ao *status quo* dos “bons costumes”, não deveria ser publicizada de outro modo que não fosse sua condenação, o que ocorre nas páginas deste jornal durante todo o recorte estudado. Era preciso mantê-los (as) restritos (as) à determinados espaços para impedir que se tornassem visíveis aos olhos das “pessoas de bem”. Dessa forma eles (as), que aparecem de forma estigmatizada e com determinadas características atribuídas a sua “espécie”, se inserem no que Michel Foucault explica ao evidenciar que o homossexual, a partir do século XIX, torna-se um personagem. A homossexualidade, quando transferida da prática da sodomia, passa a ser uma das figuras da sexualidade, assim, tem-se uma espécie e não mais um sodomita, considerado reincidente, “Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade ” (FOUCAULT, 2006, p. 50-51), que se distingue do “sujeito comum” quando lhe é atribuído diversos sentidos e significados visando sua diferenciação, catalogação e a exclusão política - social por não se enquadrar no que seria moral.

---

<sup>29</sup> A utilização do termo sintetiza um construto social ocidental de um modelo ideal e forma de comportamento tido enquanto norma. Assim, “pessoas de bem” refere-se à um modelo restrito de sujeito cisheteronormativo, cristão e branco.

Esses mecanismos que atuam numa prescrição e controle do que seria o homossexual, a saber o exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares, conforme cita Michel Foucault, e aqui acrescentamos o jornal, a polícia e setores/grupos de sujeitos (as) da sociedade civil, apesar de terem como objetivo dizer não às “sexualidades errantes” ou “improdutivas”, essa não seria sua única forma de atuação. Trata-se de mecanismos que incitam o prazer e o poder, “Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo” (FOUCAULT, 2006, p. 52-53).

Prazer e poder constituem dois polos que se articulam e se incitam (FOUCAULT, 2006, p. 56), atuando por meio de mecanismos, como os anteriormente citados, estão passíveis a (re)apropriação por parte dos (as) sujeitos (as) minando, assim, esses campos de disputas. Essa (re)apropriação de mecanismos/saberes pode ser encontrada em vários exemplos tais como, o uso da grande imprensa como meio de denunciar violências de que são alvo, como ainda veremos neste trabalho; as diversas formas de uso do espaço público de modo a criarem espaços para si; reivindicações por despatologização da homossexualidade e outros.

Articular resistências e marginalidade requer pensarmos não apenas o espaço físico, seja ele bairro periférico ou pontos marginalizados existentes no centro de uma cidade, a exemplo dos relatos do depoente B em que narra não ter ocorrido ações de batida policial nos bares que frequentava, mas que sabia que em pontos de prostituição isso ocorria. A margem deve ser pensada enquanto constituinte dos próprios indivíduos. Suas vozes, seus hábitos, suas culturas, suas artes, seus prazeres, sua produção de conhecimento, formas de desenvolvimento econômico e sua inserção em locais que não foram pensados para eles (as). Locais de exclusão e banalização constituem elementos de isolamento daquilo que seria o centro, este sendo o oposto do que se é marginalizado. A margem não aparece tão somente no plano geográfico, ela se constitui no indivíduo e em suas ações. A margem não constitui num espaço de passividade, como explica bell hooks (2019), trata-se, sobretudo, de espaço de resistência em constante diálogo com o centro que o incita.

Quando tais dissidências ocupam lugares públicos, como as ruas e praças no centro da cidade citadas na matéria do jornal, temos a “abertura radical” (HOOKS, 2019, p. 287), que se constitui enquanto espaço de produção e (re)apropriação de conhecimento, questionamentos, rompimento de barreiras impostas e de (re)formulações. A margem é um espaço complexo onde

não se encontra somente a opressão, a submissão, ela também é espaço de resistência; é componente de um corpo maior, juntamente com o centro, onde os indivíduos marginalizados dialogam a partir da percepção de ambos, daí a dualidade de estar à margem, percebê-la, bem como perceber o centro. Assim como centro e margem se articulam, opressão e repressão também, nas ideias de Michel de Foucault são mecanismos que não se excluem, ambos atuam se incitando.

Ao noticiar e corroborar com a ideia de que estão causando problemas no centro da cidade e que seria “[...] digno de uma tomada de providências por parte da Polícia”, põe em xeque a compreensão de que a repressão teria ocorrido unicamente através de autoridades e aparatos do Estado, a exemplo da polícia. Ela também teria partido da sociedade civil que, ao denunciar as homossexualidades estaria incitando e corroborando com ações que visassem esses (as) sujeitos (as) assim como uma visão social de que seriam um problema e, portanto, deveria ser resolvido, eliminado. A defesa da moral e dos bons costumes é um componente forte nos discursos em oposição às práticas das homossexualidades, contudo, não se trata de discriminações que teriam surgido a partir do golpe de 1964 e da ditadura que lhe sucedeu. Explica Carlos Fico no prefácio da coletânea *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (2015):

Esses preconceitos, evidentemente, não surgiram com a ditadura militar. Ela apenas forneceu aos moralistas e conservadores, então no poder, os meios para agirem. O que há de peculiar no regime militar, sobretudo após o AI-5, é que tais preconceitos foram utilizados pelos órgãos de informações para alimentar seus dossiês por meio da combinação entre desvio moral e subversão e, também, tendo em vista a técnica de inculpação que majoritariamente utilizavam (FICO, 2015, p. 15).

Defender a moral e os bons costumes do que era considerado subversivo, palavra comum no repertório à época para referir-se a tudo o que não se enquadrasse sob o *slogan* conservador da “paz social” e da “ordem pública”, levou a uma confusão e associação direta entre comunismo e homossexualidades. Dessa forma, o contexto conta com a hegemonização de um pensamento autoritário e absolutizante de criminalização da diferença. A peculiaridade da utilização da discriminação, como coloca Carlos Fico, no período ditatorial não se resume ao aparato do regime, mas sim, a seu modo, também de utilização por parte da sociedade, uma inter-relação entre militares e sociedade civil que a tinha como interesse comum.

Nem só de repressão se fazia o cotidiano, resistências ocorriam e de formas diversas. Quando se fala em resistências, formas de burla e/ou perturbação da norma por parte das homossexualidades no Brasil durante o regime ditatorial, o que temos em maior evidência são as movimentações em grandes centros urbanos, o que já vem mudando com o desenvolvimento de novas pesquisas, conforme apontado brevemente na introdução deste trabalho. Além disso, costuma-se destacar o ano de 1978, quando é criado o grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, inicialmente composto por homens homossexuais, mulheres lésbicas vindo a somar posteriormente e o jornal alternativo Lampião da Esquina, também composto por homens homossexuais. Com um conselho editorial que reunia jornalistas, escritores e intelectuais que, segundo Júlio Assis Simões e Regina Facchini, detinham considerável peso na vida intelectual brasileira, conquista significativa importância de modo que seu primeiro número, publicado em maio de 1978, tivesse uma tiragem de 10 mil exemplares, posteriormente alcançando o montante de 15 mil (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 83-84).

Segundo James N. Green e Ronald Polito “[...] o surgimento do jornal Lampião da Esquina [...] pode ser tomado como um divisor de águas, como sintoma do amadurecimento político do movimento” (GREEN; POLITO, 2006, p. 22) num momento em que o então movimento homossexual brasileiro passaria a ocupar a imprensa, não só a alternativa como também a grande imprensa, a exemplo da Coluna do Meio, assinada por Celso Curi, veiculada no jornal Última Hora, de São Paulo, pertencente ao Grupo Folha e que tinha como público alvo as homossexualidades. Durante o período em que esteve no ar, entre 1976 e 1979, informou sobre o surgimento de novas boates gays e forneceu informações ligadas ao movimento gay e lésbico internacional (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 78).

Essas produções que partem desses grandes centros urbanos, apesar do esforço inicial, são limitadas quando se trata de abordar sujeitos (as) e experiências das periferias. São produzidas e versam principalmente sobre e para um público com maior poder aquisitivo, intelectuais e do meio artístico, portanto, com condições materiais que lhes dão possibilidades de viver experiências diferentes daqueles (as) que não estão inseridos (as) nesse seleto grupo. Embora consideremos o mérito das pesquisas que discutiram/discutem a temáticas nesses espaços, preocupamo-nos em analisar sujeitos (as) que estão inseridos (as) no cotidiano das margens.

Fora desse meio, na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, surge, ainda nos primeiros anos de década de 1980, a fanzine<sup>30</sup> *Jornal Gaia*. Voltado para formas de expressões de diversas experiências sexuais a publicação, que não constituía um meio de contestação homossexual a exemplo do *Lampião da Esquina* que assumia tal postura, era produzido por universitários da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e se restringia a estes e grupos culturais, conforme explica Thiago de Lima Oliveira (2017). O autor também esclarece que o primeiro grupo de militância homossexual surge em 1981, neste Estado, influenciado por outros já existentes, tais quais o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o já citado *Somos*. Intitulado de *Nós Também* teria vínculos com jovens universitários e docentes daquela universidade (OLIVEIRA, 2017, p. 331).

Nas periferias tem-se uma limitação de espaços onde indivíduos com suas identidades de gênero e sexualidades dissidentes pudessem manifestá-la livremente, o que não impede que eles sejam construídos ou que haja a resignificação de outros, a exemplo de espaços públicos citados anteriormente na matéria “Prostitutas e homossexuais causam problemas no Centro”. Algumas experiências em grandes cidades, nesse sentido, acabam por proporcionar e difundir espaços de maior liberação sexual justamente por existirem ambientes específicos e/ou de maior tolerância. Importante ressaltar que a existência de espaços destinados ao público gay e a possibilidade de maior liberação de suas sexualidades não os (as) isentam de sofrerem violências, seja institucional ou por parte de civis. Aliado a isso, as diferenças de classe e raça ou etnia produzem a exclusão de alguns grupos, trata-se de dois marcadores sociais importantes a serem considerados numa discussão sobre processos de marginalização ou liberação das homossexualidades<sup>31</sup>.

A partir dessa matéria compreendemos que os usos e ocupações de espaços públicos expressam uma contestação, haja vista que aquelas pessoas ao causarem “escândalo” nas praças e ruas desobedeciam a ordem social e estatal. Essa contestação pode ser pensada enquanto resistência, mesmo que não de forma organizada com claros objetivos contestatórios, mas que atuam através de táticas do cotidiano. A tática seria um jogo que ocorre no campo do outro, o qual é imposto, onde cada movimento é operacionado no espaço do inimigo (CERTEAU, 2014,

---

<sup>30</sup> Termo referente à revista de fãs, publicação de pequena circulação, caseira, feita à mão.

<sup>31</sup> Apesar da importância da raça se fazer presente na pesquisa, nossas fontes são limitadas para análises que deem conta deste marcador social. As matérias jornalísticas não fazem menções a questões de raça desse grupo social aqui discutido e, apesar de nossos esforços de entrevistar pessoas negros (as) e pardos (as), não obtivemos sucesso em localizá-los. Nas entrevistas realizadas procuramos suscitar questões que envolvessem tal marcador, contudo, tal questão não pode ser contemplada aqui.

p. 94-95) numa relação entre *centro e margem*. Compreendido por Michel de Certeau como a arte do fraco, esse movimento tático, não havendo disposição de grande mobilidade no campo do inimigo, vai se inserindo nos pequenos espaços tornando-os radicais, conforme atesta bell hooks (2019), em meio às falhas do adversário.

Homossexualidade, prostituição, perversão e anormalidade também aparecem de forma relacionada em matéria publicada no domingo de 24 de julho de 1983, na revista *Tudo*<sup>32</sup>, a qual compunha o diário, com uma chamada ocupando a parte superior da página temos “Prostituição – o preço da carne humana”. Assinado por Afrânio Marques, do curso de Comunicação da URNE – não foi possível identificar se seria aluno da graduação ou se já teria a formação –, sob o título presente na capa, escreve:

[...]

**Não é só a mulher que se PROSTITUI, como também o homem através do HOMOSSEXUALISMO**, ao contrário das mulheres, quase sempre são anormais psíquicos ou fisiologicamente. Não é a necessidade econômica que o leva a isso, enquanto a mulher normal se prostitui, o homem normal jamais fará.

[...]

**Aqui em Campina Grande, ainda não existe, os homossexuais, ainda não dispõem de um campo de lazer. Lazer sim, porque nas grandes capitais desenvolvidas, eles para se divertirem, encontrarem os garotos de aluguel, não precisam ir a lugares públicos.** Neste mundo gay, como é chamado, os homossexuais masculinos e femininos, as lésbicas, por exemplo, dançam, beijam-se, etc. porque lá tudo para eles é normal, o que para a sociedade ainda não é<sup>33</sup>.

O texto faz uma relação direta entre o que seria “homossexualismo” com a prostituição que seria praticada por “homens anormais”, ou seja, a prática de prostituir-se realizada por alguns homossexuais não teria outro motivo senão a sua “anormalidade”. O autor do texto também faz uma associação direta dessas pessoas, com suas práticas de prostituição, a espaços públicos. Ele traz experiências de grandes centros urbanos, onde haveria um “mundo gay” em que as homossexualidades dariam “evasão a seus instintos” ao dançarem e beijarem-se. Existiram lugares de lazer em “grandes capitais”, os mesmos “não existindo nesta cidade

---

<sup>32</sup> A Revista Tudo do jornal Diário da Borborema, foi criada pelos jornalistas Aécio Diniz Almeida e José Itamar Cândido, em 9 de novembro de 1975. De periodicidade dominical, possui 16 páginas e aborda temas diversos (DB, 02/10/1983).

<sup>33</sup> DB, 24/07/1983, p. 4-5, grifos nossos.

levando”, assim, a fazerem uso de espaços públicos. Fica claro que o autor da matéria desconhece a cidade de Campina Grande – PB em sua rotina noturna onde existem vários estabelecimentos comerciais de frequência das homossexualidades, bem como alguns criados por lésbicas cuja clientela consistia em homossexuais, lésbicas, travestis e outros (as).

O Ocidente cria uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, uma ciência da sexualidade que se sofisticava e amplia-se, ramifica-se em outras áreas e atuações, a exemplo das investigações psiquiátricas (FOUCAULT, 2006, p. 19; 29; 52). No século XIX essas áreas foram responsáveis por apresentarem classificações de espécies e subespécies da homossexualidade, e outros, possibilitando não somente que formas de controle social fossem desenvolvidas e aprimoradas como, também, a formação de discursos de reação (FOUCAULT, 2006, p. 112). Dois aspectos que identificamos no trecho transcrito acima, temos não somente a associação entre homossexualidades, anormalidade e prostituição que corrobora com saberes médicos, os quais realizam tal classificação psíquica e/ou fisiologicamente, bem como a menção de um “mundo gay” que, apesar de parecer compor uma narrativa de evidenciar que esses corpos encontrariam meios e lugares para realizar atos considerados normais por eles (as), mas não pela sociedade, pode ser compreendido por nós enquanto forma de reação. O texto do autor apresentaria, assim, um discurso de vigilância e controle social e de reação ao mencionar a existência de um “campo de lazer”.

Escândalo e formas de conduta socialmente condenáveis teriam aparecido já em 1975. Era domingo, 27 de julho daquele ano e constava na página policial “Homossexuais encanados”.

**Causando escândalo na Praça da Bandeira**, foram presos pela ronda da Delegacia de Costumes, os **homossexuais Carlos Vidal Silva** (a “Carla”, 18 anos, rua Mem de Sá, S/N – Santa Rosa) e Wilson da Costa Nascimento (“Cota”, 22 anos, rua Henrique Dias, S/N – Conceição).

Ambos faltavam com o decoro devido, na **Praça da Bandeira, local preferido por tais elementos para “suas reuniões e bate-papos**, geralmente cheias de gritinhos e risadas histéricas”.

No momento da prisão, “Carla” **mostrou-se bastante revoltada, dizendo que não podia ser tratada daquela maneira**. A um dos policiais, o homossexual jurou vingança, dizendo que ia arranjar um catimbó para o mesmo, e tentou ainda moderar-lhe (sic) a mão.

Ambos estão à disposição do delegado Costa Filho<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> DB, 27/07/1975, p. 7, grifos nossos.

A Praça da Bandeira<sup>35</sup>, que também é mencionada na matéria “Prostitutas e homossexuais causam problemas no Centro”, publicada em 1976, aparece enquanto ponto preferido de encontro de sujeitos (as) fora do que seria uma moralidade socialmente definida como normal. Este espaço seria um foco de “perturbação” em decorrência daqueles (as) que estariam agindo “faltando com o decoro devido” resultando, assim, na prisão pela Delegacia de Costumes. Deste modo podemos nos perguntar: o que o jornal entende como sendo escândalo? Em ambas as matérias encontramos elementos comuns ao falar de escândalo: a presença dessas pessoas em espaço público, neste caso a referida praça; risadas e gritos histéricos; formas de comportamento não condizente com o de “pessoas de bem”, provocações a estudantes, senhoras e falta de decoro devido.

Existira, então, corpos com determinadas práticas associadas a estes (as) e que eram demonstradas em locais públicos, devido a uma suposta inexistência de um “mundo gay” nesta cidade. Seriam constituídos (as) de um modo de vida, um caráter, com uma história que lhe seria única e comum (FOUCAULT, 2006, p. 50-51). Um outro caráter e uma outra narrativa que aparecem, mas não de forma visível, insinuando-se em meio às linhas das matérias, diz respeito à utilização desses espaços que não teriam servido unicamente como ponto de realização de trabalhos, a exemplo da prostituição. O nosso depoente B, ao narrar que aquele espaço servia de encontros de variados grupos e que dali decidiam qual o próximo destino, com finalidade de se divertirem, detalha “/.../ primeiramente a Praça da Bandeira era uma praça muito aprazível onde se encontrava todo mundo e toda tribo /.../ e dali a gente saía ‘vamos pra onde hoje?’”<sup>36</sup>.

Acreditamos, portanto, que a ocupação desses espaços para os diversos fins, seja o trabalho da prostituição ou até mesmo reunir amigos (as) com suas sexualidades e identidade de gêneros dissidentes e decidirem qual o próximo ponto de diversão, não resulte em mera ressignificação destes. Esses agrupamentos seriam formas de expressar a oposição às normas socialmente impostas. O fato dessas pessoas serem associadas a esses espaços públicos, serem

---

<sup>35</sup> Localizada entre a Av. Floriano Peixoto e a R. Marquês do Herval, Centro, com o nome original de Praça Índios Carirys foi construída em 1938 durante o mandato do então prefeito Bento Figueiredo. SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2016/03/a-praca-da-bandeira-por-walter-tavares.html#.YkoMwyiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

<sup>36</sup> DEPOENTE B, 2021.

alvo de repressão policial e civil nos permite pensar nesses encontros enquanto formas de resistência. Esse impasse entre essas “tribos”, que estariam socializando nesses ambientes, e a ação policial que buscava limpá-las removendo-as traduz, na prática, o que pontua Michel Foucault quando pontua que ao mesmo tempo em que fala sobre o sexo, sobre as sexualidades, também se busca colocá-las em segredo (FOUCAULT, 2006, p. 42).

Enquanto em 1975 temos uma matéria sobre a atuação da Delegacia de Costumes, no ano de 1976 temos uma em que moradores teriam pedido para que providências fossem tomadas, pois não estaria “[...] existindo quase nenhuma ronda da Delegacia de Polícia, para uma repressão ao caso”<sup>37</sup>. Isso nos leva a pensar que, apesar da diferença temporal de aproximadamente um ano entre uma matéria e outra, a ação policial não deixou de ser menos incidente. Enquanto a população queixava-se da falta de rondas, aqueles (as) aprisionados (as) devido a “gritinhos e risadas histéricas” em praça pública sentiam na pele o contrário.

[...] a homossexualidade não é um crime, mas são rotuladas e apreendidas pela força da repressão como condutas desviantes tomadas como ilegais. Esse fato vem revelando a homofobia institucional, praticada por policiais... (MARTINS; FERNEZ; NASCIMENTO, 2010, p. 5).

A homossexualidade não é um crime. Num processo histórico, no Brasil, temos a edição do Código Penal Brasileiro, em 1830, sob influências dos códigos Napoleônico (1810) e Napolitano (1819), que retirava a sodomia<sup>38</sup> da legislação. Essa edição marcaria, então, o início do processo de descriminalização da sodomia nestas terras (PRETES; VIANNA, 2007, p. 348). Mudança que ocorre não devido a um suposto abrandamento moral, mas pelo deslocamento de mecanismos de poder que passariam a atuar sobre esses corpos, “[...] o corpo foi retirado do campo de uma projeção da teologia moral e adentrou o campo da ciência” (PRETES; VIANNA, 2007, p. 350). Lutas em prol das homossexualidades no âmbito do Direito se seguiram e, em 1981, o Grupo Gay da Bahia<sup>39</sup> encabeçou uma mobilização pela despatologização da

---

<sup>37</sup> (DB, 15/07/1976, p. 11).

<sup>38</sup> Ronaldo Vainfas explica que, partindo dos séculos XI e XII “Nesse novo contexto a sodomia passou a significar, enquanto ato, os desvios da genitalidade da cópula entre indivíduos do mesmo sexo ou até de sexo diferente, e com mais frequência o coito anal homossexual ou heterossexual. E, ao contrário do período anterior, quando em muitos penitenciais era tratada com relativa indulgência, a sodomia acabaria elevada ao cume dos pecados da luxúria, máximo vício *contra natura*, posição que, em diversos estatutos sinodais dos séculos XIII e XIV, alternava com a bestialidade” (VAINFAS, 2017, p. 196). Apesar da relação entre sodomia e prática homossexual, havia maior ênfase no ânus, sendo a prática bestializada de uso sexual do corpo essencial para apreensões e julgamentos (VAINFAS, 2017, p. 197).

<sup>39</sup> Fundado em 1980, por Luiz Mott, consiste numa associação em defesa dos direitos humanos que visa a população LGBT no Brasil.

homossexualidade<sup>40</sup>, o termo médico homossexualismo sendo utilizado para referir-se a essa patologia. A movimentação mirava no Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), o que só veio ocorrer em 1985 quando da sanção do Conselho Federal de Medicina (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 121).

Apesar desse esforço, no âmbito do Direito, por assegurar uma não repressão institucionalizada contra as homossexualidades e mesmo não havendo claras menções a estes (as) em leis que os (as) punissem, foram alvo de uma homofobia institucionalizada como atestam os autores (as) e as matérias jornalísticas até aqui analisadas. Tal violência se fazia presente no cotidiano destes (as). Mesmo que não houvesse claras menções em leis haviam discursos oficiais, por parte de agentes do regime ditatorial, conforme analisa Benjamin Cowan em trabalho aqui já mencionado, que colocava corpos com suas condutas desviantes na mira de ações para tomada de medidas repressivas.

Além dessas questões referentes a matérias gostaríamos de chamar a atenção para outros elementos. A matéria “Homossexuais encanados” nega as identidades sociais ao colocar seus nomes sociais, a forma como eram conhecidos (as), entre aspas, assim, existe uma possível negação da feminilidade de Carla quando é empregado “Carla” e o reforço de seu nome atribuído quando do nascimento. A reação de Carla, ao ser presa pela ronda policial, e trazida na matéria como “[...] mostrou-se bastante revoltada, dizendo que não podia ser tratada daquela maneira” (DB, 27/07/1975, p. 7) nos permite observar que ela possuía consciência da situação em que se encontrava, onde recebia um tratamento agressivo, o que resultou não só na forma de resistência por meio de suas palavras, como também na tentativa de morder a mão de um dos policiais presentes e a ameaça de “arranjar um catimbó<sup>41</sup>”.

---

<sup>40</sup> Apesar da conquista, em 1985, comunidade LGBTQI+, no Brasil, a luta para que suas identidades de gênero sejam despatologizadas, é o caso de pessoas trans. A pedagoga Leticia Nascimento, em seu trabalho *Transfeminismo* (2021), faz um levantamento acerca da discussão pontuando que, a partir da década de 1980, houve o interesse em criar diagnósticos para as subjetividades trans, a transexualidade vindo a incorporar a lista de “Transtornos de Identidade de Gênero” presente na terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), aprovado pela Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA). Através de lutas e da organização da campanha *Stop Trans Pathologization*, que surge em 2007, mudanças ocorreram, contudo, o DSM-5, alterado em maio de 2013, passa a colocar as subjetividades trans enquanto “disforia de gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 109-113). Apesar de tais mudanças mencionadas, além de outras que ocorreram, André Lucas Guerreiro Oliveira ressalta que “[...] persiste a exigência de laudo para atestar tal condição, bem como os critérios diagnósticos” (OLIVEIRA, 2015, p. 101).

<sup>41</sup> Expressão popular utilizada em referência a práticas de religiões de matriz africana. “Arranjar um catimbó” se inscreve no mesmo entender que “fazer uma macumba”, nesse entender isso significaria uma prática que, por meios ligados a formas de crenças religiosas, seria possível atentar contra alguém.

Apesar desta ser a única menção à “catimbó” encontrada, nas matérias que nos debruçamos, a prática não encontra-se isolada e não possui unicamente o aparente significado de atentar contra o outro. A cientista social Uelba Alexandre do Nascimento, em *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*, de 2008, observa como a fé se fazia presente em meio ao meretrício. Ao explicar ter encontrado referências a práticas religiosas em meio a prostitutas situa que as mais comuns seriam o catolicismo e o candomblé. Em processos criminais de 1933 a autora encontrou uma situação em que uma cafetina, proprietária de pensão, havia feito um catimbó e jogado em cima de outra pensão numa disputa por clientes (NASCIMENTO, 2008, p. 121). Diante disso localizamos em “A um dos policiais, o homossexual jurou vingança, dizendo que ia arranjar um catimbó para o mesmo, e tentou ainda moder-lhe (sic) a mão” (DB, 27/07/1975, p. 7) o recorrer a concepções ligadas a fé imbricadas no cotidiano dessas pessoas onde, se de um lado usam-se para justificar violentá-las, por outro lado estas também as usam em reação de disputa/defesa. São indícios de novos elementos que podem ser compreendidos enquanto táticas articuladas em pequenas escalas inserindo-se nesses pequenos espaços no campo e diante do inimigo (CERTEAU, 2014).

Repressão policial também se faz presente nos relatos do depoente A, homem homossexual, cisgênero e branco. Quando questionado, em entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2017, acerca de assumir-se homossexual nesta cidade, discorre que:

*.../ eu fui da época que não existia o calçadão da Cardoso Vieira, quando **passava uma bicha muito pintosa todo mundo gritava**. Eu vi uma cena que, inclusive, um homossexual que morava aqui, que era muito pintoso, ele passou e gritaram, até os motoristas de táxi, que tinha uma praça de táxi, ficaram apitando, quer dizer, as bichas sofria muito **.../ teve época que a polícia prendia homossexuais e raspava a cabeça .../ aqui em Campina teve**<sup>42</sup>.*

O assunto volta a ser abordado em entrevista realizada no dia 03 de maio de 2021. Ao ser novamente questionado sobre se perceber homossexual nesta cidade e, agora, pontuando a ocorrência de ações da sociedade civil e policial, diz que:

**Preconceitos existiam, principalmente com as bichas mais pintosas, né.** Eram, as vezes num passavam ali no calçadão, que num era o calçadão, mas ali era uma praça de táxi, os taxistas todo mundo gritava se passasse *.../ o povo era muito preconceituoso, mas ao mesmo tempo também muita gente fazia sexo com homem .../*<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> DEPOENTE A, 2017, grifos nossos.

<sup>43</sup> DEPOENTE A, 2021, grifo nosso.

Ao situar um ponto localizado no centro da cidade, hoje Calçada da Cardoso Vieira<sup>44</sup>, o depoente A traz o relato de formas de agir, por parte da sociedade civil, diante de homossexuais afeminados (as). Homens homossexuais que expressavam formas de feminilidade, “desmunhecavam, davam pinta” tornavam-se alvo mais fáceis e vulneráveis já que, ao demonstrar trejeitos, “facilitariam serem identificados enquanto homossexuais”. Assim, homossexuais que não se comportavam dessa forma, ao passarem despercebidos (as), ou apenas “manterem sua prática sexual reservada para si, sem dar pinta”, eram alvo, em menor escala, de formas de violência, o que não resultava de estarem isentos (as) de serem repreendidos (as). Sua narrativa também apresenta duas formas de ação policial, a detenção desses corpos dissidentes da norma heterossexista e a raspagem do cabelo. Gostaríamos de destacar, nesse momento, esse segundo por se tratar de um novo elemento mencionado em nossas fontes.

Os sociólogos Francisco Elionardo de Melo Nascimento e Roberto Marques, ao discutirem sobre as políticas de aprisionamento de pessoas LGBTQ+ no Estado do Ceará por meio de estudos desenvolvidos desde 2015, parte da pesquisa etnográfica publicada no artigo *Políticas de aprisionamento de pessoas LGBTQ+ no Ceará: entre diretrizes do Estado e normas de presos facionados ou não* (2019), trazem relatos de travestis que abordam suas vivências de violência no cárcere. Uma das experiências discutidas situa-se na Penitenciária Indústria Regional de Sobral onde, ao serem aprisionadas, passam pelo confisco daquilo que seriam signos atribuídos às expressões de feminilidades, assim, “O corte dos cabelos, o embargo das roupas e outros adereços que compõem a feminilidade das travestis fazem parte do ‘procedimento’ de revista das internas no momento de sua entrada na unidade” (NASCIMENTO; MARQUES, 2019, p. 365).

Apesar da existência de alas específicas para a população LGBTQ+ em cárcere, onde é possível manter tais signos, essa é uma realidade limitada. Até 2017, o Brasil dispunha de 100 prisões que contavam com tais alas. Esse número corresponde a 7% dessas instituições em um montante que soma a existência de 1.423 prisões no Brasil (apud NASCIMENTO; MARQUES,

---

<sup>44</sup> Com o objetivo de ser um espaço de turismo e lazer foi construído durante a gestão do então prefeito Evaldo Cruz, na década de 1970. Seu nome Calçada Jimmy de Oliveira consiste numa homenagem a um jovem cuja morte havia comovido a população local, contudo, é popularmente conhecida como Calçada da Cardoso Viêira. Atualmente compreende um espaço que liga as ruas Marquês do Herval e Cardoso Viêira, Centro. SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2009/11/o-calcadao-de-campina-grande.html#.YkoQBiiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

2019, p. 372). Priscila, detida na referida Penitenciária Industrial Regional de Sobral, relata aos autores que teve seu cabelo raspado após duas semanas de sua “chegada”. Um agente teria dito, ao reparar no comprimento de seu cabelo que “Vamos levar você para raspar essa cabeça. Aqui, homem tem que ter cabelo curto”, no que ela diz aos pesquisadores “Eu me senti péssima, mas não podia fazer nada e até podia apanhar se me negasse a ir” (apud NASCIMENTO; MARQUES, 2019, p. 365).

A raspagem de cabelo, citado pelo depoente A, se faz presente na cidade de Campina Grande – PB bem como consiste numa permanência até os dias atuais. Ainda sobre o assunto, o advogado Renan Quinalha, em seu trabalho *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e repressão à comunidade LGBT* (2021), aborda aquilo que seria uma forma de violência pouco visibilizada, a que visava a identidade de gênero das pessoas trans. Não sendo a primeira vez em que forças policiais atuavam em operações de moralização, as investidas pelo delegado José Wilson Richetti na cidade de São Paulo, em 1980, consistem num momento de atuação de maior intensidade (QUINALHA, 2021, p. 70).

Através da Operação Rondão, que detinha cerca de trezentas a quinhentas pessoas diariamente, nos dizeres do próprio delegado, incluindo homossexuais, travestis e prostitutas deveriam serem expulsos (as) “[...] do centro tradicional e diluí-los por toda a cidade...” (FOLHA DE SÃO PAULO apud QUINALHA, 2021, p. 72). Tais ações causaram diversos transtornos, um deles foi dificultar o trabalho de travestis com a redução dos “melhores bofes”, como relata Tatiana, assim como o corte de cabelo e a injeção de hormônios masculinos para “virar homem” (QUINALHA, 2021, p. 74). É evidente que determinados sujeitos (as) e comportamentos estariam mais suscetíveis de serem alvo de vigilância e repressão, a exemplo de prostitutas, travestis e homossexuais que, atuando na prostituição ou com “risadas e gritos histéricos” nas ruas e praças centrais, práticas englobadas dentro do que seria “dar pinta”, causavam “perturbação à ordem”. Ou seja, enquanto existiam corpos que experienciaram tais violências de forma indireta, existiram tantos outros (as) que lidaram com elas de forma direta ao serem alvo, só para citar exemplos anteriormente discutidos, de batidas policiais; de moradores da cidade que os (as) denunciavam no jornal e de taxistas que gritavam e apitavam de modo a tornar o alvo motivo de chacota. Em se tratando de travestis e “bichas pintosas” o jornal, a sociedade civil, a polícia e instituições penitenciárias articulam-se sob um ponto em comum, a negação de suas feminilidades.

Esses discursos que se articulam não se resumem à condenação e repressão, como já salientado anteriormente. Falar sobre sexo consiste inseri-lo em sistemas que também atuam em sua regularização. Ao alcançar o poder público, que se empenha no desenvolvimento de procedimentos de gestão, o sexo se torna, a partir do século XVIII, questão de polícia, a polícia do sexo (FOUCAULT, 2006, p. 30-31). A instituição policial opera em estreito diálogo com um vasto leque de atores sociais e instituições, como temos visto em nossas análises até aqui realizadas, atendendo demandas sociais que visam ações diante de tais pessoas tidas enquanto desviantes.

Em meio a isso encontramos os meios de oposição e resistência, o que vemos expressados nas palavras do depoente A ao ressaltar que, mesmo em meio ao regime militar e os preconceitos “/.../ ao mesmo tempo também muita gente fazia sexo com homem /.../”. A prática sexual é colocada, dessa forma, como forma de oposição quando se constitui num movimento de insistência em meio à proibição. Em suas palavras, “A gente driblava o sistema, driblava o olhar do outro /.../”, seja reunindo-se em ambientes públicos ou até mesmo nos atos feito às escondidas, “/.../ também que se fazia as coisas às escondidas e acho que o exército, como não via achava que viado não tinha valor nenhum, dizia ‘a gente vai tá se preocupando com essas bichas’ /.../”. Nesse sentido o prazer se via explicitado, através de um ato sexual, em meio às relações de poder, que partiria tanto deste fazer quanto de ações policiais em meio ao regime ditatorial que atuava na vigilância, repressão e incitação.

Apesar dessas formas de driblar o sistema, as preocupações do regime ditatorial e da sociedade civil não se atenuavam. Realizar escondido determinadas práticas poderia vir a significar uma segurança de não serem flagrados (as), expressar seus desejos e comportamentos nesse jogo articulado em meio aos olhares atentos que vigiam. Contudo, realizar práticas escondidas não resulta numa repressão e controles moderados, não significa que deixaram de importar menos. Práticas escondidas não significam uma “não existência” e que “não seriam de conhecimento social”. Em praça pública ou escondido, o sexo se configura em elemento de atenção e regulação das sociedades.

### 1.3 Lésbicas e homossexuais: articulações entre repressão e resistência

Até aqui percebemos como determinados corpos são alvo de formas de controle e repressão em virtude de outros (as) que possam vir a expressar, até determinado pontos, comportamentos aceitáveis. Homossexuais afeminados (as) e travestis se configuram iam, portanto, em alvos mais visados nas situações analisadas anteriormente. É certo que, diante de concepções sociais, a incidência sobre alguns corpos aparentou ser maior, é o caso dos homossexuais masculinos, o que não resulta no total desinteresse por outros diante de serem mencionados (as) num menor quantitativo nas fontes aqui analisadas, é o caso das lésbicas.

O século XVIII vê a confissão como um caminho para que o sexo fosse cada vez mais discutido e incitado. A pastoral cristã dispunha de uma ferramenta que serviria de estímulo para que se confessasse aquilo que se desejava esconder, uma relação dual em que a tentativa de omissão colocaria o que se quer esconder a vista, de modo sussurrante (FOUCAULT, 2006, p. 41). Essa relação entre confissão e vigilância, acrescido do olhar mais atento sobre o que faziam os homens, contribuiu para com a atuação das polícias políticas, as quais se detinham vigila ntes sobre atividades sexuais destes, conforme nos diz Benjamin Cowan:

Polícias políticas vigiaram atividades sexuais constantemente, e acusações de homossexualidade masculina salpicam seus registros. Enquanto sexo entre mulheres quase não chamou a atenção de policiais enfocados na “homossexualidade” como tal, as autoridades demonstraram muita preocupação sobre a homossexualidade masculina como uma prática degenerativa, furtiva e de efeminados... (COWAN, 2015, p. 31-32).

Ao usar um caso como exemplo, onde o Serviço Nacional de Informações (SNI) teria realizado duas alegações contra um sujeito, Benjamin Cowan pontua como elas, que relacionavam o comunismo com práticas homossexuais, tornaram-se habituais. Dessa forma a homossexualidade masculina interessaria mais as autoridades do que o sexo entre as mulheres, o autor colocando que não dispunham do mesmo interesse as relações sexuais e/ou afetivas entre elas, quando o primeiro era tido como pertencente a um submundo degenerado onde encontravam-se pederastas, alcoólatras, prostitutas e outros (as). O olhar sobre o que era considerado como subversivo, por parte do SNI e Polícia Federal, por exemplo, partia da presunção que não se tratava de questões próprias dessas pessoas, mas que representariam um risco à segurança nacional (COWAN, 2015, p. 32). Ou seja, o sexo entre mulheres aparece aqui

de forma não associada à homossexualidade, portando, o sexo entre homens, este sim sendo visto como prática homossexual, interessaria na medida em que estaria diretamente ligado ao comunismo e degenerescência.

Acusações foram noticiadas na quinta-feira de 13 de março de 1975, na página Policia I, sob o título de “Acusação injusta leva popular à DVC”. O texto narra o caso:

Está preso na Seção de Costumes (DVC), o rurícola Severino Pereira de Araújo (64 anos, casado, residente em 3 Irmãs), **por ter chamado o popular João Cabral, residente no mesmo endereço, de “pederasta”, o que não conseguiu provar.**

Após o caso devidamente esclarecido na polícia, **ficou comprovado que a vítima da acusação, estava sendo injuriada.** E o resultado foi que Severino Pereira, ficou preso para aprender a não mais fazer acusações grosseiras e sem fundamento<sup>45</sup>.

Temos a articulação de interesses entre Severino Pereira de Araújo e a Delegacia de Vigilância e Costumes (DVC) quando, ao interessar realizar a denúncia de que João Cabral seria um pederasta, a delegacia haveria se importado realizando seus procedimentos de averiguação. A matéria apresenta o elemento, anteriormente discutido, do qual nos fala Michel Foucault que é a incitação para falar sobre o sexo. Aqui, a acusação insere-se nessa ótica quando Severino Pereira de Araújo realiza tal denúncia e tem de provar não ser infundada, o que não consegue, vindo a ser punido por isso. A prática da confissão possivelmente se faz presente tendo em vista que “Após o caso devidamente esclarecido na polícia, ficou comprovado que a vítima da acusação, estava sendo injuriada”<sup>46</sup> o que nos leva a crer que João Cabral teria sido ouvido pelo órgão e, ao se posicionar sobre o caso, teria confessado não ser pederasta e estar sendo alvo de injúria, já que faz parte do procedimento de apuração que ambas as partes envolvidas sejam ouvidas.

Através de nossas investigações no jornal Diário da Borborema notamos a ausência de menções às relações sexuais e/ou afetivas entre mulheres, lésbicas. Deparando-se com situação do tipo, o doutor em Literatura Comparada Luiz Morando, em seu texto *Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)*, de 2015, onde analisa, dentre outras fontes, jornais e revistas daquela cidade, diz que “[...] as lésbicas não estão presentes nas ocorrências relatadas neste texto porque não foram encontrados relatos de ações policiais

---

<sup>45</sup> DB, 13/03/1975, p. 7, grifos nossos.

<sup>46</sup> DB, 13/03/1975, p. 7.

sofridas por esse segmento no material consultado” (MORANDO, 2015, p. 54). Apesar disso, discorre não estarem completamente ausentes de o material pesquisado, “Há relatos de outras naturezas, não atinentes aos objetivos deste trabalho...” (MORANDO, 2015, p. 54).

Não sendo de todo ausente de nossas fontes elas aparecem em duas publicações, a primeira, também em páginas policial, foi veiculada no dia 19 de dezembro de 1975 e situa a territorialidade estadunidense. Com o título de “Homossexualidade é maior entre mulhe res esportivas”, o texto discorre sobre uma pesquisa realizada pelo jornal Washington Star onde teria consultado mais de sessenta atletas, treinadores, psicólogos e membros do “mundo esportivo homossexual”. O jornal estadunidense chega ao resultado de que 20% das mulhe res, sobretudo jogadoras de tênis e golfe, seriam lésbicas, porcentagem maior do que a população comum, ou seja, que não seria desse “mundo esportivo homossexual”, seria de 5% e também maior que a de homens homossexuais, que teria a mesma porcentagem referente à população comum<sup>47</sup>.

O texto apresenta outras questões, dentre elas o “não assumir’ sua homossexualidade ”. As palavras da redação, ao dialogarem com a discussão sobre a prática de confissão e de como determinados comportamentos são associados a esses corpos, se fazem relevantes de aqui serem apresentadas.

A homossexualidade é mantida em segredo pelos atletas em geral, que têm medo de arruinar suas carreiras. A maioria deles leva uma vida recata, séria e social durante a temporada esportiva e se entregam abertamente a suas tendências fora dessa temporada<sup>48</sup>.

De forma semelhante a matéria analisada no tópico anterior, “Prostitutas e homossexuais causam problemas no Centro”, ambos os textos apontam momentos em que homossexuais e lésbicas dão “evasão (sic) a seus instintos”<sup>49</sup> e se entregam a suas “tendências ”. Em algum momento, seja confessando aquilo que seria um segredo ou dando “vazão” e entregando-se a suas “tendências”, as formas de comportamentos atribuídos viriam à tona, pois, aquilo que o (a) homossexual seria comporia todo o seu ser, “[...] inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre” (FOUCAULT, 2006, p. 50).

---

<sup>47</sup> DB, 19/12/1975, p. s/n.

<sup>48</sup> DB, 19/12/1975, p. s/n.

<sup>49</sup> DB, 15/07/1976, p. 11.

A segunda e última vez em que são mencionadas, dentro do recorte temporal pesquisado no jornal, encontra-se na matéria “Prostituição – o preço da carne humana”, presente na edição do dia 24 de julho de 1983, analisada no tópico anterior. O material traz que “Neste mundo gay, como é chamado, os homossexuais masculinos e femininos, as lésbicas, por exemplo, dançam, beijam-se, etc. porque tudo para eles é normal, o que para a sociedade ainda não é”<sup>50</sup>.

As menções às lésbicas, com ênfase na construção e difusão de formas de comportamento típico das homossexualidades, também se fazem presentes nos documentos oriundos das entrevistas realizadas para esta pesquisa. Primeiro foram mencionadas pelo depoente A, em 2017, vindo a serem novamente mencionadas em 2021, ambas menções inseridas numa narrativa sobre a tentativa de realização de um casamento entre uma “bicha” e um policial militar nesta cidade de Campina Grande – PB. A outra menção foi feita pelo depoente B, em entrevista também no ano de 2021 onde, ao narrar sobre suas experiências familiares um de seus irmãos chegou a lhe agredir fisicamente ao vê-lo colocar rolos no cabelo de sua mãe. Ele discorre então sobre a constituição familiar que, seu irmão, veio a constituir:

*.../ ele teve três filhos .../ a outra: **a filha é uma advogada muito bem sucedida** .../ só que a advogada é casada com outra moça, e médica e: muito moram em Recife, muito bem de vida os dois (+) **femininíssimas**, você (+) não faz aquele estilo que a gente viu, via né, aquela .../ **eu não gosto de falar porque me dói um pouco, aquela sapatona caminhoneira com, com a gata piriguete, não é não, são das moças que tratam as unhas, os cílios, os cabelos, os biquínis** e casaram-se em São Paulo e disseram de surpresa pra família .../*<sup>51</sup>.

O depoente B, num processo de construção de si de forma higienizada, higieniza pessoas com quais se envolveu. Constrói imagens destas dentro de padrões de feminilidade, socialmente construída e esperado que elas expressem, no mesmo instante em que faz oposição à outras formas de ser e de se comportar, ele compreendendo esses comportamentos como algo que “dói falar sobre”, que não seriam “femininíssimas”, desse modo, elas “desenvolveria m expressividades associadas a masculinidade”. Para o sujeito que não teria “resvalado na vulgaridade”, haveria formas de comportamento socialmente preestabelecidas e circunscritas dentro do binarismo de gênero que deveriam serem seguidas.

---

<sup>50</sup> DB, 24/07/1983, p. 5.

<sup>51</sup> DEPOENTE B, 2021, grifos nossos.

Haveria um estilo comum de lésbicas onde uma seria masculinizada, a “sapatona caminhoneira”, enquanto a outra expressaria uma feminilidade, a “piriguete”. Em contrapartida existiriam algumas que seriam moças que preocupar-se-iam com um casamento, fazer unhas e usar biquínis. Essas produções discursivas relacionam-se, apesar de serem de naturezas distintas, permitindo-nos compreender que a existência de uma unidade sobre lésbicas é construída através do alinhamento de objetos que se transformam (FOUCAULT, 2012, p. 40). No interior dessa construção, que se pretende unitária, existem discursos a serem descortinados, daí a importância de tratar esse conjunto de discursos que criam um significado, o qual também é plural, de modo a entender o jogo existente entre as palavras e suas fraturas (FOUCAULT, 2012, p. 33-34).

O depoente B estaria expressando, portanto, uma divisão estabelecida socialmente entre ativo e passivo, referentes ao desempenho hierárquico de gênero esperado de relações heterossexuais, o homem cisgênero na posição de ativo e a mulher cisgênera, passiva. A mesma base serviria para a divisão em relações homossexuais, entre homens ocorrendo de ter o “bofê”, ativo, e a “bicha”, passiva, enquanto entre as mulheres teríamos a “fanchona”, ativa, e a “lady”, passiva, por exemplo (MACRAE, 2018, p. 123). Em se tratando das mulheres homossexuais que “desempenhariam papel masculino” alguns outros termos eram utilizados para referir-se a elas tais quais “sapatão”, “paraíba” e “mulher- macho” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 54).

Tais categorizações não são imutáveis e isentas de discussões, mesmo que reproduzidas entre sujeitos (as) com suas sexualidades e identidades de gênero dissidentes. A crescente visibilidade das homossexualidades nas cidades brasileiras, a partir de 1960, como demarca Edward MacRae, em *A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”* (2018), contribuiu não só com o desenvolvimento de identidades bem como de seus questionamentos. Dessa forma, portanto, o questionamento de papéis determinados por comportamento sexual, ativo e passivo, levaria a novas categorizações que representassem uma igualdade entre os (as) parceiros (as) (MACRAE, 2018, p. 125) tais quais “entendido, “entendida”, homossexual”, “gay” e “lésbica” que “[...] passaram a designar pessoas que ‘transam’ outras do mesmo sexo, independentemente de serem afeminadas ou masculinizadas, ‘passivas’ ou ‘ativas’ (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 57).

Esse “menor interesse” pelas relações lésbicas antecederam em muito o período ditatorial pós golpe de 1964. Em estudo sobre as moralidades e sexualidades no Brasil entre os

séculos XVI e XVII, o historiador Ronaldo Vainfas, ao escrever *Trópicos dos pecados – moral, sexualidade e inquisição no Brasil* (2017), discorre, ao situar algumas regiões da Europa, sobre as diversas formas em que práticas sodomíticas eram toleradas e quais “escapavam de um olhar mais atento” da sociedade. A exemplo de Lisboa, como em quase toda a Europa, havia a tolerância da sodomia nas cortes e mosteiros, vivendo de forma semiclandestina e acuada no que seriam protótipos dos guetos homossexuais. Não só havendo essa distinção de classe, a sodomia também funcionava com suas divergências em se tratando das mulheres, cujas práticas seriam menos visíveis e careciam de organização social (VAINFAS, 2017, p. 209). Sobre elas segue analisando:

No dia a dia das mulheres, fora do luxo das cortes ou da clausura conventual, poucos casos de “nefandices femininas” chegaram ao conhecimento dos historiadores, mesmo porque as Justiças não davam grande atenção à *sodomia foeminarum*, exceto em situações excepcionais (VAINFAS, 2017, p. 210).

E continua somando elementos sobre formas de comportamento das mulheres. Numa sociedade em que seriam mais aprisionadas que os homens, Justiças não lhes dariam grande atenção e seriam “menos visíveis” aos olhos do (a) historiador (a).

Mais aprisionadas na sociedade que os homens, mais discretas em seus amores, as mulheres tinham possivelmente “menos ocasião de pecar” e melhores condições de manter segredo sobre suas relações. E, para sorte de muitas lésbicas, a sodomia entre mulheres não estimularia as Justiças a despender grandes esforços persecutórios. Ao contrário da sodomia masculina, as condutas lésbicas do passado eram menos visíveis para os contemporâneos e o seriam ainda aos olhos do historiador (VAINFAS, 2017, p. 211).

A América portuguesa, estando sob essas influências europeias, legou poucos registros sobre a sodomia feminina, os quais foram documentados em confissões, denúncias e processos oriundos da visitação do Santo Ofício, no final do século XVI, onde vinte nove mulheres se veriam envolvidas em relações do tipo. Para ele isso se traduz num relativo desinteresse da Inquisição sobre estas práticas, assim como na discricção que teriam em expressar seus amores por outras (VAINFAS, 2017, p. 229).

A antropóloga Carolina Maia, em *Para a construção de uma história da imprensa lésbica no Brasil* (2021), chama a atenção para a insistência, em trabalhos acadêmicos, em falar sobre “queixa do silêncio”. Queixar-se sobre o silêncio de relações homoeróticas entre mulheres

nessas produções, se faz presente em diversos trabalhos que versam sobre tais práticas em nossas terras que apontam as dificuldades quando “Ter poucas referências para embasar uma pesquisa sobre determinado tema certamente dificulta constituí-lo enquanto objeto de análise – ou, no mínimo, limita o escopo do que pode ser abordado” (MAIA, 2021, p. 136). Contudo, diante de tais limitações devemos pensar, aqui apropriando-nos das palavras da autora, qual o investimento tem sido feito, em nossas pesquisas, para falarmos dessas sujeitas e não nos resumirmos na insistência do silêncio?

A queixa do silêncio e as dificuldades em acessar fontes que tratem sobre lésbicas no Brasil, sobretudo no período aqui estudado, não significa que não havia a presença destas em nossa sociedade, a nível local e nacional, menos ainda que não seriam alvo de vigilância, repressão e incitação e, diante delas, resistiam. A historiadora Marisa Fernandes, em *Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão por liberdade* (2015) e *Ações Lésbicas* (2018), realiza tal discussão, evidenciando a existência, organização coletiva, atuação social frente a ditadura e em defesa das homossexualidades, através de uma série de documentos. Assim, aponta que dentro do Grupo Somos de Afirmação Homossexual, em 1979, um grupo de lésbicas viria a se organizar em um subgrupo, o *Lésbico Feminista*, visando melhor articularem suas pautas (FERNANDES, 2015, p. 126; 129).

Dentre as atividades desenvolvidas pelo *Lésbico Feminista* está a atuação na coordenação do II Congresso da Mulher Paulista, programado para ocorrer entre os dias 8 e 9 de março de 1980. O envolvimento do grupo na coordenação foi alvo de discussões já que questões relacionadas à sexualidade das mulheres não eram colocadas em discussão em movimentos feministas. Nesse momento elas redigiram um manifesto em apoio às prostitutas que trabalhavam na cidade de São Paulo, as quais eram alvo de violências por parte da polícia, com o intuito de ser lido durante realização do evento, o que não chegou a acontecer ao ser impedido por “[...] mulheres representantes de grupos políticos que consideravam a questão das minorias e especificidades das mulheres como coisa secundária ou uma luta menor”. Não vindo a ser lido, acabou por ser impresso e distribuído entre as participantes, assim, veio a luz o primeiro documento a tratar de violência doméstica e sexual dentro o Movimento Feminista (FERNANDES, 2015, p. 129; 130). Ainda naquele ano o *Lésbico Feminista* viria a se separar do Grupo Somos adotando o nome de *Grupo de Ação Lésbica Feminista – GALF* (FERNANDES, 2018, p. 98).

No ano seguinte à criação do GALF, em 1981, é organizado por este o boletim *ChanaComChana*<sup>52</sup> (1981-1987). Com periodicidade irregular de publicação, tinha uma tiragem média de 200 exemplares por edição o qual era confeccionado a partir de fotocópias. Variando entre 11 e 36 páginas, o boletim era montado em colagens de recortes de material datilografado partindo para impressão em copiadora (MAIA, 2021, p. 148). A publicação teve circulação a nível nacional e foi durante a venda do boletim no Ferro's Bar<sup>53</sup>, na cidade de São Paulo – SP, lugar de encontro de lésbicas e gays, que ocorreu o que ficou conhecido como “nosso pequeno Stonewall” brasileiro (FERNANDES, 2015, p. 146). Era noite de sábado do dia 23 de julho de 1983 quando lésbicas que compunham o GALF vendiam o boletim no referido bar, o proprietário, porteiro e seguranças quiseram expulsá-las do local. No dia 19 de agosto daquele mesmo ano organizaram uma manifestação na frente daquele estabelecimento. Com presença da imprensa, figuras políticas e simpatizantes as pessoas presentes e que apoiavam a manifestação adentraram àquele local onde, em meio as formas de manifestação, a vereadora Irede Cardoso (PT) faz um discurso em defesa das “liberdades democráticas”, assim, o proprietário do Ferro's Bar passa a permitir que continuem a frequentar o estabelecimento e vender o ChanaComChana (FERNANDES, 2015, p. 145-146).

Reforçando todos esses acontecimentos e evidenciando que lésbicas também estiveram na mira da ditadura civil- militar, Julia Aleksandra Martucci Kumpera, em seu artigo *Entre a clínica e o quarto: o “lesbianismo” em documentos da ditadura militar brasileira* (2021), identifica como essas sujeitas se fizeram presentes em relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>54</sup>, que investigava sobre suas atuações. Apesar das hipóteses sobre o um menor interesse no que faziam as mulheres, no que se refere a relações que fugissem do modelo heterossexual, a documentação localizada e apresentada neste artigo coloca lésbicas, sendo de igual interesse para a ditadura, mesmo que tivessem sido mencionadas num menor número de vezes. Nas palavras da autora “[...] as lésbicas constituíram um dos alvos da ditadura

---

<sup>52</sup> Colocado enquanto primeiro jornal de lésbicas do Brasil (FERNANDES, 2018, p. 99), se faz importante ressaltar que contemporâneo a ele existia o boletim *Iamuricumá*. Com apenas uma única edição, o boletim data de janeiro de 1981, mesmo mês e ano em que foi impresso o número zero do ChanaComChana, tendo sido elaborado por um grupo de mulheres lésbicas e anônimas do Rio de Janeiro – RJ (MAIA, 2021, 155).

<sup>53</sup> Embora existam produções acadêmicas que se refiram ao Ferro's Bar como “mais antigo e tradicional bar lésbico do Brasil (LAHNI; AUAD, 2021, p. 44), ou que tal concepção circule no imaginário social, o bar não foi criado visando tal público. Como atestam diversas pesquisas, ele se constituiu em quanto “um local de encontro lésbico e gay” (OLIVEIRA, 2021, p. 182), “um ponto conhecido de frequência de mulheres masculinizadas” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 68) e “um dos lugares de sociabilidade mais frequentados por lésbicas na noite paulista” (FERNANDES, 2018, p. 100).

<sup>54</sup> Órgão responsável pelas atividades de espionagem e repressão no regime ditatorial no Brasil desde o ano de 1964, quando foi criado (KUMPERA, 2021, p. 98).

militar no Brasil, dado que foram consideradas um desvio que deveria ser corrigido ou borrado do mapa, assim como outros sujeitos indesejados pelo regime” (KUMPERA, 2021, p. 108).

No que se refere a cidade de Campina Grande – PB esse seguir os rastros, a fim de discorrer sobre essas pessoas, foi trabalho de Uelba Alexandre do Nascimento que dedicou um tópico para elas. Ao esmiuçar suas fontes encontra indícios sobre a existência destas em meio às prostitutas, entre as décadas de 1930 e 1950, onde é possível notar não só a existência, mas como essas práticas eram vistas naquele cenário. Entre as prostitutas haviam práticas sexuais que eram repudiadas podendo a vir a se tornar motivo de brigas em caso de serem utilizadas como insulto, a exemplo dos sexos anal e oral. É o que nos conta Nina, que trabalhava no Cassino Eldorado<sup>55</sup>, ao discorrer sobre ser comum a prática do sexo na posição tradicional “papai-mamãe”, e esclarece que “Esse negócio de mulher com mulher, como a gente vê hoje em dia, não existia naquela época não” (apud NASCIMENTO, 2008, p. 129-130). A autora também encontra outros depoimentos que ressaltam o desconhecimento da existência de outras práticas que não fossem o sexo “papai-mamãe”, realizado com um homem e mulher cisgêneros, e que a existência destas se daria pôr o “mundo encontrar-se na devassidão”.

É no tópico *Os amores que não se deixam dizer: homossexualismo feminino na zona* que a autora encontra vestígios, em processos criminais, da existência de relações entre mulheres. Ao contrário do que dizem os relatos acima, tais práticas existiram entre prostitutas, como é o caso, encontrado na referida fonte, onde Regina Emilia da Conceição, novata naquela pensão, se dirige ao quarto de Laura Anizia para pedir um cachimbo que havia lhe emprestado. Ao abrir a porta do quarto Regina depara-se com Emilia dormindo com a dona da pensão. Laura logo reage e parte para a agressão chegando a usar um facão contra Regina. Diante das autoridades policiais os depoimentos giram em torno do cachimbo, não deixando transparecer nenhum indício, para eles, que pudesse vir a revelar a relação afetivo/amorosa/sexual entre Laura e a dona da pensão (NASCIMENTO, 2008, p. 227-228).

Outra situação apresentada, essa sendo bem particular por explicitar trata-se de uma sujeita negra. Fécilia Cavalcanti da Silva, conhecida como “negra arruaceira e dada ao vício da

---

<sup>55</sup> Com uma arquitetura em *art déco* projetada pelo arquiteto Isaac Soares, foi fundado em 1937, localizado na R. Manoel Pereira de Araújo, Centro. Espaço de frequência de um público mais abastado economicamente, como senhores de algodão e políticos, dispunha de apartamentos para mulheres; espaços para relações sexuais, jogos e diversões. Seu grande salão comportava 40 mesas, com 4 assentos; 36 dançarinos (as) e apresentação de artistas nacionais e internacionais. SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2010/02/nos-tempos-do-eldorado.html#.YkoVhyiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

cachaça” e homossexual, teria assassinado Maria de Lurdes por esta ter dito em rua pública que ela, Félicia, teria um “ovo”, ou seja, seria “mulher- homem”. Félicia teria reagido golpeando Maria com uma tesoura enferrujada e saindo correndo da cena do crime logo em seguida (NASCIMENTO, 2008, p. 228-229).

À semelhança das relações entre homens homossexuais, entre as homossexualidades femininas descritas pela autora também havia formas de comportamento tareláveis, a prática homossexual expressando-se às escondidas. Não só a relação entre mulheres era repudiada como, também, formas de relação sexual entre heterossexuais, incluindo o sexo anal e oral o que, atribuído às homossexualidades, consiste em mais elementos para sua condenação sob a justificativa de ser anti-higiênico e antinatural.

O que se quer deixar claro é que apesar da maior atenção atribuída ao que faziam os homens, as mulheres não passaram despercebidas, mesmo que a intenção fosse não se deter sobre elas. Nossas fontes referentes à cidade de Campina Grande – PB, no que diz respeito à presença e atuação de lésbicas é escassa, mostram que estas existiam e, assim como movimentaram-se em outras regiões do país em oposição ao regime ditatorial e em defesa das homossexualidades, essas ações podem ter ocorrido nesta cidade. Elas estariam inseridas nas movimentações aqui existentes permeada de conflitos sociais onde ações policiais, com auxílio de pessoas da sociedade civil, atuavam nas formas de vigilância e repressão perpassadas por um fazer cotidiano de criação e (re)apropriação de espaços para o desenvolvimento de sociabilidades e economias alternativas nas margens. Assim, práticas cotidianas complexas assumem novas formas ao se materializarem em discursos veiculados no jornal e nos depoimentos orais provocando o desencadear de ações, reações e negociações entre esses (as) atores sociais que formulam alternativas de divertimento, desenvolvimento de economias e preservarem suas vidas, questões essas que continuar ão a ser abordadas e destrinchadas nos próximos capítulos.

## CAPÍTULO II: CENÁRIOS E CRIMES – HOMOSSEXUAIS E TRAVESTIS ASSASSINADOS (AS)

*“Mas abre o jornal, a realidade vai te chamar  
Vivo encurralada  
Tenho que está sempre atenta  
Pra saber qual o próximo a me machucar  
Matheusa, Dandara, Paola, Lorena  
Mais de 163 pessoas trans  
Em menos de um ano morreram no Brasil  
Morreram não, mataram  
E nem sequer noticiaram  
E nem no atestado de óbito  
Nossas identidades eles são capazes de respeitar  
Nossas mortes eles sequer vão contabilizar”*

Bixaria<sup>56</sup>

Quando Rodrag, em entrevista para o documentário *Explorer Investigation – intolerância LGBTQI+*<sup>57</sup>, diz que a partir do momento em que jovens fecham a sua volta na rua, o tempo não estaria a seu favor, “sou eu por eu”, denuncia a violência de que a comunidade LGBTQ+ é vítima e que ela opera de diversas formas. O tempo para o historiador pode ser um bem precioso que lhe possibilita análises e compreensões, dentro da articulação de espaço-tempo, capaz de esmiuçar inúmeros fatos e seus mais variados desdobramentos, mas, para essas pessoas ele pode significar o exato momento entre estarem vivas ou mortas.

Foi em uma região da cidade de São Paulo – SP, no ano de 2015, que a travesti Laura Vermont foi brutalmente assassinada. Em entrevista cedida, para o referido documentário, sua mãe relata que o crime teria sido cometido por cinco rapazes que a espancaram. No momento da agressão uma viatura policial passava pela avenida “[...] vê o que tá acontecendo. Ninguém parou, ninguém fez nada”. Laura teria adentrado em uma padaria em busca de socorro vindo a ser expulsa do estabelecimento, nesse momento os rapazes voltam a agredi-la. Ferida, consegue livrar-se deles, caminha até um posto de combustível onde relata para uma moça que lá se

---

<sup>56</sup> Material de produção caseira impresso para livre circulação. A poesia faz parte do folheto *Informação de quadrilha – poesias em tempo de guerra* produzido por artistas residentes de um bairro periférico, Pedregal, dessa cidade de Campina Grande – PB.

<sup>57</sup> GEOGRAPHIC, National. *Explorer investigation – intolerância LGBTQI+*. 2018. (22m59s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g2CzjoD8dY&t=391s>>. Acesso em 21 de outubro de 2019.

encontrava, “[...] Eu não quero que minha mãe veja eu assim”. Sua mãe ainda nos conta que encontrou sua filha caída em uma esquina em meio ao lixo.

Antes de consistir em apenas uma narrativa de um caso real de transfeminicídio<sup>58</sup> ele evidencia a estrita relação entre membros da sociedade civil e a polícia. Agentes que agem numa cumplicidade ao executarem tais ações de violência e omissão. Essa interação entre agentes de diversos setores da sociedade tem perpassado nossa história, casos como estes nos permitem enxergar e analisar como essas práticas, que tiram vidas, ocorrem a partir da relação de mecanismos tais quais a forma de violência exercida, a partir de quem, onde e contra quem. Esse fazer cotidiano é permeado por conflitos e disputas onde a vida também é uma arena pela qual se luta. Dessa forma, nos encontramos diante da precariedade desses corpos que tem que se defender nas ruas, ao serem alvo de constantes e diferentes modos de ataques, numa relação direta com as normas de gênero vigente onde imperam concepções socialmente construídas de como devem se portar no espaço público (BUTLER, 2016, p. 33-34).

O referido documentário aborda a discussão situando o Brasil através de dados estatísticos, entrevistas e imagens que flagram momentos em que atos de agressões físicas ocorreram. As imagens e relatos nos permitem observar como a articulação entre polícia e sociedade civil se mantém até os dias atuais quando o assunto é violentar LGBTQI+. Seus nomes passam a compor estatísticas que apontam o país como líder no *ranking* dos que mais os (as) matam, é o que nos mostra o relatório organizado pelo Acontece Arte e Política LGBTQI+ e o Grupo Gay da Bahia, no ano de 2020, onde foram identificadas 237 mortes, sendo 161 de travestis e mulheres transexuais e 51 identificados enquanto gay. Naquele mesmo ano a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA, identificou o quantitativo de 175 mortes entre travestis e mulheres transexuais, esse número caindo para 140 em 2021, agora contabilizando 5 casos de homens transexuais e pessoas transmasculinas. Ambos os relatórios trabalham a partir de coleta de dados que vão desde ao que circula nas mídias, tais como redes sociais e jornais, esse sendo o perfil principal do primeiro citado, até informações governamentais oriundas do Disque 100, por exemplo, este espaço também sendo utilizado pelo segundo citado.

---

<sup>58</sup> Termo cunhado por Berenice Bento por entender que as violências de que são alvo as travestis, mulheres trans e mulheres transexuais possuem como elemento importante a violência de gênero. A pessoa alvo de tais crimes também seria despersonalizada, ou seja, sua identidade de gênero lhe é negada ao ser noticiada em jornais, por exemplo (BENTO, 2016, p. 45-47).

Apesar das divergências nas estatísticas, esses corpos estão sendo atingidos e são eles que passamos a encontrar no jornal Diário da Borborema a partir de 1980. Enquanto o jornal vinha narrando diversos acontecimentos das noites campinenses de “desordem” e ação policial, agora matérias jornalísticas relatam situações em que homossexuais e travestis assassinados (as) compõem um cenário construído pelo veículo de informação. Diante da ausência de menções de assassinatos nas entrevistas<sup>59</sup>, este capítulo se debruçará somente no material encontrado no referido periódico.

Tais mudanças não se resumiram ao referido jornal. Hélio Secretário dos Santos, em *Luiz, o “bom moço” – assassinato, homossexualidade e prostituição em Teresina na década de 1980*, de 2021, também identifica que esse mesmo período representou mudanças no que seria noticiado em jornais. Se debruçando em periódico que circulava na capital do Estado do Piauí, Teresina, em especial o jornal *O Estado*, observa que notícias que narravam formas de violência envolvendo esses corpos, tais quais roubos e brigas, teoriza que tais mudanças possam estar relacionadas com a crescente visibilidade destes, “À medida que o público homossexual ganhou visibilidade, principalmente a partir da década de 1970, o índice de violência contra ele parece ter aumentado” (SANTOS, 2021, p. 197).

Ao analisarmos os casos noticiados perceberemos como essas mudanças, encontradas nas páginas do jornal campinense, perpetuam concepções sociais acerca desses corpos. Assim, não se trata de uma ruptura brusca no sentido em que 1980 marcaria um novo começo, consistiria uma articulação que visa a manutenção de valores tradicionais socialmente construídos expressados através de novas situações narradas em matérias jornalísticas. Em meio as rupturas discutiremos as perturbações da continuidade onde o multiplicar de ideias retoma tantas outras já discursadas (FOUCAULT, 2008).

## **2.1 Emanuel Dias Fernandes – “abatido com um tiro no coração”**

A falta de interesse da redação do jornal em noticiar casos em que residentes desta cidade, com suas sexualidades e gêneros tidos como desviantes, haviam sido assassinados (as) não é uma afirmação descabida. Acreditamos que o ano de 1980 não marca o início em que tais

---

<sup>59</sup> Depoentes não relataram sobre casos de assassinato de homossexuais, travestis e/ou lésbicas, mesmo em momentos em que o tema abordado consistia nas formas de violência e repressão de que eram alvo.

casos tenham ocorrido, é possível que tais crimes tenham ocorrido anteriormente sem, contudo, vir a ser noticiado pelo Diário da Borborema. Além disso o primeiro caso noticiado não tem como interesse o crime cometido, menos ainda a vítima. Apesar de não ter ocorrido nesta cidade, o caso é pertinente por, além de ser o primeiro do tipo encontrado em suas páginas apresenta elementos importantes para as discussões aqui realizadas.

Naquele dia de quarta-feira, 27 de agosto de 1980, a edição trazia em sua capa o título “Médico paraibano acusado de morte de homossexual”. Acompanhada de uma imagem do rosto do acusado, sob a legenda de “Maurílio é acusado pela polícia pernambucana”, o texto informa:

**O médico paraibano Maurílio Almeida está sendo acusado de morte do homossexual Emanuel Dias Fernandes**, comerciante, abatido na madrugada de segunda-feira, com um tiro no coração, em frente da loja Equipe Center Som, na Avenida Norte, 1987, Santo Amaro na Capital pernambucana.

Maurílio Almeida, que reside em João Pessoa, é o principal suspeito do crime, tendo em vista o **seu relacionamento anterior com a vítima**, segundo informa a imprensa pernambucana.

Segundo suspeitas da polícia, o primeiro **desentendimento entre o médico e o comerciante** aconteceu no ano passado, quando o dr. Maurílio Almeida conseguiu convencer o **menor A.C.M., a acabar com o relacionamento homossexual que mantinha com Emanuel, aceitando tomar conta do apartamento 205 do edifício Santa Rita, mantido apenas para encontros homossexuais, de propriedade do médico paraibano.** O segundo desentendimento entre **a vítima e o suspeito** teria acontecido dias após a **morte do estudante Ivanildo José do Nascimento**, ocorrida no dia 28 de setembro do ano passado no apartamento do dr. Maurílio Almeida, durante uma “sessão de pico” quando menor morreu, após tomar excessivas doses de Algafan.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> DB, 27/08/1980, p. 1, grifos nossos.



**Imagem 1:** Médico paraibano acusado de morte de homossexual. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 01, 27 de agosto de 1980. Acervo do Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR – UFCG).

O texto apresenta o caso onde o médico paraibano Maurílio Almeida é peça central em torno de qual gira a narrativa e os interesses da publicação. Interesse esse que se insinua no título da matéria onde evidencia tratar-se do médico paraibano que está sendo acusado, assim, o distingue do homossexual ali mencionado. Até aquele momento o contato do leitor seria com as figuras de um médico e um homossexual. Maurílio Almeida estaria sendo acusado de ser o responsável pela morte de Emanuel Dias Fernandes, comerciante que teria sido assassinado com um tiro no coração no Estado de Pernambuco. Diferente do acusado, associado à sua profissão, a vítima é, antes de tudo, colocada enquanto homossexual. Esse modo de associar o indivíduo a algo, fazendo uso de práticas sexuais e gêneros dissidentes, ao invés de outros elementos a exemplo a profissão da vítima, acaba por reforça essa construção do homossexual enquanto uma espécie com suas particularidades.

Essa construção se evidencia diante da utilização do termo “abatido”, por mais que seu significado abranja “que foi morto”<sup>61</sup>, a palavra nos remete ao ato de abater, “animais abatidos”, assim, seu emprego suaviza o crime cometido. Não apenas servindo enquanto mecanismo para suavizar o ocorrido, o diálogo que se faz entre “homossexual” e “abatido” contribui com um imaginário que relaciona o indivíduo homossexual a um animal, popularmente chamado de “viado”. Tal elemento explicita a permanência do jornal em demonstrar certo respeito ao referir-se a sujeitos de determinadas classes sociais, a exemplo de Maurílio Almeida, neste caso, e do senhor respeitável na matéria “Travestis invadem a sociedade”<sup>62</sup>, a ser analisada no próximo capítulo.

Ao partir da perspectiva em que o médico é central na narrativa, a matéria assume uma posição de que um sujeito é relevante a tal ponto da primeira matéria do tipo, a narrar o caso de alguém identificado enquanto homossexual e que foi assassinado, não foi veiculada para noticiar/denunciar sua morte. A notícia parte da acusação sofrida pelo médico paraibano. Assim, o texto segue narrando sem associá-lo à homossexualidade ao descrever “seu relacionamento anterior com a vítima” e “desentendimento entre o médico e a vítima”. As palavras usadas demonstram uma preocupação e suas escolhas são cuidadosamente sistematizadas para construir um cenário onde, mesmo tratando-se de um crime, se busca atenuar a participação de um sujeito, o médico paraibano. Nesse jogo, a prática homossexual segue sendo ligada diretamente a vítima, Emanuel Dias Fernandes, e a outros atores que são mencionados, é o caso do menor A.C.M. o qual teria sido motivo do primeiro desentendimento entre o médico e o comerciante.

O segundo desentendimento, este sendo chave para o desencadear do crime, faz menção a um novo sujeito, o estudante Ivanildo José do Nascimento, o qual teria morrido após uso excessivo de um medicamento no apartamento de Maurílio Almeida, local “mantido apenas para encontros homossexuais”. É curioso observar que o estudante também não é colocado enquanto homossexual, o mesmo não ocorrendo com o menor A.C.M. Nossas suposições são de que, na medida em que falar sobre determinados sujeitos requer um jogo com as palavras utilizadas na criação do cenário, o local em que os acontecimentos ocorrem também importam, assim, por se tratar de um estudante e ter vindo a falecer no apartamento cujo proprietário seria

---

<sup>61</sup> Meu dicionário. Disponível em: <<https://www.meudicionario.org/abatido>> Acesso em 20 de abril de 2022.

<sup>62</sup> DB, 26/02/1978, p. 9.

o médico, não associá-lo com a prática homossexual insere-se, nesse contexto, na intenção de “limpar a imagem” de Maurílio Almeida e, até mesmo, preservar a imagem do falecido.

Eder Luis Santana, em *LGBT como pauta do jornalismo: política, direitos civis, celebridades e violências* (2018), observa a existência da falta de criticidade, por parte da equipe de redação desse meio de informação, ao veicular matérias em que corpos com suas sexualidades e gêneros dissidentes se fazem presentes. A falta de criticidade não opera de forma “não intencional”, pelo contrário, o controle desses meios de comunicação por parte de empresários interfere naquilo que se noticia, dessa forma as informações são manipuladas e também usadas para confundir. A dependência do capital, ou seja, de investimentos e, portanto, de influência direta de sujeitos que dispõem de recursos econômicos, interferiria na produção do material, o meio de comunicação constituindo-se em elementos de dois rostos, um buscaria instruir enquanto o outro, convencer (SANTOS apud SANTANA, 2018, p. 180-181). Elos de articulação não existem somente entre comunidade civil e polícia, eles também se fazem presentes entre sujeitos de classes abastadas que se unem em sua própria defesa.

A matéria na íntegra foi publicada na página policial. Sob mesmo título, relata:

[...]

O comerciante Emanuel Dias Fernandes, residente no 1º andar do Prédio onde funcionava a loja de acessórios de automóveis, **foi morto** quando chegava à sua casa, pouco depois da meia-noite, no momento em que descia do veículo. Ao perceber que era vítima de um atentado, o comerciante sacou seu revólver e, deu três tiros.

Depois de matar Emanuel Dias, o indivíduo, de estatura média, cor branca, gordo, vestindo roupa branca, fugiu correndo, em direção ao cruzamento da Avenida Norte com a João Barros, na Encruzilhada. Na fuga, **o criminoso** foi visto pelo vigia do Dentel (Rua Castro Alves, Encruzilhada), José Marques da Silva, residente na rua Amizade, em Santo Amaro.

[...] <sup>63</sup>

Os fragmentos, na tentativa de reconstituir o ocorrido, informam que Emanuel Dias Fernandes teria sido morto no momento em que chegava a sua casa. Observemos, agora, o emprego do termo “morto” ao invés de “abatido”. Naquele momento deu-se início um conflito entre a vítima a qual sacou sua arma e efetuou disparos, na tentativa de defender-se, contra o sujeito responsável pela sua morte, este agora mencionado enquanto criminoso sem, contudo,

---

<sup>63</sup> DB, 27/08/1980, p. s/n, grifos nossos.

mencionar seu nome, Maurílio de Almeida. Os indícios apresentados pela testemunha de que o criminoso estaria usando roupas brancas, em outro trecho da matéria, “[...] disse que ele usava calça e camisa (parecendo uma bata) brancas”, corroboram com as suspeitas da polícia que acusam este de ter cometido o crime.

É em torno da discussão sobre o segundo desentendimento, apontado como um dos que estaria relacionado ao histórico da relação entre Emanuel Dias Fernandes e Maurílio Almeida, onde encontramos a associação entre o médico e práticas homossexuais. Vejamos:

[...]

O segundo desentendimento entre a vítima e o suspeito teria acontecido dias após a morte do estudante Ivanildo José do Nascimento quando o comerciante Emanuel Dias prestou depoimento ao Delegado José Edson Barbosa, apontando o médico em todas as causas com rapazes, que frequentavam o apartamento do Edifício Santa Rita.

[...]

Dias depois do caso, o me A.C.M., procurou seu ex-ama (sic) Emanuel Dias Fernandes e contou t que havia acontecido no apartame (sic) alugado por Maurílio Almeida e que era responsável. Ao prestar depoim to (sic), o comerciante agora assassina (sic) contou à polícia os detalhes caso inclusive, apontou o envolvime (sic) médico Pessoaense em transaç (sic) homossexuais<sup>64</sup>.

Dias após a morte do estudante, ocorrida no apartamento de propriedade de Maurílio Almeida, Emanuel Dias Fernandes, ao prestar depoimento em uma delegacia pernambucana, apontaria a participação do médico em “todas as causas com rapazes”. Diante desses acontecimentos uma questão chama a atenção do jornal, algo que vinha tratando de forma a não fazer menção direta, que é a relação de Maurílio Almeida com práticas homossexuais. O assunto vem à tona quando o menor A.C.M. procura o comerciante e relata o que teria acontecido no referido apartamento, este vindo a relatar à polícia momento em que aponta a relação do médico com “transações homossexuais”. Agora, com claras menções mediante depoimento de Emanuel Dias Fernandes, podemos supor que a exposição do médico para as autoridades, sua imagem sendo associada a práticas homossexuais, seria o motivo deflagrador que o levou a cometer o crime. O jornal não era o único interessado em não associar sua imagem com tais práticas, o próprio médico compactuava de mesmo interesse.

---

<sup>64</sup> DB, 27/08/1980, p. s/n.

O que queremos destacar desse caso é que sua circulação neste jornal não ocorreu devido um sujeito ter sido assassinado, mas, sim, pelo fato de que um médico estaria sendo acusado de ser o responsável pelo crime em que vitimara um homossexual. A defesa de determinados indivíduos de uma dada classe social torna-se elemento recorrente. Sua morte aqui compõe um cenário que seria maior que ele no sentido de que é o médico, profissão respeitável, que ocupa centralidade na narrativa. Situação semelhante analisaremos no próximo capítulo, caso em que o senhor respeitável além de dirigir sob efeito de álcool, bater o carro em um poste e agredir uma travesti ocupou o centro da narrativa que o tratava de forma respeitável. Assim, observa-se como a mídia é influenciada pelo meio social no qual se insere, reproduz e reforça valores sociais em discursos veiculados em suas páginas que fomentam representações sociais (SANTANA, 2018, p. 48).

A veiculação de tais casos não significa que é do interesse informar àqueles (as) que compravam o jornal de que homossexuais e travestis estariam sendo assassinados (as), que suas orientações sexuais e identidades de gênero possuem relevância vindo a ser o deflagrador dos conflitos. A visibilização dessa forma de violência não é uma pauta para a redação. As palavras de Eder Luis Santana são esclarecedoras ao analisar a prática do jornalismo e constatar que “[...] os enquadramentos estão postos e pouca margem é deixada para se considerar aspectos que estão além do que foi noticiado. Afinal, os LGBT [...] são silenciados dentro da condição de subalternidade a que estão inseridos” (SANTANA, 2018, p. 28). É essa condição de subalternidade em que são colocados (as) que identificamos nessas matérias publicadas no periódico.

## **2.2 Nenê – “encontrado com um tiro de revólver na testa”**

Foi em meio ao período das festas juninas celebradas no ano de 1981 que o jornal noticiou a morte de uma pessoa ora mencionada enquanto homossexual, ora enquanto travesti, este sendo o primeiro caso encontrado em nossa pesquisa ocorrido nesta cidade de Campina Grande – PB. As investigações são acompanhadas pelo Diário da Borborema que noticiou o ocorrido em cinco edições, a primeira matéria ocupando o alto da capa no dia 26 de junho, sexta-feira daquele ano. Ao fazer um balanço das mortes ocorridas no período, “São João deixa saldo de quatro mortes em Campina” nos introduz:

Na manhã da quarta-feira, por volta das 10 horas, era encontrado com um tiro de revólver na testa o homossexual Erivaldo Ribeiro, 20 anos de idade, conhecido vulgarmente pela alcunha de “Nenên”. Ele residia na Travessa Santa Catarina, no bairro da Liberdade. Sua mãe, Rita Ribeiro, disse ao DB que atribui a morte do seu filho a homossexuais com quem andava. Apurou-se também que Erivaldo saiu de casa às 22 horas da terça-feira, dizendo que iria para o Clube dos Caçadores<sup>65</sup>.

O breve parágrafo nos apresenta o caso em que Nenên, 20 anos de idade, identificado enquanto homossexual, teria sido encontrado (a) sem vida com um tiro na testa. Nas palavras de sua mãe os (as) responsáveis pelo crime seriam “homossexuais com os (as) quais seu/sua filho (a) andava”. A matéria na íntegra encontra-se na parte superior da página policial sob o título de “Mistério: travesti encontrado morto com um tiro de revólver”:

[...]

Ao DB D. Rita Ribeiro disse que não tinha seu filho como um marginal e jamais teve conhecimento de que tivesse se envolvido com furtos. Ela disse que seu filho era trabalhador e estudioso, mas, **há poucos anos vinha mantendo contactos com diversos “traves tis” que residem nas proximidades de sua casa e em duas casas (tocas) localizadas no bairro da Liberdade.**

Em consequência desta amizade com elementos tidos como “suspeitos” disse a doméstica Rita Ribeiro que seu filho “deixou tudo de uma só vez” e **começou a andar com esses “travestis” que além de pederastas, eram viciados em maconha e tóxicos.** A doméstica negou que seu filho fosse viciado, mas **preferiu não duvidar que seu filho também fosse um “travesti”.**

[...] <sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> DB, 26/06/1981, p. 1.

<sup>66</sup> DB, 26/06/1981, p. 8.



**Imagem 2:** Travesti encontrado morto com um tiro de revólver. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 08, 26 de junho de 1981. Acervo do Setor de Documentação e História Regional (SEDIR - UFCG).

O trecho presente na capa da edição, junto aos que selecionamos da matéria na íntegra, falam a partir de depoimentos de Rita Ribeiro a qual aponta alguns elementos curiosos. Enquanto o jornal colocava Nenê como sendo homossexual, na capa daquela edição, agora ele (a) também é colocado (a) enquanto travesti, com base no relato de sua mãe. A aparente confusão no uso dos termos reforça a compreensão, ainda existente de forma expressiva, de que as identidades de gênero e orientações sexual se resumiriam sob o uso de um único termo, homossexual. Tal prática empregada pelo jornal, o qual refere-se a travestis no masculino, consiste na negação de suas identidades, como discutido anteriormente.

A narrativa de Rita Ribeiro, que sai em defesa de uma imagem positiva de seu/sua filho (a), aponta sua relação com homossexuais e/ou as travestis, estes (as) como responsáveis pela sua morte. Aqui o discurso construído em torno dessas pessoas parte de uma condenação prévia na medida em que, não bastando serem homossexuais, travestis, tem suas condutas condenadas reforçadas quando fazem uso do termo “pederastas” e os (as) coloca enquanto usuários (as) de drogas consideradas ilícitas. No momento em que sua mãe discorda que Nenê fizesse uso de

tais substâncias, não nega existir a possibilidade que ele (a) fosse uma travesti. Essa dúvida sobre as práticas de seu/sua filho (a) nos dá indícios de que esses indivíduos “botavam as unhas de fora” longe do olhar de suas famílias.

Ao percorrer ruas do bairro do José Pinheiro, nessa cidade, em busca de endereços, um deles informado em uma matéria em um caso de morte por afogamento a ser discutido ainda neste capítulo, encontramos um familiar de um sujeito já falecido e, durante uma breve conversa informal, relatou não saber “das coisas dele”. Explicou que sabia que o indivíduo não se inseria na norma heterossexista, contudo, suas amizades e possíveis práticas de travestir-se ocorria longe de onde sua família pudesse ver. As dificuldades de familiares virem a compreender a diversidade de sexualidade e gênero seria um fator a corroborar com tais atitudes, assim, amenizaria possíveis conflitos familiares e eles (as) poderiam expressarem-se em determinados ambientes sem que fossem alvo de condenações nos seus lares.

As acusações da mãe levam a polícia a seguir uma linha de investigação que se debruça sobre esses (as) suspeitos (as) homossexuais e travestis. Consistindo na principal fonte de informações apresentadas pela matéria, segue discorrendo:

[...]

**Mas, entre os responsáveis a doméstica Rita Ribeiro apontou dois elementos. O primeiro é o pederasta Antônio Cândido, estabelecido com uma “casa suspeita” que serve de ponto de encontro de travestis, localizada na rua Espírito Santo e Lourenço Guimarães 63 anos de idade, solteiro, residente na rua Riachuelo, 292, no bairro da Liberdade onde ele é conhecido pela alcunha de “Louro”.**

[...]

Na mesma casa de Antônio Cândido, o DB, ouviu outro “travesti” de nome **José Cristóvam, que disse que conhecia Erivaldo e que ele era uma “bicha” e que sempre frequentava aquela casa pertencente a Antônio Cândido.**

Afirmando que era um **atuante “Gay” ligada às duas casas que servem de encontro**, José Cristóvam disse que não andava com a vítima e teve conhecimento da morte dele na quarta-feira.

[...]

Hoje, o **Delegado Martim Vicente Moreira inicia uma série de investigações, começando por intimação aos dois donos de casas de encontro dos “travestis”** nas pessoas de Antônio Cândido, residente na rua Espírito Santo e Lourenço Guimarães, na rua Riachuelo, na Liberdade<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> DB, 26/06/1981, p. 8, grifos nossos.

A acusação feita pela mãe da vítima, vindo a nortear as investigações do caso que se iniciam, vem acompanhada da exposição de indivíduos, espaços também usados para sociabilidade e seus respectivos endereços. A publicação desses endereços, juntamente com fotografias, consiste num mecanismo de expor aqueles (as) que não se enquadravam em normas socialmente construídas. Suas condutas criminalizadas deveriam ser publicadas de modo a servir de exemplo de comportamentos a serem rechaçados. Essa forma de tratamento por parte, do Diário da Borborema, está circunscrita a populares dado que em se tratando de sujeitos pertencentes a classes sociais mais abastadas poucos eram os que, envolvidas em situações como crimes e bagunças em lugares públicos, tinham seus nomes e/ou imagens publicadas em matérias (SOUZA, 2011, p. 94-95).



**Imagem 3:** Travesti encontrado morto com um tiro de revólver. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 08, 26 de junho de 1981. Acervo do Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR – UFCG).

É dessa forma que os (as) leitores (as) do jornal tomam conhecimento da existência de duas residências localizadas no bairro da Liberdade em que homossexuais e travestis costumavam se encontrar, o jornal deixando bem claro ser essa sua finalidade, um ponto de encontro. Uma das residências citada pertence a Antônio Cândido o qual aparenta ser um sujeito de mais idade, diante observação de sua fotografia que acompanha a matéria, o qual nega ter

notado a presença da vítima em sua casa, entretanto, na legenda que acompanha sua imagem, afirma “Aqui existem muitos homossexuais que nos visitam”. A segunda residência mencionada pertence a Lourenço Guimarães, sua imagem também se faz presente na publicação, conforme a imagem 3 disponível acima, e possui 63 anos de idade.

Uma dessas residências foi de conhecimento e frequência do Depoente A. Relata que:

Existia uma casa, na época que eu era jovem /.../ o dono da casa chamava-se Lourenço, já era um idoso /.../ iam uns rapazes pra lá, os ditos bofes, as bichas iam e ele alugava o quarto pra que essas bichas fizessem sexo com esses tipos só que enquanto uma bicha tava fazendo sexo no quarto, com esse tipo, a sala tava cheia desses ditos bofes, geralmente pessoas de baixa renda, esperando pra que essa pessoa saísse do quarto pra o outro fazer, tá entendendo?<sup>68</sup>

Fiz pegação em cinema, em sauna, frequentei uma casa que teve aqui no final no início dos anos 80, final dos anos 70, a casa de Lourenço, na Liberdade /.../ em que as bichas iam pra lá pra fazer sexo com os bofes e Lourenço, que era uma bicha já velha na época, alugava um quarto pra pra se fazer sexo<sup>69</sup>.

Em ambas as entrevistas ele relata sobre a existência da casa de Lourenço Guimarães, a temporalidade mencionada abrangendo o período em que circulou a matéria sobre a morte de Nenê, em 1981. Numa prática cotidiana longe de sua mãe, mas não de total desconhecimento de sua parte, Nenê, a partir do depoimento de José Cristóvam, entrevistado (a) pelo jornal, frequentava esses espaços que funcionavam de forma imbricada. Constituindo-se no local de residência, também servia de espaço para uma forma de comércio, à semelhança de outros ambientes como a residência de Maria de Calú em que funcionava seu bar, a casa deste dispunha de quarto, o qual era possível alugar, para realização de práticas sexuais. A existência dessas casas nos revela formas de socialização e integração em bairros periféricos para além de bares, bem como o desenvolvimento de formas de obtenção de lucro por parte de populares, ou seja, as margens também desenvolvem formas de economias (SANFORD, 2004).

Para os leitores atuais, a ideia de encontros sexuais anônimos em espaços públicos como jardins, parques, cinemas e banheiros talvez seja completamente estranha às suas experiências de vida. Mas para muitos frescos e fanchonos, que tinham de esconder as suas predileções sexuais de parentes, amigos e patrões esses encontros eróticos aleatórios constituíam um dos únicos meios de conhecer parceiros em potencial. A maioria dos homens que vivia com suas famílias, pais ou parentes, ou que talvez dividisse um quarto de pensão, não tinha a opção de marcar um encontro dentro de casa. Podiam alugar um quarto num hotel decadente, ou noutro estabelecimento especializado em atender prostitutas e homens que quisessem compartilhar

---

<sup>68</sup> DEPOENTE A, 2017.

<sup>69</sup> DEPOENTE A, 2021.

uma cama por algumas horas ou durante toda a noite. [...] Para alguns, esses espaços públicos alternativos se tornaram necessários para realização sexual (GREEN, 2019, p. 108-109).

James N. Green ressalta a importância que determinados espaços tinham para pessoas que precisavam dar “vazão a seus instintos” sexuais, como noticiou o jornal em 1976 fazendo uso desses termos. Desse modo, se constituíam em locais (re)apropriados para formas de sociabilidade onde seria possível encontrar parceiros (as) para realização, também, de sexo. Conforme discorre o Depoente A, a casa de Lourenço Guimarães era ponto de encontro de “geralmente pessoas de baixa renda” e que praticavam atos sexuais com algum dentre os vários “bofes” que ficavam em sua sala. Ao referir-se a determinados espaços públicos incluímos as residências, mencionadas na matéria e pelo referido depoente, por entendermos que elas se inserem nessa mesma lógica que analisada pelo autor, espaços necessários para que as práticas sexuais ocorressem longe, até certo ponto, de olhares curiosos. Dessa forma, observa-se como o fazer deles (as) não se esbarrava em limitações sociais, como as econômicas, e ali se estagnava, pelo contrário, as necessidades das formas de interações e financeira contribuía para que esses ambientes também tivessem outras finalidades que não apenas servir de moradia.

No dia seguinte ao que fora publicado a primeira matéria sobre o caso, sábado 27 de junho de 1981, ele voltou a aparecer na capa com o título “Polícia tenta elucidar crime do homossexual”. O texto na íntegra encontra-se na página Policial, “Crime do travesti: polícia já tem pistas e pode desvendar assassinato”, e apresenta um panorama geral do caso bem como algumas atualizações sobre o andar das investigações.

[...]

Disse D. Maria do Céu, que não tem conhecimento de que seu esposo conforme versão chegadas até a polícia, tivesse avistado “Nenen” saíra das proximidades da SAB da Liberdade em companhia de dois homossexuais novatos no setor.

**Ela disse que não acreditava que ‘Nenen’ tenha sido assassinado por homossexuais, mas disse que sempre avistava Erivaldo entrando num “curtiço de homossexuais” localizado quase em frente à sua residência, pertencente a Antônio Cândido, Maria do Céu disse que Erivaldo não era marginal e sim tinha bom relacionamento com todos naquele bairro<sup>70</sup>.**

---

<sup>70</sup> DB, 27/06/1981, p. 8, grifos nossos.

O texto atualiza seus (as) leitores (as) sobre o caso partindo do depoimento de Maria do Céu, doméstica, residente no bairro Liberdade e esposa de José Clementino Barbosa, proprietário da Barraca onde fora avistado (a) Nenên na madrugada antes de vir a ser morto (a). Suas declarações giram em torno da não associação de sujeitos identificados enquanto homossexuais com o referido crime. Além de informar desconhecer a versão onde a vítima teria saído acompanhada de “dois homossexuais novatos” e que não acreditava que ele (a) teria sido assassinado por homossexuais, reforça a presença frequente da vítima no “cortiço de homossexuais” pertencente a Antônio Cândido. Mantendo-se dentro da questão central que tem cercado o caso, outro trecho da matéria informa:

[...]

O Cabo PM José Herculano, Comissário da Liberdade, afirmou que uma mulher informou à doméstica Rita Ribeiro, mãe de Erivaldo, que já pela alta madrugada, **observou quando dois elementos com características de homossexuais passaram nas proximidades de sua residência espancando a vítima**, enquanto esta tentava resistir dizendo que desejaria ir para sua casa<sup>71</sup>.

As divergências entre os relatos movimentam a discussão sobre quem ou o que tipo de pessoa teria cometido tal crime. Juntamente ao interesse por “sujeitos com características de homossexuais”, um espécime do tipo, articula-se sobre formas de conduta destes (as). Há um interesse por saber como se comportavam, o que observamos quando constantemente aparecem nessas matérias algo relacionado a uma suposta marginalidade. No imaginário social essas pessoas possuem estrita relação com condutas de desordem e criminalidade. Agora, a existência dessa nova testemunha, que supostamente teria avistado “dois elementos com características de homossexuais”, irá reforçar a linha de investigação de que estes (as) teriam ligação com o crime.

Pelo terceiro dia seguido o periódico estampou, em sua capa, a chamada para o caso. Na edição de domingo, 28 de junho de 1981, o parágrafo único vem acompanhado do título “Gays tentam desvendar crime”. Nesse momento somos apresentados a Simone, está sendo apontada como possuindo informações que poderiam ajudar a elucidar o crime a qual. Juntamente a ela haveria “[...] Outros ‘gays’ estão contribuindo [...]”<sup>72</sup> com as investigações. O longo texto, com quinze parágrafos, ocupa toda a parte superior da página Policial daquela edição. Com o título

---

<sup>71</sup> DB, 27/06/1981, p. 8, grifos nossos.

<sup>72</sup> DB, 28/06/1981, p. 1.

“Crime do travesti: ‘gays’ ajudam a polícia a encontrar o assassino” apresenta uma série de posicionamentos de entrevistados (as) concentrando-se em homossexuais e travestis que acusam, defendem-se e dizem querer colaborar com as investigações.

[...]

Ontem o DB conseguiu localizar pessoas ligadas aos “gays” que atuam no bairro da Liberdade, entre eles Manoel Nóbrega, afirmando que ‘por volta das quatro horas da manhã, **avistou Erivaldo em companhia de “Simone um ‘gay’ que gosta de andar toda pintada e que se fazia acompanhar também de outro homossexual desconhecido.**

**Manoel Nóbrega a exemplo dos demais homossexuais entrevistados, confessou-se revoltado com a morte do seu colega e prometeu que irá até o fim investigando este fato em auxílio à Polícia para que este crime não fique impune**

[...] <sup>73</sup>

Demonstrando-se interessado em realizar suas investigações o jornal sai em busca de homossexuais e travestis residentes, ou que circulem pelo bairro Liberdade, chegando até Manoel Nóbrega o (a) qual relata ter visto Nenên na companhia de Simone. Chamamos a atenção para a informação em que Manoel Nóbrega, juntamente com outros (as) homossexuais e travestis da região, estariam revoltados (as) com a morte de Nenên e que estariam não somente contribuindo, mas investigando “até o fim” em auxílio à Polícia para que não haja impunidade. A atuação desses (as), alvos do jornal e da Polícia que colocam seus encontros e grupos enquanto marginais envolvidos com drogas ilícitas, não se limita a expressarem suas práticas tidas enquanto desviantes. A interação destes (as) em encontros para socializar, seja em busca de sexo ou para consumir determinadas substâncias, estende-se para além dos momentos de lazer/prazer.

Quando a matéria estampa em suas páginas, com letras grandes, que gays estariam ajudando a encontrar o (a) assassino (a) e os relatos presentes corroboram com a afirmação, entendemos que esses grupos possuíam um senso de justiça. Um (a) colega havia sido encontrado (a) sem vida, existem suspeitas de que o (a) responsável seria um homossexual ou uma travesti e ele (as), em contrapartida, buscam contribuir para que o caso tenha uma solução. O caso volta a ser noticiado na quinta-feira, dia 02 de julho de 1981. Existe a possibilidade de

---

<sup>73</sup> DB, 28/06/1981, p. 7, grifos nossos.

ter sido publicado entre o período anterior a referida data já que é comum, nos cadernos consultados, não encontramos exemplares de todos os dias. Veiculado somente na página Policial, “Mecânico desconhece ‘Crime do Travesti” narra:

[...]

**Manoel Batista, conhecido como “Manoelzão Mecânico”, foi apontado nas investigações que apuram o chamando “Crime do Travesti”, como o único inimigo pessoal de “Nenem”, conforme dados adiantados para o DB e que chegaram às mãos da Polícia.**

[...]

Disse ainda Manoel Batista que **não teve jamais atritos relevantes ligados com o homossexual assassinado** e que desconhecia as ligações de que ele seria um inimigo pessoal de Eivaldo e em momento algum do pequeno período que a vítima atuou naquele setor, indo ao **BARDOSMOTORISTAS** à procura de “Simone”, “gay” **que trabalha no referido estabelecimento e que tem sido apontado como peça importante para se desvendar este misterioso crime.**

[...]

Esclareceu “Manoelzão Mecânico”, que o prédio da casa onde morava “Nenem”, local onde está instalado o “Bar dos Motoristas” e oficina do declarante, é todo de sua responsabilidade e **tendo ele repudiado recentemente a permanência de tais elementos homossexuais no local**, sendo esta talvez uma das razões a alguém criar tal imagem negativa contra sua pessoa<sup>74</sup>.

Se por um momento o texto aparenta deslocar sua visão, que incide sobre homossexuais e travestis como principais suspeitos (as) de terem cometido tal crime, única linha de investigação que segue a Polícia apresentada pelo periódico, uma leitura atenciosa nos revela o contrário. Seu título tem estrito diálogo com a matéria a qual apresenta versão única orientada para a autodefesa de Manoel Batista, mecânico, residente do bairro Centro e que teria sido apontado como único inimigo de Nenem. Esse posicionamento fica ainda mais evidente quando a notícia traz em seu primeiro parágrafo “Mostrando-se abatido com os últimos fatos que envolveram o seu nome...”<sup>75</sup>. Assim, parte-se de mecanismos que apelam a sentimentos para aproximar o (a) leitor (a) daquele sujeito que tem seu nome “sujado”. É curioso notar que, se antes o termo “abatido” fora utilizado para referir-se a morte de um (a) sujeito (a), aqui seu emprego carrega o significado atrelado a sentimentos, como o sujeito estaria se sentindo diante do envolvimento de seu nome ao caso. Fazendo uso de termos como “relacionado” e

---

<sup>74</sup> DB, 02/07/1981, p. 8, grifos nossos.

<sup>75</sup> DB, 02/07/1981, p. 8.

“apontado” a narrativa parte das declarações de Manoel Batista o qual explica desconhecer o motivo de tais “ligações”, a redação inserindo nesse contexto o reforço de que Simone seria a “peça importante” para elucidação do crime.

No entender do mecânico, “não teve jamais atritos relevantes ligados com o homossexual”. Suas ações são mencionadas enquanto forma de repúdio, contrárias a permanência destes (as) no prédio em que funcionavam o bar, a mecânica e sua residência. Este acontecimento teria resultado na criação de uma imagem negativa deste “homem sério, de negócios, honesto em todos os pontos e que detinha de conceito moral junto a diversos setores da sociedade campinense”, conforme relata a redação do Diário da Borborema. A partir do momento em que o sujeito, centro da narrativa, muda de lugar social muda-se, também, a forma como será tratado mesmo que localizado em situações onde se tem uma morte sendo investigada.

A matéria é finalizada com a informação de que o Cabo José Hermano, em diálogo com o Delegado Martin Vicente, haveria recebido novas orientações para elucidação do crime. Novas informações foram publicadas na edição da terça-feira, dia 07 de julho de 1981, também em página Policial, “Crime do Travesti: Delegado intima testemunhas e toma depoimentos hoje”.

[...]

**Os nomes foram passados ao titular da DH pelo Cabo PM José Herculano comissário do bairro da Liberdade que fez todo o apanhado e entre os citados consta a maioria dos homossexuais ouvidos pelo Diário da Borborema**, em reportagens desde o dia em que foi encontrado o cadáver do homossexual.

[...]

Apesar de não querer comentar nada por enquanto, o Delegado Martin Moreir afirmou em mãos dados suficientes para desvendar este homicídio dos próximos dias, **sabendo-se que os autores do crime foram dois elementos ligados ao mundo “gay” da cidade e a causa da morte de “Nenem” foi ciúmes**<sup>76</sup>.

Na última matéria sobre o caso, dentre as localizadas em nossa pesquisa, as investigações encaminham-se para um desfecho. Homossexuais e travestis voltam a serem ouvidos (as) pela polícia bem como a mãe da vítima e um segurança de uma rua, localizada no

---

<sup>76</sup> DB, 07/07/1981, p. 8, grifos nossos.

Centro da cidade, o qual conheceria um dos “elementos suspeitos”. Apesar desse procedimento o delegado, acima mencionado, afirma ter dados que lhes permitiria saberia que os (as) responsáveis pelo crime estariam “ligados ao mundo gay”. O motivo? Ciúmes. O acompanhar do caso não tem como objetivo desvendar se teriam sido homossexuais e travestis os (as) responsáveis pelo crime. Nosso objetivo consiste em analisar como o jornal, a polícia e moradores do bairro constroem imagens ligadas a estes (as) de modo a associá-los (as) diretamente a marginalidade, uso de maconha e tóxicos e que seus encontros em determinadas residências as caracterizariam como “antro de homossexualismo masculino e feminino”<sup>77</sup>.

É curioso notar que a matéria “Prostituição – o preço da carne humana”, de 24 de julho de 1983, aponte que nesta cidade não existiria um “mundo gay”, o qual só seria possível encontrar apenas em grandes capitais onde homossexuais teriam, a sua disposição, espaços de lazer. No caso de Nenê, ocorrido cerca de dois anos antes, 26 de junho de 1981, “mundo gay” não somente existiria, ele seria composto por “antros de homossexualismo, marginais e usuários de maconha e tóxicos”. A gama de discursos presentes nessas matérias insere-se num processo de abjeção que discrimina e criminaliza corpos que não se enquadram dentro da heteronormatividade, assim:

Seja como algoz ou vítima, o personagem LGBT está sempre reforçado nos enredos a partir da posição dissidente, de alguém fora do padrão heterossexual. É o homossexual que leva o assassinado para dentro de casa, a travesti que assassina um home de bem, dentre outros casos (SANTANA, 2017, p. 18).

Ou seja, a vítima se colocaria nessas situações ao andar com tais sujeitos ligados ao “mundo gay da marginalidade”. Desse modo, podemos concluir que até este momento o caso obteve grande repercussão, noticiado durante cinco dias, mediante sua centralidade onde os (as) principais suspeitos (as) da morte de um homossexual, ou travesti, algo que não fica claro, seriam “integrantes” do “mundo gay”. O caso teria a curiosidade do (a) leitor (a) aguçada com títulos onde não a polícia, mas gays estariam tentando solucionar o crime cometido em seu meio. Essa associação entre homossexualidades e criminalidade, presente neste material analisado, consiste num mecanismo que se articula, em nosso país, desde o século XIX. Naquele momento áreas médicas articulavam-se com instituições policiais e, assim, faziam destes corpos objetos de estudos. A finalidade destas articulações e estudos era de neles encontrar elementos

---

<sup>77</sup> DB, 28/06/1981, p. 7.

que embasasse teses onde este espécime, o homossexual, possuiria características discerníveis que poderia lhe condicionar a práticas criminosas, marginais. Não era novo para a instituição policial um imaginário de que tais corpos compusessem um ambiente permeado pelo “desregramento e criminalidade”.

Quando se tem um processo de descriminalização da sodomia, presente no Brasil durante o período colonial (XVI-XIX), cujo importante elemento foi a edição do Código Penal Brasileiro, em 1830, não significa um abrandamento moral. A mudança existente naquele cenário se trata de um deslocamento de mecanismos de poder, “o corpo foi retirado do campo de projeção moral e adentrou o campo da ciência” (PRETES; VIANNA, 2013, p. 350). O que antes caberia a religião e ao direito, situando-se dentro de concepções morais, agora, nos séculos XIX e XX, está diante dos olhares da psiquiatria, psicologia e medicina (PRETES; VIANNA, 2013, p. 320) que se articulam ainda com o direito com diversos outros mecanismos estatais, a exemplo da polícia. Agora, temos a relação entre homossexualidade<sup>78</sup> e criminalidade. Entendido enquanto sujeito anormal, através da articulação entre Direito e Medicina, ele é colocado enquanto incapaz diante o sistema jurídico, “[...] nos casos em que algum sujeito homossexual fosse processado pela prática de um delito contra a sociedade, o juiz deveria levar em consideração o estado degenerativo de sua sexualidade” (PRETES; VIANNA, 2013, p. 356).

Quando a sexologia, que se desenvolve sobretudo a partir do século XIX, começa a desenhar o homossexual enquanto um tipo específico, um espécime, suas formulações acabam por serem apropriadas e utilizadas com outros fins. O jurista alemão Karl-Heinrich Ulrichs (1825-1895), ao desenvolver o termo “uranista” para “[...] se referir às pessoas que sentiam atração por outras do mesmo sexo”, surge com o intuito de, ao naturalizar a homossexualidade, servir de argumento na luta contra leis que criminalizam tais práticas. A apropriação dessa naturalização, que se baseia em estudos científicos, levou a médicos, a exemplo do brasileiro

---

<sup>78</sup>A mudança na utilização de termos carrega consigo diferenças no entendimento da questão. O emprego de sodomia referia-se à práticas sexuais, quaisquer que assim fossem julgadas, que não se enquadrassem dentro de um entendimento da relação “natural” entre homem e mulher com fins de procriação. Quando o termo cai em desuso e surge a palavra homossexual, no final do século XIX, vemos “O homossexual do século XIX torna-se um personagem [...] A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi trans ferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2006, p. 50-51). Assim, agora o homossexual se constitui enquanto uma figura que não é uma figura comum, ela é dotada de sentidos e significados que cabem a somente ela. O termo homossexual foi utilizado pela primeira vez em 1869 veiculado em folhetos, de autoria do jornalista húngaro Karl-Maria Benkert, onde se posicionava contrário a uma lei prussiana que punia a sodomia masculina (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 38)

José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913), a desenvolverem novas concepções que a colocava na condição de “inversão sexual” que decorreria “[...] sobretudo de causas biológicas, tais como degeneração hereditária, patologia congênita ou defeitos hormonais” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 38). Apesar desse “desvio de conduta” havia a possibilidade de tolerância mediante apresentação de comportamentos aceitáveis, o “passar dos limites” requerendo a tomada de medidas, como nos conta João Silvério Trevisan sobre posturas do referido médico que:

[...] solicitava-se energicamente a intervenção da polícia, para coibir os abusos dos uranistas nos jardins públicos do Rio de Janeiro do século XIX [...] que “constituíam à noite o mais pavoroso cenário da imoralidade, tendo como atores marinheiros, soldados e vagabundos de toda espécie, que se entregavam na impunidade das trevas ao horrendo comércio desse asqueroso vício”, conforme relato do dr. Pires de Almeida (TREVISAN, 2018, p. 171).

Esse fazer científico desenvolvido no Brasil estava em estreito diálogo com concepções sociais existentes de longa data. O deslocamento desses corpos de uma visão moral cristã para o campo da ciência significou mudanças de poderes e o desenvolvimento de mecanismos, os quais passariam a serem os principais canais a estudarem e falarem desses corpos. Essa estrita relação com concepções morais sociais incluía ferramentas do Estado, como a polícia, que colaborava fornecendo “suprimentos humanos” para estudos. Nas primeiras décadas do século XX um grupo de médicos-legistas vai ganhando espaço no Brasil e tinha em seus trabalhos, a identificação criminal. Sob liderança de Leonídio Ribeiro aqueles (as) considerados (as) criminosos (as), loucos (as), prostitutas e homossexuais passam a serem alvo de estudos objetivando determinar suas características biotipológicas, o que era feito por meio de fotografias íntimas tiradas quando se encontravam em privação de liberdade, em cárcere. A exemplo, o Laboratório de Antropologia do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, também sob direção de Leonídio Ribeiro, desenvolveu estudos acerca da constituição morfológica de 184 homossexuais, em 1935, que haviam sido detidos pela polícia (TREVISAN, 2018, p. 177). As palavras de João Silvério Trevisan sintetizam essa articulação ao dizer que:

Considerando que, para esses profissionais, combater e controlar o homossexualismo também era resolver um problema social, acabou sendo inevitável o intercâmbio da Justiça e das ciências com o aparelho policial. De modo que, no Brasil, juntaram-se contra a prática homossexual vários sistemas de controle e repressão, tornando tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrica e a ação da polícia... (TREVISAN, 2018, p. 185-186).

Se a década de 1930 parece muito distante, avancemos até final da década de 1960 quando foi publicado a segunda edição o trabalho *Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência* (1967), de Luiz Angelo Dourado. Desenvolvido pela Seção de Biopsicologia, os corpos estudados estavam disponíveis no Presídio do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro – RJ. Em sua pesquisa o autor chega a suas conclusões de que “homossexuais delinquentes ” apresentariam, corriqueiramente, deficiência mental. Numa associação direta entre aquele (as) considerado (a) criminoso (a) e o (a) neurótico (a) homossexual teriam em comum a instabilidade emocional, heteroagressividade e a deficiência intelectual, características estas que os (as) predispunham ao “estado periculoso e podem ensejar ao crime” (DOURADO, 1967, p. 11-12). Afirmando a relação que temos exposto e analisado, ele afirma:

O homossexualismo não é apenas um problema psicológico, mas também social. Muitos indivíduos ingressam em instituições penais porque violaram a lei em virtude da homossexualidade. O invertido é por muitos considerado repulsivo, degenerado, amoral, devendo ser evitado ou aviltado (DOURADO, 1967, p. 58).

As afirmações de Luiz Angelo Dourado perpassam as matérias veiculadas pelo Diário da Borborema ao relatar situações, e criar cenários propícios para que elas ocorressem, associam, juntamente com discursos oriundos da polícia, homossexuais e travestis enquanto problema social. Tais pessoas, em virtude de suas práticas sexuais e identidades de gênero dissidentes, além de compor o corpo de uma classe social periférica, “ensejando” perturbar a ordem socialmente estabelecida e violar normas “ingressariam em instituições penais”. Apesar das diferentes temporalidades em que foram produzidos e veiculados, os discursos de caráter científico oriundo de estudos de áreas da saúde, o jornalístico, o policial e o de membros da sociedade civil encontram elos que os colocam em estreito diálogo diante de um elemento em comum, corpos dissidentes. São produções discursivas que atravessam contextos históricos, passam por reformulações e seguem na condenação de práticas, consideradas desviantes, com base numa essência biológica e moral. Exemplo contemporâneo estão as declarações do então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo:

É claro que é importante mostrar que tem tolerância, mas normalizar isso, e achar que está tudo certo, é uma questão de opinião [...] Acho que o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo têm um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa. São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe. Vejo menino de 12, 13 anos optando por ser gay, nunca esteve com uma mulher de fato, com um home de fato caminha por aí. São questões de valores e princípios (apud O ESTADO DE S. PAULO, 2020).

A declaração do ministro é um retrato e síntese de como a disseminação de discursos passam por reformulações ao longo do tempo sem, contudo, perderem aquilo que seria sua essência. Ao associar as homossexualidades, compreendida enquanto “anormalidade”, ao que seriam “famílias desajustadas”, modelo este supostamente encontrado em classes populares, ele faz uma associação direta daquilo que encontramos nas matérias jornalísticas. Consistindo no alvo constante de vigilância e repressão por parte do Estado e membros da comunidade civil, homossexuais, lésbicas, travestis e bissexuais se veem na mira desses mecanismos que os apreendem enquanto pessoas que subvertem, questionam e burlam valores e princípios socialmente construídos e defendidos pela ampla sociedade.

### **2.3 Vânia – “vítima de atentado a faca”**

A primeira vez em que Vânia ocupou uma das páginas do Diário da Borborema foi em 1978. Naquele ano uma edição circulou com um texto, em página Policial, que discorria sobre a presença de travestis nesta cidade, elas estariam “botando pra quebrar”. Sua imagem acompanhou o texto juntamente com a legenda “o mais popular travesti campinense”. Nela vemos numa posição sentada, cabeça levemente virada de lado como se observasse algo que não a câmera. Alguns anos mais tarde essa mesma imagem ganharia um espaço na capa da edição que saiu na sexta-feira, 18 de dezembro de 1981, sob o título “Travesti morre após atentado”, agora não mais popular, apenas “O travesti ‘Vânia’”. O texto em parágrafo único resume o ocorrido:

O conhecido travesti campinense Vanaldo Pereira da Silva, “Vânia”, morreu no hospital Antonio Targino, após sofrer um atentado a faca na cidade de Bayeux. Um desconhecido investiu contra “Vânia” com uma faca peixeira, tendo ele segurado a arma com as mãos, recebendo um profundo golpe. No hospital, “Vânia” foi acometido de tétano e morreu<sup>79</sup>.

Se antes vidas travestis estavam sendo denunciadas por estarem nas ruas campinenses “botando” as unhas de fora, algo visto enquanto “a falta de vergonha” por parte destas, aqui a vida de Vânia não mais é denunciada, sequer é mostrada, sua identidade de gênero lhes é

---

<sup>79</sup> DB, 18/12/1981, p. 1.

negada. O texto acima apresenta a situação onde ela teria vindo a falecer após ter dado entrada no Hospital Antônio Targino<sup>80</sup>. Vítima de um atentado a faca ocorrido na cidade paraibana de Bayeux, na tentativa de defender-se acabou por ser ferida o que teria resultado na infecção por tétano. Mais detalhes sobre o ocorrido são informados no texto publicado na íntegra em página sem identificação, a qual acreditamos tratar-se de página Policial tendo em vista ser comum as páginas de número 7 e 8 serem destinadas à temática. Com o título “Travesti ferido em Bayeux morreu no HAT”, relata:

Faleceu no Hospital Antonio targino, o travesti, Vanaldo Pereira da Silva, Vânia, que atualmente estava residindo na cidade de Bayeux. **Ele foi vítima de atentado a faca por um seu conhecido, cuja identidade não foi revelada aos pais da vítima antes de morrer.**

Segundo o pai do travesti, **ele gostava muito de viajar e estender amizades a todos quantos encontrassem, fazendo logo uma aproximação mais aconchegante.** Aconteceu que quando Vânia deslocou-se de sua residência com destino à praia, **entrou num determinado bar, e foi recebido com pilhéria partidas pelo indivíduo que estava bebendo numa das mesas do botequim<sup>81</sup>.**

---

<sup>80</sup> Fundado nesta cidade de Campina Grande em abril de 1965. A história do hospital Antonio Targino. Disponível em: <<https://youtu.be/6Ua2NRnhxKw>>. Acesso em 07 de junho de 2022.

<sup>81</sup> DB, 18/12/1981, p. s/n, grifos nossos.



**Imagem 4:** Travesti ferido em Bayeux morreu no HAT. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 08, 18 de dezembro de 1981. Acervo do Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR – UFCG).

Formas de violências são recorrentes e que aqui voltam a aparecer. A negação da identidade de gênero assumida por Vânia onde, a colocação de seu nome social entre aspas, o uso e reforço de seu nome dado pelos responsáveis quando do nascimento e o emprego de pronomes masculinos negam sua feminilidade. Não consistindo em situações isoladas e típicas à época, o dossiê organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação – IBTE identificaram que 14% dos casos veiculados em mídias de informação não respeitam a identidade de gênero das vítimas e 47% dos casos expuseram seu nome de registro quando do nascimento, ocorrendo de o nome social sequer ser mencionado. Além disso identificaram que mortes por facadas ocupam o segundo lugar e corresponde à 21% dos casos em 2020, percentual menor que em relação ao ano anterior, 2019, que foi de 28% (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 54; 59). Eder Luis Santana sintetiza esse entendimento quando diz que “[...] a falta de respeito no noticiário, pois ‘a pessoa assassinada retorna ao gênero imposto reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que

organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais” (SANTANA, 2018, p. 167).

Mencionado enquanto um conhecido de Vânia, o texto não cita o nome do agressor informando que sua identidade não havia sido revelada aos seus pais. A identidade do sujeito não é desconhecida, contudo, a não menção pode vir a significar a falta de interesse da redação em trazer ao (a) leitor (a) um dado direto que ligasse o crime ao sujeito. Observamos que a prática de não associação direta de determinados sujeitos com crimes, supostamente por eles cometidos, não ocorrem de forma isolada e podem ter ocorrido mediante alguns fatores. Esses fatos podem compor a classe do sujeito envolvido ou a falta de interesse em divulgar tal dado em virtude do contexto, neste caso a morte de uma travesti após ter sido alvo de agressões por um conhecido. Vale ressaltar que a não divulgação da identidade do sujeito que teria cometido o crime, por parte da polícia, não esgotam os recursos do corpo editorial que demonstrou possuir interesses e meios de levantar informações indo a campo e realizando suas investigações/entrevistas, conforme analisado na matéria “Mistério: travesti encontrado morto com um tiro de revólver”, de 1981.

Nas narrativas também há a construção de cenários que ajudam na transmissão daquilo que se pretende com a matéria jornalística, o que não se resume a informar sobre determinados acontecimentos. A matéria aponta como Vânia seria uma pessoa propícia a aconchegar-se com qualquer sujeito por onde andava. Com base em relatos de seu pai, acompanhamos a descrição de que gostava muito de viajar e estender amizades por onde percorresse, nessas andanças acabando por adentrar num botequim. Ou seja, em ambientes como aquele, ela estaria a estender sua amizade e aconchegar-se com quem encontrasse, lhe caracterizando numa pessoa que se colocaria em situação de vulnerabilidade ao apresentar um tipo de comportamento “de risco”. Narrativas do tipo, que tendem a ter um protagonismo policial e que destacam o comportamento sexual considerado de risco, se constituem em dois aspectos da forma como a prática jornalística lida com essas formas de violência. Esses textos veiculados no periódico não abordam o processo social envolto nesse comportamento considerado de risco.

Quem seria Vânia enquanto pessoa pertencente a uma classe social, de uma raça ou etnia, possivelmente residente de um bairro periférico, que vivenciava formas de vigilância e repressão social cotidianamente devido a não se enquadrar dentro de normas socialmente construídas e que se pretendem hegemônicas? Quando Eder Luis Santana pontua que as matérias atribuem culpa as vítimas, observamos, neste caso, que colocá-la nesse lugar de “dada

a aconchegar-se facilmente com outros (as)” traduz-se na tentativa de recair sobre ela ter criado possibilidades para possíveis formas de violências (SANTANA, 2018, p. 148-149). “Seu comportamento teria consequências”, como continua a nos contar a matéria.

**Sem gostar dos termos que seu algoz estava usando, o pederasta revidou com palavras de baixo calão, recebendo em consequência do atrito a ameaça de esfaqueamento,** tendo o citado hom (sic) sacado sua faca-peixeira e investido tra (sic) Vanaldo, que a segurou com as ma (sic) recebendo um golpe muito profundo.

**Uma turma do deixa disso partiu para ci (sic) e logo apartou a briga,** tendo o agress (sic) fugido ao notar que Vanaldo se enco trava (sic) ferido, enquanto que a vítima socorrida para o Hospital, onde rec (sic) os primeiros cuidados médicos.

Quando melhorou, ‘Vânia’ avisou a seus familiares que residem na rua Paraíba, nº 257, no **bairro da Liberdade**, n ta (sic) cidade, que tinha sido ferido, tendo mesmos providenciado a remoção paciente para o Hospital Antonio Targ (sic) local que veio a morrer depois de acometido de tétano.

A polícia de Bayeux registrou a ocor cia (sic) e, segundo afirmou o genitor Vana vai apurar minuciosamente o crime de foi vítima o seu filho<sup>82</sup>.

Coube à Vânia, a postura de revidar e fazer uso de palavras de baixo calão diante da situação onde não teria gostado dos termos usados pelo sujeito para lhe agredir verbalmente, o qual teria feito uso de pilhérias. O que inicialmente era uma ameaça de esfaqueamento, se concretizando em seguida, teria sido uma “consequência” da postura adotada por ela ao revidar e fazer uso de tais palavras. Observem como a constituição dessa narrativa relativiza a ação do sujeito agressor que teria feito uso de pilhérias e a ameaçado de esfaqueamento. A ação desse sujeito teria ocorrido em decorrência dela ter expressado um comportamento de revidar com uso de termos considerados inadequados, de “baixo calão”.

O uso de termo pilhérias para se referir ao que possa ter sido dito pelo sujeito de forma a insultar Vânia é um elemento curioso a ser analisado. Pilhérias além de ser usadas de forma humorística também podem ser usadas como armas em conflito social, de modo a insultar, provocar. Seu uso nesse contexto, onde existe uma amenização das ações do sujeito quando Vânia adentra aquele recinto, também são dúbias dado que pilhérias também assumem essa função de provocação, ofensa. Situações em que pilhérias estiveram em meio a confusões entre populares foram analisadas por Uelba Alexandre do Nascimento no caso onde Santana Chispim do Nascimento, ao esperar seu amante Periquito Verde, na Pensão Bohemia, localizado na zona

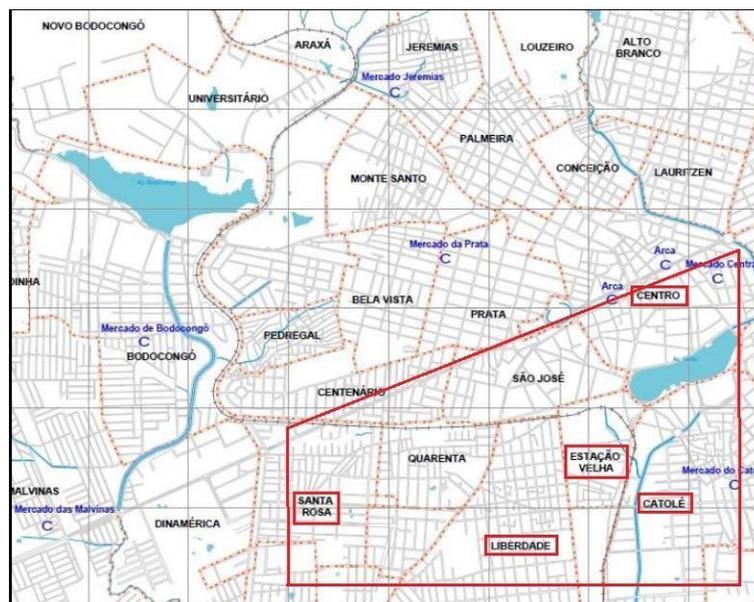
---

<sup>82</sup> DB, 18/12/1981, p. s/n, grifos nossos.

do meretrício campinense. Ao chegar àquela pensão o amante foi ao encontro de Maria Aury Lessa. O desenrolar dessa história segue com Santina descobrindo que seu amante, que até então a mantinha como “exclusiva”, estava no quarto de Maria. Com a intenção de provocar ciúmes Santina leva um rapaz ao seu quarto momento em que “Maria Lesse começou a pilheriar, além de pilheriá-la, deu uma forte pancada na porta do quarto dela interrogada” (apud NASCIMENTO, 2008, p. 172). A autora constata como a pilhéria seria “quase um chamame nto para a briga” no mundo da prostituição, o caso de Vânia demonstrando que seu uso também serve de ferramenta para formas de agressões em outros ambientes sociais, a exemplo do botequim em que estava.

Além disso queremos, também, chamar a atenção para outros dois elementos. Primeiro, a ação de indivíduos que se ali se encontravam, a “turma do deixa disso”, que interferiram no momento do conflito. Dadas as circunstâncias, o local em que ocorreu, um estabelecimento em que clientes se faziam presentes, a intervenção foi possível de ocorrer já que dispunha de uma quantidade de sujeitos (as) presentes e que poderiam se apoiar naquela situação. Esse elemento difere dos casos anteriormente analisados, as matérias nos permitem observar que quando da existência de alguma testemunha ocular, ela é apresentada ao leitor como encontrando-se de forma isolada e inserida num cenário sem apoio de outros que pudessem ser apoiar e vir a ter alguma ação frente aos acontecimentos presenciados.

Segundo elemento, o bairro Liberdade volta a ser mencionado. Tem sido recorrente menções a ele o que nos permite pensar em uma maior movimentação das homossexualidades além do que nos contam tais matérias e os depoentes. A existência das casas de Lourenço Guimarães, Antônio Cândido e do Bar de Dé naquele bairro, bem como sua proximidade com o Centro e os bairros Catolé e Santa Rosa, onde haviam diversos ambientes de frequências desses (as) o coloca nessa confluência que permite a transitoriedade para essas localidades. Assim, constantes menções o coloca em uma posição de destaque na medida em que é lembrado por depoentes como lugar possível de encontrar espaços de sociabilidade. Menções no jornal, onde também identificamos esses lugares e formas de criminalidade, a exemplo do caso de Nenên (Erivaldo Ribeiro), primeiro crime contra homossexualidades em que se tem a perda de uma vida, ocorrido naquele bairro e veiculado no jornal. Para termos uma dimensão geográfica da proximidade desses bairros, o mapa abaixo mostra suas localizações.



**Mapa 1:** Localização dos bairros Liberdade, Catolé, Santa Rosa, Estação Velha e Centro. Mapa disponibilizado pela SEPLAN. Marcações referentes aos bairros citados feitas pelos autores desta pesquisa de mestrado.<sup>83</sup>

Estarem localizados numa mesma região, vizinhos, permitiu a criação de um circuito transitório de interações e sociabilidade entre estes corpos. Essa integração também atrai olhares vigilantes sobre essas práticas de modo que as atuações nessas regiões periféricas são mais enfáticas, a exemplo de ações por parte de instituições policiais, conforme temos analisado até aqui. O transitar dessas pessoas, que nos parece ser maior nos referidos bairros, acaba por ser utilizado por policiais para associar a estas eventuais ocorrências que ameçassem a norma.

## 2.4 Grecht – “morreu afogado em um açude”

Após a matéria publicada em 1981, “Travesti morre após atentado”, o Diário da Borborema faz uma pausa na veiculação de material em que fossem mencionadas mortes de tais pessoas. É em 1983 que casos voltam a ocupar suas páginas. Naquele ano um pequeno parágrafo, acompanhado da foto da vítima, ocupava um espaço na página inicial da edição do dia de terça-feira, 01 de março. Com o título “Morre afogado integrante de Bamba do Ritmo”, o texto resume:

<sup>83</sup> Mapa original extraído de LIMA, Jéssica Camêlo de. **Do mercado velho à nova feira: a reestruturação da feira do bairro da Prata, Campina Grande – PB.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, 2015.

Ronaldo Siqueira de Oliveira, 18 anos, **componente da escola “Bamba do Ritmo”**, morreu afogado em uma açude próximo a Lagoa Seca, tendo sido sepultado ontem. Ronaldo, que **participava de um movimento Gay na zona leste da cidade**, era conhecido por **“Grecht”**<sup>84</sup>.



**Imagem 5:** Morre afogado integrante de Bamba do Ritmo. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 01, 01 de março de 1983. Crédito: Arquivo DB/D. A. Press.

O texto apresenta o caso onde Grecht, jovem de 18 anos de idade e integrante da escola de samba Bambas do Ritmo, do bairro José Pinheiro, teria sido vítima de afogamento em um açude localizado em Lagoa Seca – PB<sup>85</sup>. Ele apresenta algumas particularidades em relação a todas matérias que noticiam a morte destes (as) dentro do nosso recorte temporal de pesquisa. O primeiro é que seu título não faz menções acerca deste (a) ser homossexual, travesti ou bissexual, por exemplo, está sendo a primeira matéria com essa abordagem, a exceção de “São

<sup>84</sup> DB, 01/03/1983, p. 1, grifos nossos.

<sup>85</sup> Localizado a 6km de distância de Campina Grande – PB e com uma população de 25.911 habitantes, de acordo com o censo de 2010, a cidade de Lagoa Seca teve seu povoamento iniciado em meados de 1929, às margens da atual BR 104. Em 1933 passa a ser considerada vila, Vila de Ipuarana. Em 1964 o então município de Lagoa Seca emancipa-se desta cidade. Lagoa Seca. Disponível em: <<https://lagoaseca.pb.gov.br/portal/historia/>>. Acesso em 20 de abril de 2022.

João deixa saldo de quatro mortes em Campina” publicada em 1981 onde apresenta uma série de mortes, dentre elas a de Nenê, ora mencionado (a) enquanto homossexual ora enquanto travesti. De imediato, o leitor é informado da morte por afogamento de um (a) integrante da referida escola, o que segue sendo reforçado no início da publicação.

Tal comportamento por parte do jornal pode ser associado ao pertencimento dele (a) à escola de samba Bambas do Ritmo, esta que já fora mencionada em matéria de 21 de fevereiro de 1980, “Bambas do Ritmo’ pode ser campeã”. Ocupando toda a parte superior da página Cidade, a matéria na íntegra acompanhada de diversas imagens, com o título de “Travesti foi o que não faltou neste carnaval”, analisada no terceiro capítulo desta pesquisa.

A publicação discorre sobre os acontecimentos do carnaval de rua daquele ano, desfiles das escolas de samba dos bairros ocorrendo na Rua Maciel Pinheiro, Centro. Queremos destacar a forma elogiosa com a qual refere-se à Bambas do Ritmo, escola de samba que contou com a participação de 12 (doze) travestis, o que demonstra o grande envolvimento destas (es) em atividades culturais locais. A forma como a narrativa discorre sobre a referida escola, colocando-a como um exemplo de “evolução carnavalesca” desta cidade, a organização do bairro José Pinheiro sendo cotada como possível campeã a coloca num lugar de atenção e destaque. Devido ao perfil da vítima, ser componente desta escola a qual foi mencionada, pelo jornal, de forma elogiosa e como importante contribuinte para o “desenvolvimento ” do carnaval, pode se constituir num elemento responsável pela forma em que sua morte foi noticiada, acrescido da fatalidade de um (a) jovem ter vindo a se afogar.

Disponível na página Policial, “Grecht’ morre afogado num poço em L. Seca”, segue com a explicação do ocorrido.

Foi sepultado, às 10 horas da manhã de ontem, no cemitério de José Pinheiro, o corpo de **homossexual Ronaldo Siqueira de Oliveira**, 18 anos, solteiro, residente na rua [...] nesta cidade. **Ronaldo Siqueira, que pertencia à Escola de Samba “Bambas do Ritmo”** morreu afogado nas águas de um açude no sítio Oeti, de Lagoa Seca.

[...]

Na manhã do domingo, “Grecht” juntamente com outros amigos seu foi até o vizinho Município de Lagoa Seca e lá todos participaram de uma improvisada festa. Mais tarde, todas resolveram banhar-se num poço, acabando por Ronaldo vir a se afogar.

[...]

Colegas que se encontravam na companhia de “Gretch”, no momento do afogamento **afirmaram achar que o homossexual pode ter sido vítima** de um derrame cerebral que lhe provocou hemorragia. Mas, isso tudo será esclarecido quando o laudo cadavérico chegar à 1 Delegacia Distrital, encarregado de apurar este fato<sup>86</sup>.

A não associação imediata de Gretch com a prática homossexual, até então presente na capa da edição, acabou por ser revista no curto espaço que separam a capa e a página policia l, assim, o espécime homossexual continua a se fazer presente. A matéria segue discorrendo sobre o ocorrido tomando notas daqueles (as) que se fizeram presente na festa, realizada no munic íp io vizinho de Lagoa Seca, onde, agora mencionado enquanto poço, ele (a) teria sido vítima de afogamento. As causas que o (a) levaram a óbito ainda não são certas e as especulações apontam algumas possibilidades, tais quais um derrame cerebral.

Apesar dessa permanência, a segunda particularidade da matéria certamente é a que mais nos chama a atenção. Grecht é apontado (a) como participante de um movimento gay existente na zoa leste desta cidade. Em nenhuma outra matéria dentro do nosso recorte temporal, 1975-1983, existem menções a homossexuais, travestis, lésbicas e/ou bissexuais que estivessem envolvidos (as) em algum movimento e/ou grupo composto por estes (as) nesta cidade. Quando a matéria coloca “participava de um movimento Gay” e não dispomos de nenhuma outra menção a qualquer forma e/ou situação que nos permitisse refletir sobre e comparar os dados, em nenhuma de nossas fontes e bibliografia, a compreensão sobre o que seria esse movimento gay fica limitada as nossas especulações.

Visitas foram realizadas ao endereço em que residia a vítima encontrando a presença de um familiar, sua irmã, a qual conversou brevemente conosco. Em uma conversa informal, sem gravar entrevista, não soube nos informar nada acerca das relações de Gretch com outros (as) pessoas com suas identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Nos informou que a família tinha conhecimento de que não seria heterossexual, contudo, travestir-se, amizades e locais que frequentava eram apenas de conhecimento dele (a), não abordando tais questões no interior de sua residência. Também houver tentativas de obter informações sobre este (a) com integrantes da Bambas do Ritmo por meio de visitas à sede e contato via aplicativos de *smathphone*, contudo, nos momentos em que obtivermos respostas a existência de Gretch é desconhecida, não souberam explicar se chegaram a conhecer ou se é o caso de esquecimento. Vale destacar que tivemos contato direto apenas com o presidente da referida escola, esse entrando em contato

---

<sup>86</sup> DB, 01/03/1983, p. 8, grifos nossos.

com duas outras pessoas, homens cisgêneros e homossexuais, não obtendo quaisquer informações a respeito de Gretch. Essas duas outras pessoas não se interessaram em conversar conosco.

Suponhamos que esse movimento gay existisse na zona leste da cidade tivesse como um dos objetivos defender pautas consideradas pertinentes para estes (as) no sentido de se colocarem contra as formas de violência de que são alvo, a luta pela garantia de direitos e outros, ou, até mesmo não possuindo caráter contestatório, mas de produção artística. Sua possível existência estaria inserida na linha de surgimento de grupos de caráter artístico ou contestatório na região Nordeste na década de 1980, a saber: Grupo de Atuação Homossexual – GATHO, em Olinda – PE (1980); Grupo Dialogay de Sergipe, em Sergipe – SE (1981); Nós Também, em João Pessoa – PB (1981); *movimento Gay, em Campina Grande – PB* (1983); Beira de Esquina, em João Pessoa (1984); Movimento do Espírito Lilás – MEL, em João Pessoa (1992), este sendo um desdobramento do movimento iniciado com o Nós Também e Grupos de Resistência Asa Branca – GRAB, em Fortaleza – CE (1989).

No que tange ao Estado da Paraíba, Silvana de Sousa Nascimento localiza o início dos anos 2000 enquanto aqueles em que haveria uma expansão do movimento LGBT na região. Apesar da existência de grupos aqui já mencionados, esse período veria, por meio do diálogo com grupos de outros Estados, a exemplo do Grupo Gay da Bahia, na Bahia; Grupo Arco-Íris, no Rio de Janeiro; CAEHUSP, em São Paulo e Grupo Dignidade, em Curitiba, a organização do projeto *Juntos SOMOS mais fortes*, cujo um dos objetivos consistia na criação de centros regionais para auxiliar e atuar frente aos casos de aids. É nesse contexto que não só a capital, João Pessoa – PB, como também cidades do interior, irá contar com a presença de grupos de atuação ativista tais quais o Movimento Homossexual de Cabedelo, o MOHOCA, em Cabedelo; Gayreiros do Vale do Paraíba, em Itabaiana; Centro Informativo de Prevenção, Informação e Mobilização de Profissionais do Sexo, o CIPIMAC, e Associação dos Homossexuais de Campina Grande, a AHCG, ambos em Campina Grande; Associação do Orgulho LGBT de Cajazeiras, em Cajazeiras; Fórum LGBT Catolé, em Catolé do Rocha, entre outros (NASCIMENTO, 2018, p. 55-56).

Diante disso, compreendemos como o jornal, em estreito diálogo e corroboração com instituições policiais e comunidade civil, lidam com travestis e homossexuais que são assassinadas (os) construindo cenários que propiciariam tais ocorridos. As matérias aqui analisadas não nos permitem apenas esmiuçar como os discursos que partem desses lugares distintos, se encontram e se entrelaçam tratam esses corpos, mas, também, investigar e teorizar

sobre suas andanças nesta cidade, seus locais de encontros, suas possíveis organizações/articulações entre si. Nos mesmos discursos que vigiam e reprimem identifica mos ações contestatórias por parte destes (as) que, socialmente marginalizados, fazem, a partir do espaço das margens, seu cotidiano que permeiam e tencionam o centro.

### **CAPÍTULO III: IRROMPENDO O COTIDIANO – SOCIABILIDADES DE TRAVESTIS, HOMOSSEXUAIS, LÉSBICAS E BISSEXUAIS**

*“Eles jamais entenderão a escolha de ser um corpo manifesto na cidade.”*

Tom Grito<sup>87</sup>

Até aqui analisamos como determinados corpos são alvo de diferentes discursos produzidos e veículos pelo jornal Diário da Borborema e depoentes, cujas entrevistas aqui estão sendo esmiuçadas. Através dessas fontes temos compreendido em que circunstâncias e de que modo são colocados (as) no cotidiano se fazendo presente formas de vigilância, repressão e resistências envoltas de espaços de sociabilidade, sendo eles públicos ou privados e as ausências, ou menor interesse, a exemplo de lésbicas.

Por meio das matérias encontradas no jornal detectamos posicionamentos que criminalizam as condutas de pessoas, de determinados grupos sociais, partindo de comportamentos e ações que lhes são atribuídos. São textos que estão em estreito diálogo com valores sociais o que lhes permitem reproduzir preceitos conservadores, reforçar a associação entre homossexualidades e mal social, além de construir condições propícias e inerentes a estes corpos que permitissem que determinados acontecimentos ocorressem não levando em consideração questões sociais nos (as) quais se inserem. Tal diálogo com valores sociais em vigência é constatado diante das situações relatadas pelos depoentes que, mesmo com divergências, constroem narrativas que se aproximam.

São discursos em disputa onde a vontade de verdade se faz presente. Os discursos jornalísticos, apoiando-se numa institucionalização, articula suas formas de exclusão mediante corroboração com o sistema ditatorial em vigência. Vontade de saber, sistemas de exclusão e suporte institucional articulam-se e fazem circular discursos pressionando aqueles contrários e que não se alinhariam a este (FOUCAULT, 1999, p. 17-18). Em não conformidade com estes, os discursos articulados pelos depoentes por meio de suas memórias constituem um fazer contra-hegemônico que não somente denuncia arbitrariedades como, também, coloca em jogo complexas relações de tensões diante do que se pretende hegemônico (GATICA, 2012, p. 226;

---

<sup>87</sup> GRITO, Tom. Gatilho. In. ALCALDE, Emerson (Org.). LGBTQIA+. São Paulo: Autonomia literária, 2019.

SCHMIDT, 2012, p. 84). Diante disso, os discursos jornalísticos acabam por reforçar o que já se encontra difuso socialmente, fornecendo base para que isto se perpetue e contribuindo com a criação de novos alvos a serem repreendidos e eliminados da vista pública.

Na esteira dos capítulos anteriores aqui continuaremos investigando sobre formas de vigilância e repressão perpetradas por indivíduos da sociedade civil em corroboração com agentes do Estado. Além disso nos debruçaremos, agora com maior ênfase, nos espaços de sociabilidade criados e (re)apropriados realizando um mapeamento desses ambientes a fim de compreendermos onde estavam localizados, o perfil do público que os frequentava, conflitos internos e possíveis integrações desses lugares mediante estarem próximos criando, assim, áreas de confluências desses corpos.

Através das fontes utilizadas foi possível identificar a existência de uma maior diversidade destes (as), apesar das limitações do jornal Diário da Borborema, este vindo mencionar travestis apenas a partir de 1978, como veremos a seguir. São elas que assumem maior espaço neste capítulo mediante as fontes selecionadas para a discussão que atestam sua forte presença e participação social em diversos espaços e festividades, a exemplo do Carnaval. Os depoimentos e referências bibliográficas contribuirão para a construção de nossas narrativas e análises em que lésbicas e bissexuais também se fazem presentes, com suas particularidades, enquanto agentes criadores destes espaços e consumidores oriundos de cidades circunvizinhas.

### **3.1 Travestis e homossexuais estão por aí com as unhas de fora**

Em levantamento realizado nas Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Universidade Estadual da Paraíba, Campus I – Campina Grande, identificamos a existência de dois trabalhos que versam sobre travestis. O primeiro é de autoria da historiadora Laís Medeiros Cavalcante, *“Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma”*: os casos transgêneros nas tirinhas de Laerte Coutinho (2014), e debruça sobre a produção, significação e ressignificação das identidades transgêneras<sup>88</sup> pela cartunista Laerte Coutinho

---

<sup>88</sup> Termo também utilizado por pessoas trans, tais quais transexuais e travestis. Nas palavras de Laerte Coutinho o termo transgênero “é uma palavra que define bem. São pessoas que não se conformam com a gaiola, com essa forma rígida de dois comportamentos únicos pra todos os seres humanos” (apud CAVALCANTE, 2014, p. 34 - 35).

nas primeiras décadas do século XXI. O segundo pertence à historiadora Kaline Leandra Barbosa da Silva, *O Jornal da Paraíba e suas travestis: os estereótipos de ser travesti (1990)*, de 2017, e tem como alvo de pesquisa travestis que aparecem em matérias publicadas no *Jornal da Paraíba*<sup>89</sup> na década de 1990.

Ao analisar matérias do referido periódico afirma que este fabricou travestis, a partir de discursos veiculado em todo o país, reforçando estereótipos. Nas páginas do periódico identifica a existência da travesti prostituta; criminosa; carnavalesca e aidética (SILVA, 2017, p. 33). Como veremos a seguir, o jornal *Diário da Borborema* também associava a imagem de travestis à prostituição, desordem e carnaval, por exemplo, em matérias a partir do ano de 1978. A escolha da autora pelos anos de 1990, ao observamos que as formas discursivas identificadas também se fazem presentes no periódico fonte de nossa pesquisa numa temporalidade anterior, reafirma o que nossa investigação tem evidenciado, existe uma perpetuação de formas de referir-se a travestis, mas que não se limitam a estas, se prolonga dentro do espaço-tempo, ou seja, são formas de criminalização que perpassam todo o território nacional em diferentes décadas.

A exemplo da “travesti prostituta”, associação também encontrada na matéria localizada no *Diário da Borborema* a ser analisada a seguir, Kaline Leandra Barbosa da Silva analisa a matéria “Luta pela sobrevivência leva adolescentes a prostituição” em que menciona travestis atuando na prostituição em regiões do centro da cidade as quais são colocadas como se disputassem com “mulheres de vida fácil” pelos clientes. O texto apresenta o travestir-se, uso de perucas loiras, roupas coladas ao corpo e bijuterias como sendo artifícios “vale tudo” a qual recorrem as travestis (JORNAL DA PARAÍBA apud SILVA, 2017, p. 39). Esse cenário conflituoso construído pela narrativa reforça alguns elementos como a “falsidade” da travesti que desnuda do “vale tudo” perderiam sua identidade de gênero, além de reforçar concepções sociais que as associam à prostituição.

Esse “vir à público”, através das páginas que passam a ocupar no referido jornal, é identificado e analisado pelo historiador Elias Ferreira Veras, em *Travestis: carne, tinta e papel* (2017). Ao fazer uso de fontes jornalísticas que circularam na cidade de Fortaleza – CE, o autor se debruça sobre as décadas de 1970-1980 compreendendo-as enquanto um momento de

---

<sup>89</sup> Pertencente à Rede Paraíba de Comunicação, afiliada da Rede Globo, o *Jornal da Paraíba* foi fundado em 05 de setembro de 1971 e teve sua circulação, em formato impresso, até 10 de abril de 2016, quando suas atividades, neste formato, foram encerradas (SILVA, 2017, p. 32).

transição entre o tempo das perucas e o tempo dos hormônios- farmacopornográficos. Assim como identificamos no jornal aqui analisado, o Diário da Borborema, os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, veículos que circulavam na capital do Estado do Ceará, Elias Ferreira Veras identifica que travestis eram noticiadas principalmente, na década de 1980, em colunas policiais e em eventos carnavalescos. É nessa temporalidade, compreendida por ele como o tempo dos hormônios, em que haveria um certo fascínio pelas travestis, uma espetacularização de seus corpos, o que difere do tempo das perucas, este sendo aquele marcado pela clandestinidade (VERAS, 2017).

O referido autor faz uma leitura muito precisa sobre essa temporalidade ao compreender como as formas de intervenções no corpo respigam sobre os olhares sociais, sobretudo da mídia que possui papel central na difusão de imagens; reforço de estereótipos; defesa e condenação de formas de comportamento e, também, tornar um espetáculo aquilo que seria “estranho”. O surgimento do que seria um “tipo de homossexual”, a travesti, esta que faria uso de tecnologias científico-corporais, tais quais silicone e hormônios, ela seria associada com o momento em que se proliferavam os espetáculos em teatros e boates (VERAS, 2017, p. 68). Essa midiaticização parece se acentuar ainda mais quando o assunto envolve as práticas de carnaval, conforme veremos no próximo tópico.

Nas páginas anteriores encontramos documentos onde era solicitado que homossexuais e prostitutas fossem afastados (as) do centro da cidade, agora o que vemos são travestis “colocando as unhas de fora invadindo a sociedade” não só campinense, como também nordestina. Elas não existiriam na sociedade, estariam invadindo-a e, portanto, era necessário que medidas fossem tomadas. Naquele domingo de 26 de fevereiro de 1978 o jornal trazia, em sua página policial, a primeira matéria encontrada em nossa pesquisa a discorrer sobre travestis. Com o título “Travestis invadem a sociedade”, noticia que:

Os “travestis” estão ficando cada vez mais populares e numerosos. **Um deles ao ser preso em nossa cidade, chegou a confessar que mantinha estreitas ligações com homens e muitos deles bastantes conhecidos da sociedade.** Seja em Campina Grande, João Pessoa, Recife e cidades do sul do país, os “travestis” a cada dia botam “pra quebrar”, como disse o que foi detido, ao ser entrevistado na própria Delegacia.

[...]

**Pelos acontecimentos policiais registrados no Nordeste**, os travestis nessa região, **apesar dos recalques sociais e tradicionalistas**, estão mesmo “botando as unhas de fora”. A Praça da Bandeira, em nossa cidade, por exemplo, é onde se reúne esse tipo de gente. **Acessados as vezes pela polícia**,

ou por populares que não gostam daquelas encenações, com o mesmo requebrado e o cinismo que os caracterizam, os travestis estão por aí. Para eles, os tempos mudaram, para as pessoas bem (sic), “apenas vergonha acabou-se”, para esses sujeitos<sup>90</sup>.



**Imagem 6:** Travestis invadem a sociedade. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 09, 26 de fevereiro de 1978. Acervo do Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR – UFCG).

O texto segue perpetuando a postura de apagamento das identidades sociais dessas sujeitas, negando a feminilidade de travestis, não apenas quando há o reforço do nome atribuído quando ao nascimento, mas, também, ao manter o emprego de artigos para referir-se a elas no masculino, “o travesti”. Essa postura também decorre da compreensão mais geral, à época, de que tais práticas eram consideradas homossexuais, como já comentado nesta pesquisa. É nesse momento em que se tem o reconhecimento, ou somente é agora que se fala sobre, de que elas existem na cidade e não são poucas, são populares e numerosas, o que é feito não partindo de uma constatação visual e sim de registros policiais que abrangeriam a região Nordeste. Constatar que estas estariam “botando as unhas de fora” com base em “acontecimentos policiais

<sup>90</sup> DB, 26/02/1978, p. 9, grifos nossos.

registrados” evidencia o interesse, por parte do referido órgão, em vigiar e regularizar suas existências.

Vigiar e regularizar ficam explicitadas ao colocar que uma travesti detida “chegou a confessar que mantinha estreitas ligações com homens”. A articulação de ambas as práticas, através do confessar, consiste em falar daquilo que se pretende omitir, não resumindo em colocar numa obscuridade, as práticas dessas sujeitas encontram-se envoltas nesse mecanismo dual de revelar aquilo que é segredo (FOUCAULT, 2006, p. 41-42). Entretanto, como algo que é popular, numeroso e “bota as unhas de fora” em praça pública pode ser um segredo que se confessa, vigia e regulariza? No momento em que travestis estão nesses espaços “botando pra quebrar”, o que poderia ser considerado segredo, ou tentado colocar neste estado, suas práticas, não são somente confessadas como explicitadas. Suas práticas são formas de falar sobre sua existência, de transgredir, de resistir. Estariam fazendo uso desses espaços não de forma pacífica, mas em constante tensão social que pode expressar-se desde ações com implicações físicas, que lhe atinjam de forma direta, tais como agressões físicas e detenções policiais, como também de forma “menos direta” que não resulte numa ação imediata contra seus corpos, a exemplo de matérias veiculadas na imprensa que denunciem sua presença em determinados espaços sociais.

São esses conflitos sociais em meio às formas de uso desses espaços que compreendemos enquanto posicionamentos de resistência. Travestis estariam se fazendo presente na referida praça “apesar dos recalques sociais e tradicionalistas”, “esse tipo de gente” sendo alvo de violências, “acossados”, por civis e policiais que se articulam diante de um interesse em comum, rechaçar e violentar pessoas que fogem da norma ou, como relativiza a matéria, “não gostam daquelas encenações”. É esse se fazer visível que perturba normas sociais que regularizam sujeitos (as) e higienizam, com a interdição do que nelas não se inserem, os espaços públicos. Regularização que não é eficaz e passível de burla.

Outro elemento que aparece suavizado são as relações de travestis com sujeitos desta cidade. Sem fazer menção à prática de prostituição, a situação é descrita com uso meticuloso de palavras para colocar uma máscara em tal envolvimento quando a sujeita detida confessou “que mantinha estreitas ligações com homens e muitos deles bastantes conhecidos na sociedade”. Ao entendermos que estes homens “bastantes conhecidos na sociedade” faz referência a indivíduos que compunham uma classe social mais abastada, isso diante das formas de tratamento recorrentes no jornal quando, identificamos formas distintas de tratamento

mediante a classe social. Em se tratando daqueles (as) que residem em regiões periféricas, de bairros pobres e afastadas do centro da cidade, estes são referendados (as) com termos chulos, discriminantes e estigmatizantes, o que não ocorrem com outros, como é o caso destes ‘homens bastantes conhecidos socialmente’ que se encontravam com travestis em regiões centrais da cidade. Essa forma distinta se faz presente em outros casos veiculados no jornal, os quais ainda serão discutidos, e no fragmento a seguir desta matéria em que relata um caso ocorrido na cidade de São Paulo – SP que, segundo o periódico:

**[...] mostra bem as situações insólitas em que respeitáveis senhores com seus carros de luxo podem encontrar saem a procura de aventuras na imprevisível “Boca do Luxo” paulista. [...] um rico industrial passeava com seu Mercedes Benz último tipo pelas ruas “quentes” e encontrou uma bela dama que lhe agradou. Depois de combinado os detalhes a moça entrou no carrão e os dois partiram para a aventura. Como o respeitável industrial estivesse embriagado acabou perdendo o controle do veículo e batendo num poste. Como o choque revelou-se a realidade: a peruca de seu acompanhante caiu e foi com espanto que o rico aventureiro percebeu que estava ao lado de um travesti com quem iria passa a noite, irritado passou a espancar o travesti. O caso foi parar na polícia e se transformou em escândalo para o industrial respeitável, pois sua esposa descobriu tudo. Casos como esse acontecem diariamente na “Boca do Luxo”<sup>91</sup>.**

Existe uma questão central a qual importou compor a matéria, a aventura do “senhor respeitável” pelas ruas quentes daquela cidade que encontra uma dama para aventurar-se durante a noite. Aqui a aventura tem um fim escandaloso quando, diante do ocorrido, sua esposa descobriu tudo, o caso é relativizado e escrito de forma cuidadosa e com exaustivo respeito ao sujeito que bate o carro em um poste, espanca uma sujeita, demonstra infidelidade para com sua esposa e ainda se vê justificado ao insinuar que o ocorrido poderia ter sido em decorrência de sua embriaguez. Enquanto na cidade de Campina Grande – PB travestis mantinham, segundo o jornal, estreitas relações com senhores bastantes conhecidos socialmente, na cidade paulista o rico industrial aventurava-se com seu carrão. Estamos diante de duas formas cuidadosas de escrever as sentenças e que possuem mesmo objetivo, amenizar a situação em que estes senhores se envolviam.

Não é preocupação que a travesti tenha sido espancada pelo “senhor respeitável”. Removida a peruca e descortinado o véu expondo, assim, aquilo que a redenção entende por realidade, a dama não mais existia, agora “um travesti” ocupava o lugar ao lado do rico

---

<sup>91</sup> DB, 26/02/1978, p. 9, grifos nossos.

industrial no seu “Mercedes Benz último tipo”. Sendo alvo de uma “situação insólita” ou circular por regiões “imprevisíveis”, o sujeito não cessa de ser tratado enquanto respeitável, o mesmo não cabe quando o alvo incide sobre pessoas que se reúnem em praças com “risadas e gritinhos histéricos”. O caso traduz não só como a classe impacta na forma como eles (as) são tratados (as) socialmente, bem como expressa aquilo que o jornalista Eder Luis Santana explica tratar-se da “dinâmica de vulnerabilidade” ao analisar dois periódicos da cidade de Salvador – BA em seu trabalho *LGBT como pauta de jornalismo: visibilidade e limitações* (2018).

[...] que na dinâmica da vulnerabilidade sejam avaliadas as condições que levam ao fato de “certas vidas humanas serem mais vulneráveis do que outras, e certas mortes mais dolorosas do que outras”. O jornalismo faz essas escolhas também a partir da projeção social da vítima (SANTANA, 2018, p. 145).

Ancorando-se no trabalho da filósofa Judith Butler, *Vida precária: os poderes do luto e da violência* (2019), a discussão centra-se em quais corpos são passíveis de luto, ou seja, quais destes (as) importam para que tenham denunciadas as violências de que são alvo. Quais corpos importam? Em “Travestis invadem a sociedade” estas não ocupam uma posição passível de luto. Colocada de forma a evidenciar sua não adequação dentro da norma heterossexista, a matéria não somente preocupa-se com o escândalo em que se envolveu o rico industrial quando sua esposa descobriu sobre sua infidelidade, como, também, violenta as travestis a que se refere negando suas identidades. Em suas palavras, “Se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então, da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas, uma vez que elas já foram negadas” (BUTLER, 2019, p. 54). Assim, a sujeita que, num movimento de revelação “não seria uma dama, e sim um travesti”, se encontraria numa dinâmica da vulnerabilidade em que esta teria sua vida negada contribuindo para que violências lhes sejam infligidas em meio a narrativas em que já agiam de modo a violentá-la.

Naquele mesmo ano de 1978 o jornal publicou outra matéria em que situava a presença de travestis no cenário campinense bem como a repressão articulada entre civis e polícia is. Dessa vez não ocupando a Praça da Bandeira, elas queriam desfilar no teatro. Veiculada numa quinta-feira, 27 de julho de 1978, com o título “Travestis queriam desfilar no teatro”, informa:

**Integrantes de grupos teatrais fugiram um pouco do verdadeiro sentido de um Festival, onde se reuniram grandes nomes da arte cênica, e tentaram usar as dependências do Teatro Municipal Severino Cabral para um desfile em estilo “Travesti”, com roupas e maquiagem preparadas a tempo, tendo sido necessário a interferência da diretora do Teatro, professora Eneida Agra Maracajá e policiais, para impedir que o fato acontecesse.**

O desfile estava programado para terça-feira, penúltima etapa do Festival, após a apresentação das peças “Santo Inquerito” e “A Cara do Povo do Jeito Que Ela É”, quando o teatro estava ocupado apenas pelos integrantes de grupos e alguns expectadores. No entanto, comunicaram a diretora do Teatro, professora Eneida Agra, que compareceu as (sic) pressas ao Severino Cabral, e afirmou que ali não consentiria o desfile, pois quem mand (sic) Casa era ele. Os autores do desfile não (sic) **transferiram de local, para a Refavela**<sup>92</sup>.



**Imagem 7:** Travestis queriam desfilar no teatro. Diário da Borborema, Campina Grande, p. s/n, 27 de julho de 1978. Acervo do Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR – UFCG).

Chamamos a atenção para a forma com que se inicia o texto afirmando a existência de “integrantes de grupos teatrais”. Tal afirmação nos permite acreditar que havia a presença e participação de travestis em grupos de teatro, a presença identificada nesta matéria não seria um caso isolado. Estas integrantes teriam fugido daquilo que seria o “verdadeiro sentido de um Festival”, reunir grandes nomes da arte cênica, o que, certamente, não as incluía. A matéria reproduz a negação da travesti, o que pode se comparado com o caso anteriormente analisado “Travestis invadem a sociedade”, onde a realidade, desnuda, revelaria que a sujeita seria “um travesti”, portanto, seria um estilo que viria à tona mediante “roupas e maquiagem preparadas a tempo”. O desfile se viu impossibilitado de ocorrer quando a diretora do Teatro Severino

<sup>92</sup> DB, 27/07/1978, p. s/n, grifos nossos.

Cabral<sup>93</sup>, juntamente com policiais, foram as pressas até o local a fim de não permitir sua realização, as envolvidas vindo a transferir a atividade para um outro local, o Refavela. Fica claro, portanto, que “A Cara do Povo Do Jeito Que Ela É” não inclui as travestis.

O texto cita uma figura importante nesse cenário do teatro na cidade de Campina Grande – PB: a diretora que não havia consentido a realização do desfile de travestis, Eneida Agra Maracajá. Compreender sua relação com o teatro, nesta cidade, nos permitirá também compreender sua relação com a política local, o regime ditatorial e a censura de que foram alvo as travestis. Assim, o historiador Evandro Elias de Barros Neto, em *Teatro e ditadura em Campina Grande: história e memória (1970-1985)*, de 2017, nos diz que foi durante a administração política de Evaldo Cavalcanti Cruz, eleito pelo partido governista, a ARENA, em 1973, que se criou o Festival Nacional Amador de Teatro, o FENAT, momento em que grupos teatrais da cidade voltam seus olhares para eventos organizados pela prefeitura (BARROS NETO, 2017, p. 15). A partir de 1975 o FENAT é ampliado e passa a se chamar Festival de Inverno (BARROS NETO, 2017, p. 56).

Sua obediência ao regime ditatorial não lhe agraciou com muitos recursos. Apesar de serem insuficientes para atender as demandas econômicas locais, o projeto FENAT era colocado em prática. O historiador pontua que a falta de recursos e a ausência de motivação política para a realização de atividades do tipo o faz questionar quais seriam as intenções de Evaldo Cavalcanti Cruz com o investimento nesse setor cultural e pontua a possibilidade da “insistência de agitadores culturais”, a exemplo de Eneida Agra Maracajá, de o terem convencido (BARROS NETO, 2017, p. 16). Seu papel não parou por aí, em entrevista concedida ao autor esclarece que foi “[...] nomeada diretora do teatro e fui nomeada diretora com carta de secretária da cultura, porque Evaldo Cruz me entregou toda a cultura...” (apud BARROS NETO, 2017, p. 46). Para o autor, Eneida Agra Maracajá ter assumido tal cargo demonstra a existência de uma boa relação com a liderança local bem como sua pessoa não representaria uma ameaça ao regime ditatorial (BARROS NETO, 2017, p. 46).

---

<sup>93</sup> Projetado pelo arquiteto Geraldino Duda, o Teatro Municipal Severino Cabral foi inaugurado em 30 de novembro de 1963, passando por reformas nos anos de 1975 e 1988. Localizado em uma das principais avenidas da cidade, Avenida Floriano Peixoto, no trecho que atravessa o Centro, tem sua arquitetura inspirada no apito. SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <[http://cgretalhos.blogspot.com/2012/11/teatro-municipal-severino-cabral.html? m=1](http://cgretalhos.blogspot.com/2012/11/teatro-municipal-severino-cabral.html?m=1)>. Acesso em 10 de maio de 2022.

A vigilância não se atenuou mesmo em se tratando de lideranças que compactuava com a ditadura civil-militar e demonstravam preocupação em não a desafiar. A realização do I Festival Nacional Amador de Teatro, que teve início no dia 14 de julho de 1974 e durou dez dias, contou com a presença de militares no evento os quais se fizeram presentes disfarçados com a camisa de produção do FENAT (BARROS NETO, 2017, p. 52; 55). A relação amistosa com o regime ditatorial, entre o prefeito e a diretora do teatro, aparece em matéria publicada em 17 de julho de 1974 onde discorre sobre a realização de um coquetel e almoço realizado no Quartel da V Companhia de Infantaria, onde também se fazia presente o major Antônio Paulo Câmara (apud BARROS NETO, 2017, p. 53). Ainda sobre o assunto, em entrevista concedida ao autor, um de seus depoentes apresenta Eneida Maracajá como pertencente à família tradicional, o que lhe permitiria ser respeitada por figuras do exército (apud BARROS NETO, 2017, p. 76).

Diante disso, é nítido que anos depois, em 1978, quando publicado no Diário da Borborema a matéria “Travestis queriam desfilar no teatro”, seu diálogo corroborativo com o regime se mantivesse, bem como a censura no teatro. Tal acontecimento, inclusive, ganhou as páginas do jornal *O Globo*, em matéria escrita pela jornalista e crítica de teatro Tânia Pacheco. Com o título de “Festival de Inverno de Campina Grande. Um equívoco que o teatro precisa evitar”, tece críticas ao III Festival de Inverno realizado durante sete dias no mês de julho daquele ano. Segundo Evandro Elias de Barros Neto a matéria, único material citado em seu trabalho que menciona travestis, falava sobre a tentativa de realização de um concurso de travestis impossibilitado de ocorrer devido a invasão de policiais aos dormitórios, supostamente onde estavam alocadas estas pessoas. O desfile teria sido realocado para ocorrer em um restaurante da cidade e, segundo ele, a jornalista teria dito “invasões a parte, decididamente escolher a ‘Miss Travesti’ deveria ser uma preocupação menor, em meio a tantas outras atividades dignas de debate e organização” (apud BARROS NETO, 2017, p. 57; 60).

Enquanto a tentativa de participar do III Festival de Inverno com um desfile de travestis, em 1978 não foi bem-sucedida, na edição seguinte elas o conseguiram. Além de desfilar, o que pode ser visto enquanto posicionamento de manifestação contra a censura de que foram alvo, realizaram um protesto contra promotores do evento e diretoria do teatro. Publicada na capa da edição da quinta-feira, 02 de agosto de 1979, com o título de “Travestis bagunçaram”, conta que:

O IV Festival de Inverno de Campina Grande chegou ao final na madrugada de ontem, **de maneira sui-generis. Após o encerramento propriamente dito, com a apresentação de uma peça teatral** pelo grupo de Caruaru, realizou-se um desfile de travestis, mesmo contrariando a direção do Teatro.

**Sete travestis desfilaram** diante de um corpo de jurados, e para uma plateia de cerca de 200 pessoas, que inclusive foi servida com caipirinha. **Usando termos pejorativos, criticando os promotores do Festival e principalmente a diretoria do Teatro, os travestis e companhia promoveram intensa “bagunça”** que se estendeu até às 4 horas da manhã, inclusive com danças.

**Representando Manaus, Paraná, Pernambuco, Campina Grande e outros Estados,** os travestis desfilaram numa passarela improvisada e o primeiro lugar coube ao representante do Estado do Paraná, que teve como prêmio escolher um rapaz da plateia para dançar.

**Pautando pelo palavrão, os travestis, e cia fizeram a maior algazarra, o que provocou protestos de certos setores do Teatro**<sup>94</sup>.



**Imagem 8:** Travestis bagunçaram. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 01, 02 de agosto de 1979. Acervo do Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR – UFCG).

<sup>94</sup> DB, 02/08/1979, p. 1, grifos nossos.

O posicionamento da direção do teatro é explícito: não pode haver apresentações culturais de sujeitos (as) com suas práticas dissidentes da norma. O que é ainda mais claro é que as formas de interdições não passaram sem formas de oposição, sem que incentivasse que o contrário ocorresse, assim, travestis realizaram o desfile que vinha sendo impedido de realizar desde a edição anterior do festival. Deixando claro não se tratar de uma atividade programada para o evento, “Após o encerramento propriamente dito”, o jornal ressalta que o ocorrido contrariou os interesses da direção do teatro. Informar que tal atividade não fazia parte da programação do festival pode consistir numa forma de evidenciar que a organização e a diretoria do teatro mantêm seus posicionamentos de corroboração e não demonstra ser uma ameaça ao regime antidemocrático.

A realização do desfile, enquanto forma de expor suas produções culturais e que acabou, também, significando um meio de se impor diante da interdição, não foi o único meio de expressarem seu posicionamento frente ao ocorrido. O texto apresenta que termos pejorativos e palavrões haviam sido utilizados para criticar promotores e a diretoria culminando numa “intensa bagunça” e “maior algazarra”, ocorrido este que pode ser lido, em outras palavras que não as impressas pelo jornal, como “manifestação de travestis durante realização de desfile, no IV Festival de Inverno de Campina Grande realizado no Teatro Severino Cabral, contra setores do teatro que queriam, novamente, impedir que estas se fizessem presentes com sua exposição cultural”. Em contrapartida, é a “certos setores do Teatro” atribuída a realização de protestos, vindo a ocorrer após terem sido provocada pelas travestis.

É nesse espaço do teatro que observamos a integração de travestis de diversos Estados abrangendo as regiões Norte, com representante de Manaus – AM; Nordeste, com representantes de Pernambuco e Campina Grande – PB e Sul, com representante do Paraná. Essa integração nos permite refletir sobre um diálogo existente entre elas, e que certamente englobaria outros corpos com suas práticas dissidentes, a nível regional e nacional possibilitando a realização de tais atividade e trocas de informações. Supomos, também, que essa interação poderia vir a contribuir com alguma forma de organização, e aqui pensamos no sentido de coletividade e não necessariamente na estruturação de algum grupo, que objetivasse, dentre outras coisas, defenderem-se e reivindicar questões consideradas pertinentes, a exemplo da possibilidade de participarem de tais eventos sem serem rechaçadas enquanto travestis.

Com a presença de sete travestis na passarela e com o prêmio que consistia em escolher algum rapaz da plateia para dançar, prêmio este que poderia ser o resultado da falta de

investimentos financeiro, juntamente com “inclusive com danças” presentes no desfile e a “bagunça” e “algazarra” que se estendeu até às 04 horas da manhã, divertir-se parece estar na ordem das travestis. Em meio a ditadura e as interdições impostas pelo teatro elas se divertiram e dançaram em uma passarela improvisada sob o julgamento daqueles (as) que desaprovavam a existência destas que pousaram sorrindo para a câmera em imagem capturada e que acompanha o texto publicado.

A presença de travestis em teatro pode ser encontrada em outras cidades do país em situações variadas que vão desde a atuação com baixo orçamento até shows luxuosos e requintados. O romancista João Silvério Trevisan, em sua obra *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2018), dentre tantas questões abordadas dedica um espaço onde sistematiza o processo sobre o aparecimento do travestismo e, conseqüentemente, de travestis neste espaço, situando cidades tais quais o Rio de Janeiro – RJ e São Paulo – SP. Ainda no século XIX os palcos brasileiros se viram diante das revistas musicais, gênero teatral oriundo da França, nesse contexto travesti-atores<sup>95</sup>, na expressão do autor, encontram espaço profissional, situação está que muda quando “[...] seu luxo e qualidade caíram muito, e o que era cômico tornou-se simplesmente obsceno, indo evoluir, já em meados do século XX, para o chamado teatro de rebolado, no qual piadas pornográficas se misturavam com virulentas críticas políticas” (TREVISAN, 2018, p. 234).

As mudanças seguiam e a travesti, sendo “absorvida” pelo teatro do rebolado, acabou por vir a se deparar com ela mesma impondo-se nesse meio teatral quando essa forma se viu concorrendo junto com a televisão e filmes pornô, o que teria “levado ao seu fim”. O autor segue discorrendo, pontua como a década de 1960 consistiu num período em que travestis, que atuavam enquanto atrizes/atores, tinham um “espaço mínimo” nos palcos mesmo diante de diversas dificuldades, tais quais o baixo nível dos espetáculos e salários de fome. Tais circunstâncias levavam a travesti e desenvolver diversas funções desde o cômico, bailarina e cantora. Paralelo a isso existiam os shows luxuosos, que vigoraram até a década de 1980, onde empresários investiam colocando a travesti, agora, como “peça fundamental de consumo” (TREVISAN, 2018, p. 234-235).

---

<sup>95</sup> O termo se refere ao que coloca João Silvério Trevisan ao organizar uma trajetória de que momentos e circunstâncias a prática de travestir-se e as travestis apareceram na cena brasileira, “A outra vertente do travestismo voltou-se para um objetivo mais profissional, com o surgimento nos palcos do ator-transformista, que passou a viver profissionalmente da imitação de mulheres e, com frequência, tornou-se travesti também na vida cotidiana” (TREVISAN, 2018, p. 233).

Enquanto em cidades, como Rio de Janeiro – RJ, as travestis também se tornaram algo a ser consumido, alvo de interesse de uma elite econômica que as enxergava, nos palcos, como meio de obtenção de lucro e entretenimento, na cidade de Campina Grande – PB eram vistas como não integrantes da cena cultural. Sua presença no palco desta cidade não era aceita sendo motivo para que a diretoria do Teatro Severino Cabral, a polícia e o jornal Diário da Borborema agissem de forma contrária ao seu querer estar naquele espaço visto de forma “desordeira”. Essas mudanças que ocorrem em grandes centros urbanos inseridos numa concepção de “maior liberação sexual” configuram o que João Silvério Trevisan chama de *desbum guei*:

Ainda que a contragosto, a cruel ditadura brasileira instaurada a partir de 1964 acabou imprimindo um impulso peculiar a certas áreas da vida nacional. A urgência de uma modernização em ambientes avesso à prática talvez tenha favorecido, entre os jovens, o surgimento de movimentos de liberalização nem sempre alinhados com orientações ideológicas precisas. Daí por que uma das palavras-chave do período foi o “desbunde” ou “desbum”. [...] Talvez fosse possível detectar o início desse fenômeno em três núcleos deflagradores nas áreas de teatro e na música popular... (TREVISAN, 2018, p. 270).

O *desbunde guei*, que constituiria na prática de liberação a partir de mobilização desses corpos, de variados costumes que necessariamente não se enquadravam em normas socialmente estabelecidas, e que teria como meios deflagradores o teatro e a música popular encontrariam, na lógica de consumo capitalista, seu meio de expressão e celebração. A ordem não consistia somente em produções culturais subversivas, mas que tais produções fossem consumidas e que imagens associadas às homossexualidades circulassem nos mais variados meios de consumo. A exemplo cita como, ainda nessa década, “[...] o amor homossexual começou a furar a barreira da censura ditatorial e dos setores mais reacionários, para chegar até as capas de revistas de circulação nacional” (TREVISAN, 2018, p. 279). Cita, também, uma campanha publicitária de determinado creme de leite, veiculada na televisão, onde haveria o uso do termo “fresco” no qual a figura do mordomo exibia uma postura de orgulho ao acreditar que o ecoar do termo fazia referência a ele, quando na verdade era dirigido ao produto. Em meio a manifestações contrárias e a favor do comercial, vista como a favor da homossexualidade, houve um aumento de vendas do produto. O autor finaliza essa narrativa afirmando “[...] no Brasil, já era possível consumir graças à homossexualidade. Foi um importante reforço no boom guei” (TREVISAN, 2018, p. 279-280).

Não é de nosso interesse discutir acerca da representatividade de sujeitos (as) e grupos historicamente marginalizados. Nos interessa observar como esse *desbundar* está diretamente

associado com a lógica de consumo capitalista. A prática do consumo contribui com a exclusão de sujeitos (as) por não possuírem do mesmo poder aquisitivo. Portanto, para quem ocorria o *desbum guei*? Tal olhar direcionado para o consumo também foi preocupação do teatro em grandes centros urbanos, a exemplo de São Paulo – SP, onde ele também ressalta que peças em cartaz que tematizavam a homossexualidade, o “teatro guei”, demonstrariam “[...] sempre um cuidadoso olho na bilheteria” (TREVISAN, 2018, p. 280).

O perfil de quem consumia tais produções inscritas no *desbum guei* pode ser encontrado, ainda nos valendo das palavras de João Silvério Trevisan, naqueles (as) que frequentavam espaços, como o teatro, um dos núcleos citados por este de deflagração do *desbunde*, o “teatro guei”. As exposições ocorreriam para plateias da classe média e burgueses conservadores, diante de preços “inacessíveis” para classes menos favorecidas (TREVISAN, 2018, p. 281). No que se refere a cidade de Campina Grande – PB o perfil do público consumidor que frequentava o teatro não era diferente, contudo, a organização do teatro e a plateia não queriam saber da presença de travestis. Evandro Elias de Barros Neto pontua, através de entrevistas cedidas a ele, que o Festival de Inverno não só era organizado pela burguesia e classe média da cidade como, também, seu público compartilhava desse perfil. O depoente segue discorrendo que, diante disso, optou por fazer teatro de rua por conseguir englobar e visibilizar um público que não frequentava aquele espaço:

É na rua que se encontram pessoas que vão e vem do trabalho, o sujeito do ponto de ônibus, o engraxate, o vendedor de bombom, todos aqueles que estão situados no universo da praça ou da rua, poderiam ver pessoas dos mais variados temas inclusive de conscientização política. Além da capacidade de tornar mais visível a uma parcela da sociedade sem acesso às artes controladas pela burguesia, o teatro de rua age a qualquer hora do dia, indo ao encontro do público (BARROS NETO, 2017, p. 78).

Inserir-se numa maior liberação dos costumes a partir da organização e consumo de grupos sociais com maiores poderes aquisitivos não significa, necessariamente, que profundas transformações sociais tenham ocorrido. Não significa que nesses mesmos espaços homossexuais, travestis, lésbicas, bissexuais, por exemplo, se veem livres de formas de vigilância e repressão devido sua orientação sexual e identidade de gênero. João Silvério Trevisan não descarta que essa “nova fórmula de protesto à disposição da sociedade de consumo” não tenha seus problemas, a exemplo da normatização do homossexual, em produções teatrais, e diz “A sociedade mercadológica favorece aberturas quando pode tirar lucro delas, mas cobra seus juros através de uma cooptação cruel” (TREVISAN, 2017, p. 281-

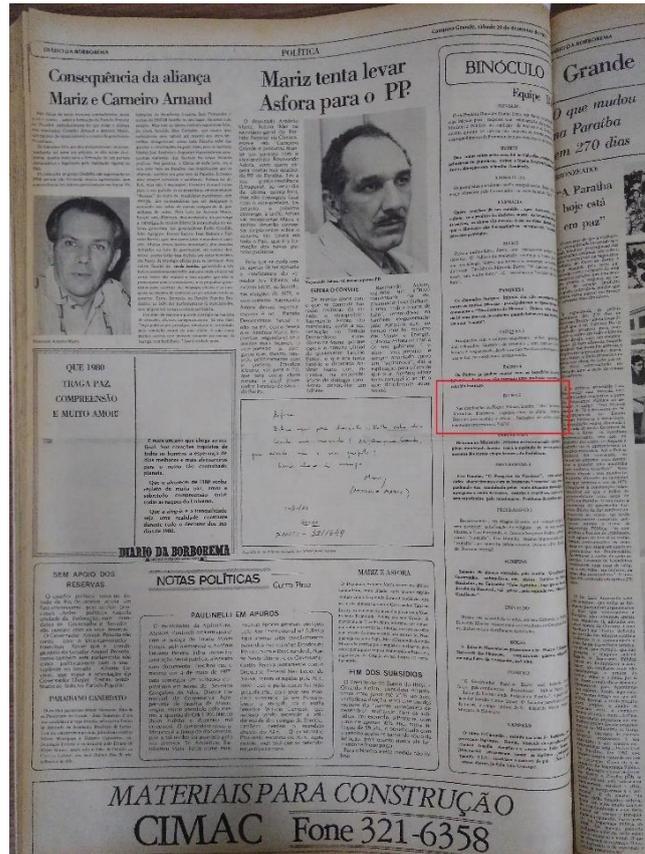
282;306). Podemos compreender essa crueldade da cooptação em nossos próprios termos diante do que analisamos até aqui, a mercantilização de pessoas e vivências dentro de moldes para o consumo de classes mais abastadas econômicas em virtude da exclusão de tantos (as) outros (as) por não terem igual acesso e não enquadrarem-se dentro de uma normatividade aceita para consumo.

Travestis voltaram às páginas do Diário da Borborema em pequeno texto com particularidades que merecem nossa atenção. Era sábado, 29 de dezembro de 1979, quando a coluna Binóculo, de autoria da equipe editorial e disposta na página Política, noticiou sob o título “Bichas”: “Nas imediações do Rique Pálace, à noite, ‘elas’ se reúnem. Gritinhos histéricos, trejeitos, cenas de ciúmes, desmaios. **Travestis provocando o desejo, inclusive, de velhos e experimentados empresários. Vai lá!**”<sup>96</sup>. Travestis continuam veiculadas no periódico com a negação de sua identidade bem como colocadas dentro de uma concepção ampla do que seria homossexual ao serem chamadas de “bichas”. O texto também apresenta um cenário aqui já conhecido, travestis com seus trejeitos estariam com gritinhos histéricos. Ao invés de solicitar que ação policial ocorra no espaço em que se encontram, ou de alegar tratar-se de apelo popular para que devidas medidas corretivas sejam tomadas, ele incita que quem quer que seja se dirija até as imediações do Rique Pálace<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> DB, 29/12/1979, p. 2, grifos nossos.

<sup>97</sup> Compreende a região onde se localiza o primeiro edifício construído nesta cidade e, o Edifício Rique, ou Rique Pálace como apresentado na matéria. Nele encontrava-se o Banco Industrial de Campina Grande S.A., fundado por João Rique Ferreira, em 1927, e considerado um dos maiores do país. De frente tínhamos o Posto Central, também conhecido como Ponto Certo, na confluência das ruas Pres. João Pessoa, João Suassuna, Sete de Setembro e Marquês do Herval. Com a morte de João Rique Ferreira, em 1971, o interventor federal transformou o Posto Central numa praça, a praça João Rique. SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2014/11/a-praca-joao-rique-no-centro-de-campina.html#.YkorOyiZPIV>>; <<http://cgretalhos.blogspot.com/2010/05/memoria-fotografica-o-posto-central.html#.YkomJCiZPIU>>; <<http://cgretalhos.blogspot.com/2016/10/o-banco-industrial-de-campina-grande-sa.html#.YkokNCiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.



**Imagem 9:** Bichas. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 02, 29 de dezembro de 1979. Acervo do Setor de Documentação e História Regional (SEDIR – UFCG).

Em meio a esse cenário caótico onde a “histeria e desmaios ocorreriam”, elas estariam provocando o desejo de velhos e experimentados empresários. Elas, as travestis, seriam responsáveis por incitar homens de classes favorecidas economicamente isentando-os, portanto, de quaisquer condenações por parte de veículos de informação e da sociedade civil. “Senhores ricos industriais” e “velhos experimentados empresários” aparecem nessas situações em que travestis se fazem presentes enquanto alvos de suas ações. Não importando se o senhor respeitável e o experimentado empresário tenham ido encontrar uma moça que lhe agradasse ao ter seus desejos provocados por aquelas que, ao revelar a realidade de que são travestis “botando as unhas de fora”, estes sujeitos “senhores de bem” não teriam sua presença vista como algo a ser estranhado já que as narrativas criadas pelo jornal não abrem margem para tal estranhamento. O cenário é construído em torno da “ilusão mascarada da realidade” que, segundo a fonte, representariam as travestis.

“Vai lá!” nos permite analisar como o discurso sendo aquilo pelo o que se luta e como as interdições, que organizam o que será dito e de que forma, sobretudo diante da censura de

imprensa imposta pela ditadura civil- militar, falam a partir de determinadas posições sociais e formas de distribuição, são atravessados por outros discursos que venham a dizer o contrário. Dessa forma, os discursos propagados pelo jornal não são rígidos e estão em constante movimento outros elementos vindos a se fazerem presentes, tais quais aparecimento de outros (as) sujeitos (as), temáticas e bem como discursos atravessados que não se alinham por completo ao que se pretende hegemônico.

### **3.2 No carnaval colocam-se as máscaras e reforçam-se as fronteiras**

O palco do teatro não foi o único lugar em que travestis se fizeram presentes com suas apresentações artísticas. As ruas também são um palco e não somente de reuniões com risadas e “gritinhos histéricos” ou para atuarem, também, na prostituição. A rua também é palco de expressões culturais e lazer ainda que permeada por diversas questões sociais que ali não se extinguem. Questões sociais que agem em fronteiras capazes, em dado período de espaço-tempo, de permitirem que as diferenças se encontrem e dividam aquele mesmo espaço. Enquanto travestis são colocadas como enganadoras da realidade ao fazerem uso de roupas destinadas ao sexo feminino, leia-se mulheres em conformidade com a cisgeneridade, no carnaval<sup>98</sup> usar de artifícios para mascarar realidades, se mascarar, é elemento fundamental da festividade. No curto período em que ocorrem as festas carnavalescas colocam-se as máscaras, estreitam-se fronteiras, mas não rompem com formas de vigilância e repressão de que são alvo aqueles corpos identificados enquanto sujeitos (as) dissidentes, a exemplo de travestis e homossexuais afeminados.

O historiador James N. Green, em *Além do carnaval – a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2019), analisa o processo de apropriação dessa festividade pelas homossexualidades. O imaginário de um Brasil que seria um paraíso para renegados (as) sexuais e todos (as) aqueles (as) com suas práticas dissidentes, como acreditou e fez parecer em

---

<sup>98</sup> A festividade é trazida ao Brasil através do processo colonial (XVI-XIX). Uma de suas primeiras manifestações foi o entrudo, comemoração originada em Portugal e praticada por povos escravizados, “[...] o carnaval permaneceu como uma festa particularmente para as classes mais pobres. Escravos e libertos, negros e mulatos, todos celebravam o feriado desfilando pelas ruas, imitando e satirizando as roupas, os gestos e as afetações da elite” (GREEN, 2019, p. 348). Sua história remete à Antiguidade onde é possível localizar a associação das festividades carnavalescas com orgias em festas de origem greco-romana dedicadas a Baco (Dionísio na cultura grega), conhecido como o deus do vinho, onde tal bebida e a entrega aos prazeres da carne se faziam presentes (BARROS, 2016, p. 7; 10).

depoimento do embaixador estadunidense Hugh Hudson, durante sua visita ao Rio de Janeiro na década de 1930, oculta através de uma fantasia da liberação e permissividade que “[...] durante grande parte do século XX, manifestações públicas ousadas de inversão de gênero eram temporárias e restritas ao momento da folia” (GREEN, 2019, p. 339-341).

Naquela década começou a se popularizar naquela cidade as escolas de samba, que começaram a surgir ainda na década de 1920, com predominância de participação de classes desfavorecidas. Ainda nesse período Getúlio Vargas passa a regulamentar a festividade, assim, verbas são destinadas bem como a entrega de prêmios para aquelas com melhor desenvoltura. Nos anos de 1960 o desfile de escolas de samba encontra-se como sendo um evento em que fantasias elaboradas e carros alegóricos suntuosos desfilam em meio a pessoas que exibem seus corpos (GREEN, 2019, p. 349). Nessas décadas também surgem os bailes que ocorriam em diversos espaços, dentre eles os teatros. Nesses bailes, assim como nas festas celebradas nas ruas, travestir-se não significaria que o sujeito se identificasse enquanto homossexual ou uma travesti, existindo exemplos em que grupos de homens cisgêneros se travestiam e recusavam a presença e participação de quaisquer homossexuais, é o caso do Bola Preta, na cidade do Rio de Janeiro (GREEN, 2019, p. 349-352). No Nordeste, em uma temporalidade mais recente, em edição realizada em 2017, temos o exemplo do Bloco das Virgens do Bairro Novo, Olinda – PE, com a presença de homens vestidos com roupas associadas ao feminino, desfilando. A participação teria ocorrido mediante inscrição onde “[...] o regulamento não permitia a participação de homossexuais notórios, nem demasiado trejeitos femininos” (TREVISAN, 2018, p. 363).

Com o crescimento dessas festividades, ocorrendo de ter o incentivo e apoio financeiro governamental, empresários viram uma oportunidade de obtenção de lucro. A década de 1950 vê uma maior movimentação da organização de bailes e blocos em que as pessoas iam travestidas, assim, houve o incentivo da presença de homossexuais e travestis nesses espaços com divulgação para que fosse de conhecimento público e o atraísse. Em 1970 os bailes de travestis já compõem o cenário carnavalesco daquela cidade. Nesse período os festejos já haviam alcançado notoriedade internacional, os concursos de fantasias encontravam-se em níveis luxuosos e as escolas de samba “[...] se tornaram um espetáculo turístico internacional, movimentando milhões de dólares, nos anos de 60 e 70, os homossexuais também continuam a desempenhar um papel-chave no planejamento e na execução do evento” (GREEN, 2019, p. 342; 355).

Essa dinâmica do mercado em que se aproveitou, em meio a um cenário propício, de travestis e homossexuais para a obtenção de lucro, ainda situando a cidade do Rio de Janeiro, também foi apontado por Edward MacRae (2018) ao citar enquanto símbolo da exploração do mercado homossexual “[...] o baile “Gala Gay” da terça-feira de carnaval [...] que tem contado com milhares de participantes, não obstante ao alto custo do ingresso. Não só o homossexual virou mercado, como também virou mercadoria” (MACRAE, 2018, p. 54). Retomando a discussão realizada anteriormente, o *desbunde gay* com base numa lógica de consumo não só restringia o acesso ao grupo social que dispunha de maiores condições financeiras como não resultaria num arrefecimento das práticas de vigilância e repressão de que eram alvo esses (as) sujeitos (as). É certo que estes (as) poderiam ter vivenciado situações e lugares em que a liberação sexual, circular livremente por bares, boates, teatros enquanto corpos dissidentes, com suas feminilidades, era uma realidade, contudo, limitada.

Se essas pesquisas mostram uma crescente expansão do carnaval em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a década de 1970 movimentando um volumoso montante de dólares, o historiador Azulmar Costa Barros, em *O carnaval de Campina Grande nas décadas de 60 e 70*, mostra que nesta cidade o inverso ocorreu. Aqui Eneida Agra Maracajá volta à cena, dessa vez enquanto depoente do autor e relata sobre sua experiência com o carnaval. Situando ter residido durante sua infância em uma rua localizada no centro da cidade, pontua que brincou nos mais belos carnavais de sua existência, carnaval este que ocorria nas ruas com alegorias, bois<sup>99</sup> e papangus<sup>100</sup>. Com uma “ajuda financeira insignificante” por parte da prefeitura da cidade as festas ainda ocorriam, ocupando, também, clubes onde “A elite de Campina ia aos clubes à noite e durante o dia desfilava nos corsos (caros abertos, sem capotas)” por ruas centrais. O espaço das ruas era ocupado por blocos carnavalescos da elite e de populares (apud BARROS, 2016, p. 16-17).

---

<sup>99</sup> Os bois de carnaval, sempre muito enfeitados, fazem parte das festas de rua ocorridas em várias regiões do Nordeste. Numa breve tentativa de descrever o que seria um bom podemos compará-lo a um fantoche, se tem a estrutura de um boi, que se assemelha ao animal de mesmo nome, onde uma pessoa que estaria dentro se sua estrutura, seria a responsável por realizar passos de danças, assim, o boi sairia dançando pelas ruas acompanhados por instrumentos de repercussão, tais como surdo, caixa de guerra, repique, tamborim e outros.

<sup>100</sup> Na tentativa de explicar o que seria papangu nos debruçamos em *web sites*, assim, encontramos relatos de que existem desde 1881, na cidade de Bezerros, no agreste de Pernambuco, como parte de brincadeira nos engenhos. Pessoas se vestiriam com túnicas compridas e usariam máscaras, para não serem reconhecidas e assustarem quem encontrasse caso não recebessem angú, comida típica do Nordeste feita a base de milho moído. A folia do papangu no carnaval de Bezerros. Disponível em: <<https://www.bloguito.com.br/a-folia-do-papangu-no-carnaval-de-bezerros>>. Acesso em 26 de dezembro de 2022. Atualmente, na cidade de Campina Grande – PB, é comum ver papangus com fantasias mais elaboradas assustando as crianças como parte da folia.

Chegado aos anos de 1970 sua depoente situa o período como aquele da “decadência do carnaval”. Em seu entender a decadência teria ocorrido devido “[...] a sociedade, a ‘elite’ passou a acreditar que ser chique era sair da cidade, viajar para outros Estados e participar de outros carnavais fora da cidade, ou até mesmo curtir as praias da capital” (apud BARROS, 2016, p. 17). Reforçando o discurso apresentado por esta, que parte de uma visão elitista e pensa numa decadência do festejo, Walter Tavares, em depoimento a Alzumar Costa Barros, ressalta que tal declínio teria ocorrido ainda nos anos de 1960 “Também pelo fato de a elite ter deixado de participar [...] Hoje o que existem são apenas os carnavais de subúrbios, sendo certo que o carnaval folclórico ainda permanece vivo na periferia...” (apud BARROS, 2016, p. 17-18).

Curioso notar que na década anterior, 1950, foi o momento em que a Prefeitura Municipal começou a organizar o carnaval na cidade em decorrência de moradores, estes de bairros periféricos, assistirem a elite festejar, nas ruas centrais da cidade, com os corsos. Diante disso, começasse a organizar a participação de desfiles de blocos carnavalescos. Essa participação da população pobre que deixa de ser apenas espectador pode ter influenciado em mudanças adotadas pela elite para comemorar o carnaval. As ruas passam a ser palco principal de populares enquanto a elite se concentra em clubes sociais, ambientes estes marcados por grande burocracia para se ter acesso, comumente sócios ou quem estivesse em posse de ingressos, agindo na regulamentação de roupas e comportamentos considerados adequados (apud SILVA; LIMA, 2021, p. 6).

As fronteiras de classe estão postas nestes dois depoimentos que traz o autor. O carnaval de ouro desta cidade seria aquele festejado pela elite, sem a presença de homossexuais e travestis, sem qualquer menção na pesquisa. E elite a desfilar em carros abertos, pelas ruas centrais da cidade durante o dia e indo a bailes, ocorridos na década de 1960, em lugares como a Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB<sup>101</sup>. O posicionamento de Eneida Agra Maracajá já é de nosso conhecimento : quando a frente da direção do Teatro Municipal Severino Cabral proibiu travestis de desfilarem naquele espaço, conforme noticiado em matéria publicada no Diário da Borborema em 1978. O desenvolvimento do cenário cultural local teria como principal meio de fomentação, articulação e relevância a elite, o que dela não fazia parte,

---

<sup>101</sup> Localizado no centro da cidade, próximo ao Parque do Açude Novo Evandro Cunha Lima, foi fundado em 05 de agosto de 1954. AABB Campina Grande – 64 anos de diversão e lazer. Disponível em: <<https://aabbcg.com.br/2018/08/06/aabb-campina-grande-64-anos-de-diversao-e-lazer/>>. Acesso em 11 de maio de 2022.

sobretudo em se tratando de travestis e homossexuais, não teria igual importância. O sair de cena da elite teria deixado o carnaval a cargo do subúrbio e, portanto, da decadência.

Situação oposta é noticiada pelo jornal em matéria publicada na quinta-feira, 21 de fevereiro de 1980. Ocupando grande parte da capa da edição com diversas imagens de foliões e travestis, “Bambas do Ritmo’ pode ser campeã” apresenta um resumo daquelas comemorações onde elogia o desempenho das Escolas de Samba, a desenvoltura das travestis que haviam promovido em verdadeiro show e exalta o carnaval. A matéria na íntegra ocupou a parte superior da página “Cidade”, também acompanhada de várias imagens do evento, agora com o título “Travesti foi o que não faltou neste carnaval” informa que:

**Os travestis dominaram a pista no carnaval de 1980 de Campina Grande, desfilando nas Escolas de Samba com muita desenvoltura, rebolado, ginga e simpatia, fazendo um verdadeiro “show” no asfalto, o que chamou a atenção dos presentes e deu destaque as escolas.**

**A Escola de Samba Bambas do Ritmo desfilou com 12 travestis, inclusive na principal alegoria, homenagem a Carmem Miranda, nos seus filmes “Brasil Pandeiro”, Alô Carnaval e Cassino da Urca. Um dos travestis que representa Carmem Miranda apresentou a mais rica fantasia, o que demonstrou que Campina Grande evoluiu no seu carnaval, principalmente no aspecto de luxo e bom gosto nas fantasias.**

Ainda na homenagem a Carmem Miranda um outro travesti apresentava uma fantasia um tanto extravagante, como sempre usava nossa grande cantora e atriz, mas seu maior destaque foi no rebolado e charme como se apresentou no asfalto, soltando beijos para a platéia e fazendo uma “ginga” toda especial dos grandes mulatos da passarela.

**A Unidos da Liberdade, apresentou 5 travestis**, na maioria vestidos de baiana, também chamando a atenção do público pela resistência no “marca-passo, acompanhando o ritmo da batucada. **A Acadêmicas de Monte Castelo também apresentou travestis**, em número mais reduzido, mas com o mesmo destaque das demais.

**Os travestis se vestiram com muito luxo e perfeição na maquiagem e outros detalhes que foi difícil para os observadores identificarem se realmente se tratava de homem ou mulher. O público em geral não notou o que contribuiu para que não houvessem as vaias e piadas de carnaval.**

**O fato em si não foi surpresa para Campina Grande, já que em outros centros é comum um grande número de travestis desfilarem nas Escolas de samba**, mas o que chamou a atenção foi o luxo, a perfeição e o bom gosto do povo de José Pinheiro<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> DB, 21/02/1980, p. 2, grifos nossos.

Longe de apontar indícios da decadência do carnaval, o texto faz uma síntese do que ocorreu com a realização de desfiles das Escolas de Samba, de bairros periféricos, na Rua Maciel Pinheiro, localizada no centro da cidade. O texto destaca a participação de travestis que apresentaram performances carnavalescas com ricas e extravagantes fantasias e rebolado, o que entreteve os presentes e garantiu o destaque de escolas em que se fizeram presentes, a exemplo da Bambas do Ritmo, Unidos da Liberdade<sup>103</sup> e Acadêmicas de Monte Castelo. O texto difere de todos os outros encontrados e que mencione travestis, o período festivo sendo significativo para que essas particularidades ganhassem aquelas páginas.

Edward MacRae, ao discorrer sobre a exploração do que seria “mercado homossexual” com a realização do baile “Gala Gay”, na cidade do Rio de Janeiro, cujos ingressos teriam um alto custo, pontua que a imagem associada a homossexualidade nesse período é comercializada de diversas formas. Desse modo, cita uma edição especial, publicada em 1982, da revista *Fatos e foto-gente*, a qual teria realizado uma grande cobertura do evento (MACRAE, 2018, p. 54). Assim, noticiar algo consiste em elemento que auxilia naquilo a que se propõe, neste caso vender um baile com elevado valor de ingresso. A matéria veiculada no jornal Diário da Borborema, situando a cidade de Campina Grande – PB, também visa comercializar algo, aqui o que se coloca enquanto mercadoria é o carnaval de rua que, a exemplo de grandes centros urbanos com presença e destaque de travestis com suas fantasias ricas e elaboradas, a cidade no interior do Nordeste não estaria distante deste circuito carnavalesco que dispunha o país com suas opções para quem desejasse aproveitar a folia.

Esse destaque conquistado e cedido às travestis é uma peça central nessa engrenagem que nos permite compreender as relações permeadas por conflitos sociais que ocorrem durante todos os dias do ano e se mascaram no período de carnaval. Guilherme Rodrigues Passamani, pensa tal momento enquanto *kairós*, que seria um tempo de oportunidades possível de construir algo diferente do ordinário, um tempo específico em que ocorrem decisões, ações e infortúnios, além de vir a cena novos (as) protagonistas (PASSAMANI, 2016, p. 58). Partindo dessa concepção e discordando de que o carnaval, entendido do modo simplista, permitiria o romper de fronteiras de classe, raça, gênero e sexualidade, teríamos:

---

<sup>103</sup>A referida escola foi alvo de investigações em artigo científico de autoria de Keila Queiroz e Silva e Priscylla Laryssa da Silva Lima, *A festa como patrimônio cultural: o carnaval popular em Campina Grande* (2021). José Alexandre Neto, fundador da escola, em depoimento cedido a estas afirma que “Foi a primeira escola a colocar um Travesti na avenida que era um Deus nos acuda...” (apud SILVA; LIMA, 2021, p. 10).

Mais do que uma inversão nos lugares da pirâmide social, ou mesmo na hierarquia de gênero, talvez o que o carnaval possibilite sejam momentâneos instantes de inversão de protagonismos de alguns sujeitos. Isso é muito diferente de mexer nas estruturas de classe e de gênero, que são mantidas de forma tácita (PASSAMANI, 2016, p. 60).

O que pontua o autor não só é identificado na pesquisa empreendida por James N. Green, conforme evidenciado no começo deste tópico, como também está presente na matéria veiculada no jornal aqui analisado. Ele, o jornal, evidencia que os adereços utilizados por travestis contribuíram para que fosse “[...] difícil para os observadores identificarem se realmente se tratava de homem ou mulher. O público em geral não notou o que contribuiu para que não houvessem as vaias e piadas de carnaval”.<sup>104</sup> A negação de suas identidades de gênero, suas feminilidades, reforça o binarismo cisgênero onde existiriam apenas o homem e a mulher, além disso reforça a eficácia delas em mascararem a realidade, algo presente na matéria “Travestis invadem a sociedade”, de 1978, e que aqui permanece. Travestis assumem uma posição parte em virtude de seus esforços para ocuparem esses lugares, expressarem seu fazer artístico e gozar dos prazeres carnavalescos, mas, também, cedidos por partes interessadas de setores sociais que as veem como meio de obtenção de lucro e construção de cidades em regiões interioranas que acompanham o desenvolvimento de grandes centros urbanos.

Seu protagonismo é controlado e não isentam homossexuais e travestis de serem alvo de formas de violência. O texto jornalístico é claro ao evidenciar que meios de hostilização “de carnaval” ocorrem. Se por um dado momento o surgimento de espaços de sociabilidade, de consumo e o papel dessas pessoas no carnaval de rua e em bailes permitiu experiências de maior liberação sexual e com menos ocorrência de formas de violência construindo, a compreensão de estreitamento das diferenças rumo ao respeito destas, ações do regime ditatorial mostraram o inverso. Com a justificativa de evitar reações hostis por parte daqueles (as) contrários (as) a “homens travestidos”, o regime impôs restrições a bailes proibindo tais “fantasias”, contudo, burlas ocorriam e os acessórios que comporiam o figurino carnavalesco eram levados e colocados quando estavam no interior dos lugares em que ocorreriam os eventos. Prisões e agressões com cassetetes fizeram parte dessas ações que visavam travestis, exposições públicas consideradas escandalosas e tudo aquilo visto como libertinagem por parte da polícia (GREEN, 2019, p. 372-373).

---

<sup>104</sup> DB, 21/02/1980, p. 2.

Entre três ou quatro dias de carnaval as transgressões de normas sociais que se colocam enquanto hegemônicas e que regulam esses corpos são praticadas e se esbarram em conflitos. As palavras de Maria Clementina Pereira Cunha sintetizam essa gama complexa e intrínseca em que se relacionam questões de classe, raça, gênero e sexualidade num período festivo em que sujeitas dissidentes são protagonistas ao mesmo passo em que não escapam da vigilância e repressão social, “A folia transforma-se em uma verdadeira guerra porque revela e multiplica a tensão de todos os dias: sendo ocasião de inverter, desnudar e brincar com o cotidiano, ela expunha suas feridas abertas sem qualquer disfarce possível sob as máscaras habituais” (apud GREEN, 2019, p. 344).

Nos anos seguintes a festa passa por mudanças. Em chamada publicada na capa da edição da quinta-feira, dia 17 de fevereiro de 1983, anuncia em seu título impresso com enormes letras “Carnaval de Campina, um dos mais fracos de sua história”. A única menção a travestis encontra-se na matéria publicada na íntegra, “Sem atrações Carnaval de Rua foi dos mais fracos”<sup>105</sup>, em uma página inteiramente dedicada à festa onde informa sobre a ausência de atrações ocasionando, assim, em um dos mais fracos carnavais de rua visto na cidade. A menção encontra-se em uma legenda de uma das fotos e diz “Travesti fez evoluções na escola Unidos da Liberdade”. No ano seguinte o jornal noticiava em sua capa “Campina Grande festeja um dos mais fracos carnavais”. Sem menções a travestis o texto aponta alguns elementos responsáveis pela situação, tais quais o deslocamento de residentes para outras regiões, os elevados valores de ingressos dos clubes<sup>106</sup>. O declínio apontado por Eneida Agra Maracajá e Walter Tavares ainda na década de 1960, só chega ao jornal no começo dos anos de 1980.

---

<sup>105</sup> DB, 17/02/1983 p. 2.

<sup>106</sup> DB, 08/03/1984, p. 1.



**Imagem 10:** Carnaval de Campina, um dos mais fracos de sua história. Diário da Borborema, Campina Grande, p. 02, 17 de fevereiro de 1983. Crédito: Arquivo DB/D. A. Press.



**Imagem 11:** Sem atrações Carnaval de Rua foi dos mais fracos. Diário da Borborema, Campina Grande, p. s/n, 17 de fevereiro de 1983. Crédito: Arquivo DB/D. A. Press.

As experiências são diversas e possuem significados distintos para cada sujeito (a). Enquanto existe a vivência em um carnaval permissivo, também existe a vivência em que a permissividade deu lugar a ações hostis e repressivas. A experiência com a festividade narrada por Amara Moira, em *Destino Amargo* (2017), sintetiza a discussão aqui realizada sobre como

o protagonismo de novos corpos permite acesso a determinados espaços, desfrutar deles com uma sensação de maior liberdade, ressaltando que a rua já é ocupada por essas pessoas durante todo o ano, na medida em que não escapam da vigilância e repressão que são uma constante.

Momento em que se pode brincar na fronteira dos gêneros, lá fui eu pegar uma fantasia velha de *dominatrix* e vestir de forma toda caricata, All Star, meião até a canela, pernas e peitoral peludos, no carnaval de rua. A caricaturice era necessária, prova de que aquilo era “brincadeira”, e todo mundo, homens e mulheres, aproveitou que era “brincadeira” para passar a mão na minha bunda. Aquilo era invasivo demais, abuso pesado, mas, só de imaginar que talvez significasse que, pelo menos ali, não estavam me vendo igual a homem, consegui sorrir (MOIRA, 2017, p. 42).

A relação íntima entre a vontade de desbravar aquele meio e mostrar-se com suas fantasias luxuosas, seus rebolados e suas feminilidades, opondo-se a normas socialmente construída que visam o ordenamento dos corpos no exato momento em que essas mesmas normas incidem sobre si naquela ocasião revelam que esses corpos são, em certa medida, tolerados (as). O enxergar dessas feminilidades podem vir através de outras formas de violência, a exemplo do que narra a autora, o abuso, acontecimento que pode ter lhe significado estar sendo vista enquanto travesti. Reformulando um trecho da narrativa de Eneida Agra Maracajá, “o carnaval é uma manifestação democrática fragilizada onde a expressão é livre ao público em geral de forma condicionada, assim, existem restrições de classe, raça, gênero e sexualidade”.

### **3.3 Movimentos de criação e (re)apropriação de espaços de sociabilidade**

Diversas pessoas se misturam naquele espaço. Em meio a conversas, bebidas alcoólicas e flertes, os clientes curtem mais uma noite agitada naquela cidade. Lulu não pensa duas vezes e aparece em cena entrando pela porta do estabelecimento, segue em direção ao balcão do bar, sem olhar para qualquer um ao seu redor ignora todos os olhares curiosos que desaprovam sua presença. Logo se junta a sua amiga, Blanca, e diz “eles não servem gente como a gente aqui” no exato momento em que um cliente branco, cisgênero e gay passa por ela e diz, em tom de deboche, “feliz hal oween, moças”. A narrativa segue com a chegada do *bartender* onde, ao ouvir os pedidos de *drinks* diz que seria por conta dele e que em seguida teriam que se retirar, “tem dez caras perguntando se hoje é noite drag”, momento em que Blanca responde “não somos drags, somos mulheres”. Nos instantes que se passam o gerente comparece ao local e as

convida para tratarem do assunto no lado de fora do estabelecimento onde especifica que aquele bar tem uma clientela específica “gay, menos de trinta e cinco anos”, “brancos” diz Lulu completando sua frase, o que ele concorda e pontua “Nova York tem uma noite bem dividida” e finaliza rechaçando, “não é noite de baile a fantasia”.

Blanca está determinada a ser tratada de forma respeitosa e conseguir frequentar ambientes sem ser hostilizada. Ela acaba voltando mais duas vezes ao *Boy Lounge*, descrito como o melhor bar gay de Manhattan. No primeiro retorno a clientela presente possui o mesmo perfil e a forma de tratamento que ela recebe é a mesma, dessa vez havendo aplausos dos presentes diante de sua expulsão daquele lugar. Em seu segundo retorno reafirma que irá quantas vezes forem necessárias até que seja atendida quando o gerente chama a polícia para que a retirasse do ambiente. Tratada no masculino, “Senhora? Esse é um cara”, diz o gerente dirigindo-se aos policiais, ela lhes questiona se seriam cegos e surdos já que estaria ali afirmando ser uma mulher e desejar ser tratada como tal quando é algemada, sob a justificativa de desacato a autoridade, diante de mais aplausos dos presentes.

As cenas descritas poderiam vir de narrativas de amigas que as teriam vivenciado em qualquer cidade brasileira, mas consistem numa representação presente no segundo episódio da primeira temporada da série *Pose*<sup>107</sup>. Nela Blanca e Lulu, duas mulheres transexuais, são expulsas de um bar gay, na cidade de Nova York. Elas não eram aceitas naquele espaço em que o público consistia num único perfil, homens gays jovens, cisgêneros e brancos. Apesar de tratar-se de uma ficção, a representação na série televisiva está intrinsecamente ligada a interesses de quem a produz, seja de ordem econômica, política e/ou social. Através do que foi exposto na cena diversos significados são criados e diversas análises poderiam serem feitas, contudo, chamamos a atenção para uma, as divergências existentes no interior da comunidade LGBT que se constituía enquanto tal à época. Nas situações descritas diversos marcadores sociais se fazem presente e se relacionam de forma imbricada, classe, raça gênero e sexualidade. As representações nestas cenas não estão longe de práticas do cotidiano onde sujeitos (as) experienciaram de formas distintas a existência desses espaços de sociabilidade.

Diante de análises até aqui realizadas constatamos como o homossexual afeminado estaria em maior situação de vulnerabilidade consistindo, assim, em alvo mais fácil de ser

---

<sup>107</sup> Criada por Ryan Murphy, Brool Falcherk e Steven Canols foi ao ar através do canal de televisão FX entre 2018 e 2021. Com três temporadas a série aborda diversas questões presentes no cotidiano de sujeitas trans e gays cisgêneros, em sua maioria negras (os), no final da década de 1980 na cidade de Nova York. *Pose* é a série com a maior quantidade de atrizes trans e negras no elenco.

agredido. Travestis não ficaram de fora dessa dinâmica de vulnerabilidade. Os relatos dos depoentes nos falam sobre essas relações e de como sujeitas, travestis e lésbicas, não frequentariam os mesmos lugares voltados para a sociabilidade quase que exclusiva de homens homossexuais cisgêneros. Não somente determinados (as) sujeitos (as) se faziam presentes em determinados ambientes como, também, existiam formas de comportamento tolerados numa relação em que, admitisse a frequência de homossexuais desde que expressassem um comportamento dentro do que era tido como aceitável. Apesar de espaços de sociabilidade terem perpassado os capítulos anteriores, é neste tópico em que serão destrinchados.

Entre o final 1970 e a década de 1980 a cidade de Campina Grande – PB dispunha de diversos estabelecimentos comerciais em que homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais masculinos costumavam frequentar, uns criados por estes (as) para si mesmos (as), havendo a possibilidade de heterossexuais se fazerem presentes. Tais ambientes criavam uma rede interacional onde estes (as) conseguiam estreitar laços em meio a formas de condutas e corpos aceitáveis em seus interiores. Aqueles voltados para o referido público também desenvolveram mecanismos de funcionabilidade de modo a evitarem serem alvo de violências vindas de quem se opusessem a existência de tais ambientes. Seu desenvolvimento compreende as classificações de espaços comerciais, composto majoritariamente por bares; espaços públicos, principalmente praças e ruas localizadas no centro da cidade e espaços privados, pequenos apartamentos também localizados na região central e algumas moradias dispostas em bairros periféricos.

Ao narrar sobre ter sido nesta cidade em que havia conhecido o “dito mundo homossexual”, expressão utilizada por ele, o depoente A nos conta sobre a existência de diversos estabelecimentos que estes frequentavam. O surgimento deste é associado a organização cultural que se deu entorno do teatro, inicialmente com o Festival Nacional Amador de Teatro, em 1974, que logo viria a se tornar Festival de Inverno, em 1975.

Tinha tinha lugar, assim, porque foi também culminou com a efervescência da criação do festival de: (+) teatro de Campina Grande, festival de inverno /.../ **Aí por o teatro ser um ambiente mais permissivo (+) a gente se reunia lá /.../ Tinha outros lugares também que a gente se reunia na Rua João Pessoa, me lembro que já perto do presídio tinha um bar /.../ Eu sei que tinha um bar de um cara chamado Adonso que a gente frequentava, logo embaixo tinha um o bar de Joca que era um um gay, uma bicha já velha /.../ e tinha um bar que durante o dia era tipo uma lanchonete na Rua João Pessoa, mas a noite por ser um bar de outro outro homossexual acabava que as**

**bichas iam lá, né! E tinha também o o o bar do sargento (incompreensível) e um galeto que tinha na Rua João Pessoa que que de uma certa maneira tinha uma permissividade, tá entendendo? E:: nesse período tamb teve um bar na na:: Getúlio Vargas, no final da Getúlio Vargas, chamado O Lampião que as bichas iam muito lá, ia muita bicha<sup>108</sup>.**

A narrativa apresenta vários estabelecimentos comerciais, alguns destes fundados por homens homossexuais, e os concentra em uma determinada região da cidade, a rua Presidente João Pessoa, hoje uma das principais avenidas por, além de ligar o centro a outros bairros é local de grande comércio contando com diversas lojas de grandes empresas dos mais variados setores e forte presença de camelôs. Ao relacionar esses ambientes com o desenvolvimento cultural da cidade, o qual atraía pessoas de diversas regiões, compreendemos que a demanda destas pessoas que aqui residiam, bem como daqueles (as) que vinham até a cidade se estabelecer de forma temporária em virtude da atração do festival, foram contribuintes para o surgimento, ou manutenção, desses bares.

Naquele momento haveria uma permissividade circunscrita ao teatro e bares citados. É curioso notar como ela age de forma a regular o funcionamento desses corpos nesses ambientes. Enquanto travestis desfilavam no teatro em meio ao Festival de Inverno, em 1979, contrariando a posição da direção, a presença destas poderia ser vista por outros (as), como o depoente B em trecho, enquanto significado de maior flexibilidade, concepção que se acentuava quando deparavam-se com os referidos bares durante a noite. Ou seja, a permissividade aqui aparece limitada ao frequentar determinados lugares sem atentar-se para de que forma e quem poderia frequentá-los. Um cenário permissivo contribuiu para que lugares tivessem mais de uma funcionabilidade, isso aliado, também, a interesses econômicos já que seria outro meio de obter algum lucro, é o caso da lanchonete que nas noites funcionava enquanto bar, sendo de propriedade de um homossexual e local de frequência de bichas.

As interações e diálogos eram de nível nacional. O bar de nome O Lampião, o qual teria funcionado na década de 1980 na Av. Presidente Getúlio Vargas, evidencia que notícias do então movimento homossexual brasileiro chegavam a esta cidade e que algumas pessoas que aqui residiam não só tinham conhecimento como, também, inspiravam-se nelas. O depoente A em dado momento da entrevista, ao ser questionado sobre ter acesso a informações sobre o

---

<sup>108</sup> DEPOENTE A, 2017, grifos nossos.

movimento no Brasil, nos conta que vias como Lampião da Esquina e indivíduos que voltava m após viagem à São Paulo, Rio de Janeiro e idas à Recife permitiram esse fluxo de informações e trocas de experiências, assim como relatos sobre diversos espaços de sociabilidade existentes nessas cidades. O referido bar também foi de conhecimento e frequência do depoente B, o qual relata:

*.../ na época tinha o primeiro que conheci foi O Lampião (+) na rua Getúlio Vargas .../ era um bar comprido, a meia luz, tudo muito sombrio, mas era um bar mais intelectualizado, por conta da revista O Lampião era um mais de militantes, um bar que frequentava sociólogos, antropólogos, pessoal da da universidade .../*<sup>109</sup>.

Ele, que também teve acesso a publicações voltadas para as homossexualidades, algumas delas de origem estadunidense adquiridas no aeroporto de Recife, detalha o perfil dos (as) clientes de O Lampião. Sua narrativa nos permitiu traçar um paralelo entre o meio intelectualizado ligado a formas de militância, que dispunha desses acessos, e pessoas de outro perfil social e sem os mesmos acessos. Sua narrativa segue apresentando outros ambientes, suas atrações e público o que nos leva a algumas observações.

*.../ nós tivemos, ao lado do teatro, um **bar chamado Barroco, depois ele se transformou em Aplauso**, que era bar de entendidos .../ e dali a gente saía “vamos pra onde hoje?”, aí tinha o Aplauso, que era o Barroco, “aí quem tá cantando lá?”, aí sempre tinha MPB, os cantores da cidade que muitos estão aqui ainda na ativa .../*<sup>110</sup>.

A região central da cidade apresentava movimentação de homossexuais e travestis nas ruas e praças públicas, contudo, a presença destes primeiros não se limitava a estes espaços. A existência desses bares demarca, também, que eles estavam criando seus lugares de consumo e demarcando sua presença em outros ambientes. O depoente B traça um perfil em que acadêmicos, alguns ligados a ações de militância, ocupavam os bares mencionados onde era possível assistir apresentações de artistas locais ao som de MPB. O agrupamento de intelectuais e artistas em espaços de consumo poderia significar permissividade para uns, para outros (as) não. Certamente que foi possível que esses sujeitos tivessem experiências sem, necessariamente, serem alvo de repressão direta por parte da polícia e sociedade civil, contudo, é importante ressaltar que a vigilância é uma constante. Tais descrições nos ajudam elucidar o

---

<sup>109</sup> DEPOENTE B, 2021.

<sup>110</sup> DEPOENTE B, 2021, grifo nosso.

porquê de não ocorrer batidas policiais e, quando de sua presença, agirem de forma respeitosa, como narrado anteriormente pelo depoente B. Observamos, também, que o perfil descrito não faz referência a travestis. Questionado sobre a presença delas, relata:

Não havia nenhuma, não havia nenhuma, só aqueles bares que eu falei, que que eram mais da periferia da cidade, eram **bares alternativos como a Toca do Caranguejo, Maria de Kalu**, aí era convidado os as transformistas, porque não chamavam de travestis, pra fazer show. Então era o playback ali, fazia o show, todo mundo batia palma e depois ele já saia vestido de homem, mas maquiado e continuava. **Agora, nas nas nos bares do centro da cidade, tipo Lampião, Aplauso, Barroco, Bom Bahiano você não via um travesti, uma travesti indo /.../ elas tinham uns apartamentozinhos no Edifício Prata, na na Rua João Suassuna, João Pessoa pra atender clientes.** Eram muito unidas entre si /.../ **elas não frequentavam os mesmos locais que a gente, como a gente também não frequentavam** apesar da gente conhecer e as vezes na praça parava uma ou duas a conversar, sem problema nenhum, conversava /.../<sup>111</sup>.

O que o depoente B pontua como sendo “sem problema nenhum” traduz, diante das relações apresentadas, que havia uma série de tensões que tentam ser naturalizadas. Observamos, anteriormente, como ele discorreu sobre práticas de repressão policial, algo distante da “nossa realidade”, e não ter presenciado em bares que frequentava. Casos teriam ocorrido nas ruas possuindo como alvo travestis que atuariam na prostituição e que, para proteção dos policiais, estes as extorquiam. Naquele momento já se apresentava distinções de espaços em que circulariam bem como diferentes experiências frente a policiais. Aqui, nesse novo trecho da entrevista, essas distinções voltam a aparecer em meio aos diversos ambientes comerciais de sociabilidade. Existem distinções de perfil do público e das atrações a depender de que local estes espaços estejam localizados.

Em bares localizados na periferia da cidade, tais quais Toca do Caranguejo, no bairro de Santa Rosa, e Maria de Calú, no bairro do Catolé, era possível encontrar transformistas que realizavam shows ao som de *playbacks*, para suas performances de dublagem. Apesar da aparente confusão sobre o que seria transformista e travesti presente na narrativa do depoente B, simultaneamente colocadas como sendo a mesma coisa<sup>112</sup>, a primeira estaria relacionada a

---

<sup>111</sup> DEPOENTE B, 2021, grifos nossos.

<sup>112</sup> Jaqueline Gomes de Jesus explica, em *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* (2012), que transformistas se refere a artistas transformistas, neste caso, homens fantasiados/vestidos com roupas atribuídas às mulheres que fazem uso estereotipado de feminilidade para fins artísticos e de entretenimentos, portanto, não seria uma identidade. Atualmente são chamados de *drag queens*. No que se refere a travestis, uma identidade de gênero, vivenciariam papéis de gênero feminino vindo a se reconhecerem como pertencente a um terceiro gênero ou um não-gênero (JESUS, 2012, p. 17-18).

prática de shows e a segunda à prostituição. Fora dos bairros periféricos travestis estariam limitadas às praças e pequenos apartamentos em ruas centrais como João Suassuna e Pres. João Pessoa, comumente relacionadas à prostituição. Contudo, o espaço público tem seu aspecto público reafirmado quando homossexuais cisgêneros e travestis conseguem conversar “sem problema nenhum”, o mesmo não ocorrendo em alguns bares.

Sobre a Toca do Caranguejo, nos diz:

/.../ então a gente tinha no Santa Rosa é a Toca do Caranguejo (incompreensível) era no domingo, abria só no domingo à tarde e rolava noite a dentro, então **era um bar das entendidas”, mulheres, mas aí a gente tomou conta.** Então a famosa dona chamava Mininha a.: **chave era no sutiã que ela abria a portinha “conheço você?”, se conhecia, entrava, se não conhecia, não entrava.** Então tinha show de drags /.../<sup>113</sup>.

Homens homossexuais não foram os únicos a criarem espaços onde eram presença majoritária. Mulheres lésbicas constituíram seus espaços em bairros periféricos o que nos permite interpretar que travestis não eram as únicas a terem acessos limitados a bares localizados no centro da cidade. A criação de espaços também levou ao desenvolvimento tático de mecanismos de controle de fluxo a fim de evitar conflitos em seu interior e repressão policial na medida que suas portas ficavam fechadas e eram abertas quando tratava-se de pessoas conhecidos (as) da proprietária.

Maiores detalhamentos acerca do referido bar foram discutidos em pesquisa do sociólogo Martinho Tota Filho de Araújo que usa uma série de entrevistas para se debruçar sobre sociabilidades homoeróticas nesta cidade, em *Identidades fragmentadas: culturas e sociabilidades homoeróticas em Campina Grande* (2006). Funcionando desde final da década de 1980 é descrita por ele como espaço comercial GLS da cidade com mais tempo em atividade, típico da periferia, decoração sem sofisticação e público nada seletivo, fechou suas portas em 2004. A Toca apresentaria um público com idade superior aos 30 anos, lésbicas e travestis que realizavam atrações como o concurso anual de Miss Campina Grande Gay. Havia, também, a presença de homens héteros que encontravam, nas travestis, forma de ganhar algum dinheiro ou bebidas alcoólicas, o que podemos entender como prostituição.

Nesse espaço violências faziam parte de uma realidade próxima. Há relatos de homens heterossexuais que se faziam presentes e que embriagados partiam para agressões físicas e

---

<sup>113</sup> DEPOENTE B, 2021, grifos nossos.

roubos, este sendo um dos motivos que o teria levado a fechar as portas naquele ano. Essas ocorrências foram apontadas por alguns de seus entrevistados como um dos motivos por não frequentarem a Toca do Caranguejo e preferirem ambientes localizados no centro da cidade por aparentar ter maior segurança e ter presença majoritária de “mais gay do sexo masculino ” (ARAÚJO, 2006, p. 97-98). A maior segurança existente na região central não resultaria em uma não ocorrência de casos de violência, seja por parte de civis ou policial, o que ficou evidente ao observamos como o depoente B narra saber de batidas policiais nas ruas, bem como elemento presente no jornal Diário da Borborema aqui discutidos. Um elemento comum coloca esses dois espaços em estreito diálogo, o perfil de quem seria alvo de ações repressivas, a travesti e o homossexual afeminado.

O espaço também atenderia cidades circunvizinhas, tais quais Pocinhos e Puxinanã. A presença de sujeitos vindo de outras localidades fora desta cidade a coloca numa posição na qual Campina Grande – PB estaria para grandes cidades, ou seja, sujeitos de cidades menores da região veriam nesta e em seus espaços de sociabilidade homoerótica como sendo de maior liberdade fora da vigilância que os cercariam naquela cidade em que residiria (ARAÚJO, 2006, p. 93; 95; 97; 108; 110). Seria para esta localidade que homens casados com mulheres cisgêneras viriam em busca dos prazeres homoeróticos, o que podemos supor tratar-se de homens bissexuais. A permissividade, como refere-se o depoente A, que permearia esta região passa a ser, então, experienciada de forma distinta entre as pessoas que aqui residem e aqueles (as) que para cá viriam em busca de espaços que lhes propiciasse maior liberação sexual. Ela, a permissividade, seria, contudo, restrita.

Dentre os estabelecimentos comerciais mencionados, o depoente A cita, sem maiores detalhes, o Chopp do Alemão enquanto um bar de frequência das homossexualidades. Esse mesmo espaço também foi analisado no estudo de Martinho Tota Filho de Araújo onde esclarece tratar-se de um dos mais antigos bares em funcionamento, até o período de realização de sua pesquisa. Pertencente a um alemão que fugiu de seu país natal quando da queda do Terceiro Reich<sup>114</sup>, ele sendo um apoiador nazista, vindo a inaugurar o estabelecimento, localizado na rua Eptácio Pessoa, em 1955. De frequência das homossexualidades, sobretudo por estar localizado próximo à boate Queen<sup>115</sup>, inaugurada em 1998, o ambiente apresentaria

---

<sup>114</sup> Período em que Adolf Hitler esteve no poder, na Alemanha (1934-1945).

<sup>115</sup> A boate foi tema de estudo em dissertação de Marianne Sousa Barbosa, *Boate Queen Vogue – Campina Grande – PB: espaço para afirmação de identidades homoafetivas?*, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, em 2012.

certa tolerância diante da presença destes (as). Numa relação de tolerância não eram permitidas demonstrações afetivas entre estes (as), vindo a ocorrer de um casal de namorados não ser atendido pelo garçom ao vê-lo aos beijos (ARAÚJO, 2006, p. 100-101).

No que se refere ao bar de Maria de Kalu, anteriormente mencionado pelo depoente B enquanto lugar em que era possível encontrar shows de transformistas, o descreve:

./.../ outro bar muito interessante também, que abria só aos domingos, era Maria de Kalu ./.../ engraçado, feliz, desinteressado com o mundo. Era uma casa fechada ./.../ então tinha o famoso mocotó (+) e todo mundo ia porque:: é:: tocava de tudo ./.../ e outra coisa, tocava música lenta, onde as pessoas podiam dançar agarradinhos então gerava um clima de toque, de sensações que as outras não tinham ./.../ então em Maria de Kalu se namorava muito, se:: se divertia muito, ela era muito divertida e quando tinha briga não era com os rapazes, eram as (+) é as meninas, então brigas assim de uma quebrar um samambaia na cabeça da outra, da polícia chegar pra ver se tinha menor aí fazia a batida e ia embora, dos vizinhos fazerem abaixo-assinado pra tirar e nunca conseguiram tirar ./.../116.

De acordo com a descrição observamos tratar-se de um outro bar onde é possível constatar a presença de mulheres. As dinâmicas de interações diferenciavam-se de bares localizados no centro da cidade, mesmo que voltados para o referido público, ou em bares em que sua presença fosse tolerada. Em Maria de Kalu era possível maior contato físico entre os (as) presentes guiados (as) por músicas lentas contribuindo, portanto, para que práticas de namoro fossem possíveis. O referido bar compôs estudo realizado pelo historiador Ciro Linhares de Azevedo, em *“O amor ainda está aqui”: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidades em Campina Grande – PB*, de 2015, onde analisou saberes e experiências de Valquíria Montini, travesti, e Maria de Calú<sup>117</sup>, mulher negra e lésbica.

A ideia de abrir um bar em sua casa surge da interação com amigos que lhe visitava, a qual foi sendo posta em prática diante de dificuldades econômicas e do receio de possíveis reações hostis por parte da sociedade campinense. Assim, em 1985 sua casa, localizada no bairro do Catolé, também seria o que ela pontua como o primeiro bar gay da cidade,

---

<sup>116</sup> DEPOENTE B, 2021.

<sup>117</sup> Existem divergências acerca da grafia de seu nome e, conseqüentemente, do bar. Os trabalhos de Martinho Tota Filho de Araújo e Ciro Linhares de Azevedo a/o cita como Maria de Calú/Bar de Maria de Calú, ocorrendo, também, da letra “u” vir sem o acento agudo, no caso da pesquisa deste primeiro. Em entrevista cedida pelo depoente B, em dado momento pontua que a grafia do nome seria com K, assim, Kalú/Kalu. Em nossa pesquisa temos feito a utilização do nome a partir da grafia presente no material utilizado no momento da análise.

desconhecendo qualquer outro voltado para o público das homossexualidades. De forma semelhante à Toca do Caranguejo, o bar de Maria de Calú fez uso de táticas para controle do público e forma de alertar os (as) presentes em caso de aproximação de policiais. Em entrevista cedida ao autor ela discorre que só era permitida a entrada de sujeitos (as) que ela identifica sse enquanto homossexual, o que fazia observando a presença de trejeitos. Somado a essa forma de controle também fazia o uso de cadeado para fechar a entrada e exercer maior controle do fluxo de clientes. Num espaço onde dançava homem com homem e mulher com mulher, Calú gritava “Troca! Troca! Troca!”, para evitar serem flagrados (as) pela polícia, a qual recebia produtos do bar de modo e estabelecer uma boa relação o que lhe permitiu conseguir certa corroboração de policiais em caso de vir a sofrer alguma invasão. O bar Maria de Calú fechou suas portas em 1996.

Precisaríamos de maiores espaços e tempo para aprofundarmos inúmeras questões e discorrer sobre tantos outros espaços em que homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais masculinos socializaram nesta cidade, contudo, esse capítulo precisa ter um fim. Além de ambientes comerciais, bares e lanchonetes, estas pessoas fizeram uso de espaços públicos, várias ruas e praças da região central e de ambientes privados, casas e pequenos apartamentos de amigos (as). A existência e as formas de uso desses espaços nos permitem compreender como diversas táticas foram empreendidas no fazer e na funcionalidade destes lugares em que se encontravam a vigilância e repressão que incitavam formas de burla por parte destes (as). Certamente que existiram diversos outros ambientes em que costumavam se encontrar e expressar seus “gritinhos” e “risadas histéricas”, sobretudo nos bairros periféricos, locais que não receberam grandes atenções por parte das fontes aqui utilizadas. É certo, também, que de modo mais amplo estas pessoas poderiam fazer de qualquer lugar um ponto de encontro para socializar, contudo, a menção de alguns no jornal e nos relatos dos depoentes permite compreender que se trata de meios significativos, expressivos onde comumente se faziam presentes.

Abaixo elaboramos uma tabela que sistematiza os espaços de sociabilidade. Alguns deles foram mencionados de forma vaga, então a sistematização é passível de revisão e complementação. Para tanto, alguns critérios foram seguidos: a) os lugares citados foram selecionados dentro do que foi mencionado nas fontes, podendo não constar nas análises realizadas nesta pesquisa, excluindo estabelecimentos que vieram existir a partir da década de 1990; b) os *espaços comerciais* foram subdivididos em duas categorias, *criados* e

(re)apropriados. A primeira subdivisão lista aqueles criados por estes (as) ou de frequência predominantes destes (as) e que visassem algum lucro, motivo que levou a casas de sujeitos serem inclusos na medida em que quartos podiam ser alugados para encontros. A segunda lista aqueles que não foram criados por estes (as), mas que serviam de pontos de encontro em menor predominância, se comparado com a listagem *criados*; c) praças, ruas e banheiros compõem a categoria de *espaços públicos* e d) *espaços privados*, aqui constando principalmente apartamentos e *kitnets*.

<b>ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DAS HOMOSSEXUALIDADES EM CAMPINA GRANDE – PB (1970-1980)</b>	
Espaços comerciais	<p><b>Criados:</b> Bar de Joca (Centro); O Lampião (Centro); Bar Barroco/Aplauso (Centro); Bar Maria de Calú (Catolé); Toca do Caranguejo/Bar de Menininha (Santa Rosa); Casa de Lourenço (Liberdade); Casa de Antônio Cândido (Liberdade); Bar do Bel; Sem Preconceito; 24 Horas; Vértice.</p> <p><b>(Re)Apropriados:</b> Arca Titã (Centro); Bar de Adonso (Centro); Chopp do Alemão (Centro); Cine Capitólio (Centro); Bar Bom Bahiano (Centro); Lanchonete Big Mix (Centro); Bar O Buracão (Centro); Bar Lennon (Centro); Shopping Iguatemi (Catolé); Bar de Dé (Liberdade); Bar do Novinho (Bodocongó); Cervejaria Visual (Centenário); Bar do Brito; Bar Arco-Íris; Bar Refavela; Bar do Sargento; Dr. Chopp; Boate One.</p>
Espaços públicos	<p>Teatro Severino Cabral (Centro); Praça da Bandeira (Centro); Praça Clementino Procópio (Centro); Pracinha do Sossego/Pracinha da Morgação (Centro); Praça da Estação Velha (Centro); Parque do Açude Novo (Centro); Rua Maciel Pinheiro (Centro); Rua João Pessoa (Centro); Rua Venâncio Neiva (Centro); Banheiros do Shopping Cirne Center (Centro); Banheiros da Rodoviária Nova (Catolé); Praça da Ternura.</p>

Espaços privados	Apartamentos no Edifício Rique (Centro); Kitnets na Rua João Pessoa (Centro); Kitnets na Rua João Suassuna; Edifício Prata e Alfaiataria de Abel.
------------------	--

**Tabela 2:** Espaços de sociabilidade das homossexualidades em Campina Grande – PB (1970-1980).  
Tabela autoral.

Em meio ao regime ditatorial, que cancelava a vigilância e repressão de corpos com suas práticas tidas enquanto desviantes, eles (as) estariam não apenas utilizando, mas ressignificando espaços que não foram pensados para estes (as), tampouco para reuniões durante a noite em que risinhos “históricos” e práticas de prostituição se faziam presentes. A utilização desses espaços demarcava, também, o perfil de quem os ocuparia. Haveria uma presença pontual de travestis e homossexuais “que davam pinta”; populares que não frequentariam determinados ambientes, ou estariam em menor número, e estariam limitados a regiões mais afastadas do Centro da cidade; alguns bares de frequência de intelectuais e artistas, lugares estes que demonstravam não simpatizar com a presença de travestis, lésbicas e homossexuais afeminados.

A região central da cidade é palco de relações complexas em que diversas questões são colocadas a luz, mesmo que esta luz seja a de postes que tiram da penumbra corpos dissidentes. Num mesmo espaço geográfico se tem espaços comerciais e públicos que aceitam e toleram determinados sujeitos (as) e formas de comportamento sob constante vigilância que parte da polícia, da sociedade civil e dos próprios homossexuais que rechaçam comportamentos que expressem trejeitos, esses dois primeiros atores sociais corroborando, também, em práticas de agressão física e verbal. Esse movimento sucessivo que insiste em criar e fazer uso desses espaços para socialização por e para pessoas marginalizadas reflete como mecanismos são desenvolvidos, táticas, numa delimitação geográfica de onde se tem tentativas de removê-los (as), evidenciando a não passividade destes (as) e seus pequenos sucessos no campo do outro (CERTEAU, 2014). Esse fazer fica ainda mais evidente quando constatamos, diante de nossa sistematização na tabela acima, a predominância de espaços (re)apropriados, englobando estabelecimentos comerciais e espaços públicos. Ou seja, não apenas ocupando espaço no campo do outro estes corpos estariam subvertendo-o a partir de suas necessidades que burlaria aquilo que se pretende enquanto norma.

A imbricação entre margem e centro perpassa todos os aspectos sociais que compõem esses sujeitos. A margem articula os espaços geográficos em que se inserem, seus corpos e suas

práticas artísticas e dialoga em seu interior e com o centro evidenciando, assim, sua mobilidade, sua não passividade num trilhar de movimentos que se infiltram e se (re)elaboram criando espaços radicais. Ela, a margem, também articula a questão econômica desses (as) sujeitos. O centro, o Estado ditatorial, incide, também, na privação econômica da classe menos favorecida o que leva ao desenvolvimento de alternativas de obtenção de lucro para atender a necessidades básicas de sobrevivência, um desenvolvimento econômico para viver. Essa movimentação não resultaria, necessariamente, numa forma consciente da pessoa neste desenvolvimento do que compreendemos enquanto forma de burla, oposição ou resistência. É em meio a esses fazeres que podemos vislumbrar a criação de espaços onde o poder e prazer articulam-se trilhando transformações mediante novos atos estéticos de resistência (CERTEAU, 2014; HOOKS, 2019; SANFORD, 2004).

É necessário ter a compreensão de que, histórias que englobam diversas pessoas e situações do cotidiano sob uma concepção guarda-chuva, simplificariam questões complexas e fundamentais para um profundo entender do cotidiano e das diversas demandas sociais desses grupos. Demandas estas que são essenciais serem apreendidas em momentos como os de transição de regimes antidemocráticos para democráticos. O fazer historiográfico que busca apreender concepções/entender globalizantes e que marginalizam outros (as), a exemplo do colocar o anticomunismo como principal interesse do regime ditatorial resultando num menor interesse pelas homossexualidades, o que não se sustenta quando analisamos diversas experiências, perde de vista o fazer no interior das classes e grupos, como é o caso das divergências entre as homossexualidades.

É certo que o Estado consegue manusear o poder de forma mais eficaz para aquilo a que se propõe. São inúmeras as situações e depoimentos presentes em produções que versam sobre a comunidade LGBT+ no Brasil e que apontam as ações eficazes de vigilância, controle, repressão e morte desta. Sua atuação ocorreria com importante participação e articulação de agentes policiais e de parte da sociedade civil, contudo, tal articulação não inibe movimentações contrárias, sejam com objetivos contestatórios ou não. A articulação dessas instâncias, que se articulam em conjuntos de grupos sociais, apesar de saberem das forças contrárias e que burlam normas sociais que se pretendem hegemônicas, talvez não tenham clara compreensão da extensão e da capacidade de que grupos sociais historicamente marginalizados têm de criar espaços de abertura radical e escapar parcialmente da vigilância e repressão.

Essas pessoas são capazes de criar sem que seja necessário a chancela do Estado ou da cooptação do sistema capitalista, via setores comerciais, com interesses em fazer uso desses (as) em seus palcos visando o lucro. Quando o jornal Diário da Borborema publica uma matéria, em 1983, onde diz que na cidade de Campina Grande – PB não existiria um mundo gay, ou seja, não dispunham de espaços de lazer nos moldes das grandes cidades, escapam de suas visões sociais que os “escândalos”, “bagunças” e “botar as unhas de fora” podem significar mais do que veem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lugar social do sujeito tem impacto naquilo que ele compreende acerca do mundo, nas suas relações sociais e no seu fazer cotidiano. As condições nas quais se encontram um pesquisador também interferem diretamente em pesquisas que desenvolve, nos caminhos e métodos necessários para conseguir atingir determinados resultados, sejam eles satisfatórios ou aquém do esperado. Quando se tem um estudo gestado diante de tantas limitações sejam elas impostas devido a questões econômicas, sem qualquer mínimo auxílio institucional e, também, de acesso a fontes e referências bibliográficas, é de se esperar que tais circunstâncias tenham impacto nos resultados finais do projeto. Diante disso, a manobra do historiador para conseguir articular questões do tempo presente, com o recurso de recorrer ao passado, a criatividade diante das análises surge enquanto elemento importante para que os principais objetivos sejam alcançados.

As considerações finais desta pesquisa se inserem num estudo que apresenta lacunas, apesar de todo esforço para supri-las. Antes de serem finais, acreditamos estar mais para considerações parciais tendo em vista compreendermos tratar-se de resultados moldados diante das dificuldades, já mencionadas, não sendo possível abarcar a proposta inicial deste projeto. Esse esforço para discorrer sobre corpos localizados numa cidade no interior do Estado da Paraíba se insere numa rede de produções que tem olhar para outras regiões, do nosso país, até então pouco exploradas. São estudos que, embora muitos recorram a fontes já conhecidas e bastante utilizadas, tais quais os jornais e entrevistas, fazem uso da criatividade na hora de articular novos conceitos, novas narrativas e métodos que dialogam de forma multidisciplinar.

Não somos pioneiros ao falar sobre as homossexualidades, nesta cidade de Campina Grande – PB. O levantamento e análise de produções acadêmicas, realizadas em áreas do conhecimento tais quais História e Ciências Sociais, nas universidades públicas aqui existentes mostraram que já foram alvo de investigações. Apesar disso, nossa pesquisa surge como uma nova possibilidade analítica, não só a nível regional, mas, também, nacional, preocupada com uma multiplicidade maior de sujeitos (as) e compreender os conflitos sociais não somente entre grupos sociais, mas, também, em seu interior. Olhar para este interior nos possibilitou uma melhor compreensão de como se dão as relações sociais em seu meio e como o Estado e sua defesa do heterossexismo, envolto num cenário de violência e repressão acentuada em

decorrência do regime ditatorial, agem sobre esses corpos de tal forma que estes rechaçam comportamentos dissidentes dentro da dissidência.

Associados ao comunismo, esses corpos dissidentes não irão escapar da mira da ditadura, questão discutida por vários trabalhos apontados nesta dissertação. O interesse por falar sobre a dissidência de gênero e sexualidade no contexto da ditadura civil- militar contribuiu com novas perspectivas que questionavam aquelas que apontavam, ainda em decorrência da limitação de trabalhos sobre a temática, que tais sujeitos (as) não importariam para o regime. Fica evidente, depois das discussões aqui realizadas, sobretudo no primeiro capítulo desta pesquisa, que diversos mecanismos foram utilizados para regular esses corpos não sendo necessário, portanto, que houvessem leis que fizessem claras menções, a exemplo do que aconteceu com a ditadura argentina. Atuar sobre as formas de comportamento estava na ordem do dia encontrava apoio em todos as classes sociais. Os meios de comunicação tiveram um papel importante já que conseguiam ter maior alcance e, portanto, maiores resultados na disseminação daquilo que fosse de seu interesse.

Quando nos debruçamos sobre esses corpos, na referida cidade, através do jornal Diário da Borborema e de entrevistas, observamos como o regime ditatorial detinha uma rede de ações bem mais interativas onde não se tinha única dependência do Estado. As ações de vigilância e repressão tinham estreito diálogo entre agentes do referido regime e membros da sociedade civil. A perspectiva de pensar o contexto enquanto ditadura civil-militar veio justamente nos dá suporte para pensar essas interações que visavam corpos dissidentes e comportamentos que fugissem daquilo que se tinha enquanto norma. Existe uma relação de poder, o Estado conseguindo ser mais eficaz naquilo a que se propõe, que perpassa essas pessoas e age sobre elas. Esse agir mostraria a existência de rupturas, nessas relações, pelas quais seria possível se esgueirar e perturbar a norma.

O jornal Diário da Borborema se constituiu no principal aliado dos letrados, que dispunham de acesso este, desta cidade. Sendo este o principal jornal que aqui circulava, ele foi responsável por reforçar estereótipos das homossexualidades, bem como denunciar práticas que significassem “desordem”. Suas matérias contribuía com o regime ditatorial ao defender condutas com base no heterossexismo o que corroborava, e abria espaço em suas páginas, para que todo “cidadão de bem” encontra-se apoio onde pudesse expressar seu descontentamento e solicitar maiores ações policiais ao se deparar com a presença de corpos, que ocupariam as praças com “risinhos” e “gritos histéricos”. Tal defesa de determinadas condutas também foi

encontrada em entrevista concedida pelo depoente B, o qual, com suas particularidades, reproduzia estereótipos associados a homossexuais afeminados e travestis, conforme analisamos ao longo destas páginas.

Aliado de um dado grupo social desta cidade, o referido jornal consistiu na nossa principal fonte para a explorarmos sobre formas de violência física contra esses corpos, o que não foi possível, em partes, obter por meio dos depoentes. Discussão centrada no nosso segundo capítulo, analisamos como os diálogos entre os vários agentes sociais, o jornal, a polícia e membros da comunidade civil, corroboram com práticas que colocam em risco a vida de corpos dissidentes ocorrendo, também, casos em que essas vidas são interrompidas. Cada agente possui sua forma de atuação, assim, a articulação destes resulta não somente na morte física como, também, a morte social, a negação de identidades, como é o caso daquelas que assumem uma feminilidade e a vê negada por textos jornalísticos que ressaltam seu nome atribuído quando do nascimento, assim como o uso de pronomes masculinos.

Em meio a esses conflitos encontramos diversas movimentações, aqui interpretadas enquanto formas de burla, de resistência, por parte de sujeitos (as) com suas identidades de gênero e sexualidade dissidentes. O nosso trabalho de garimpo resultou num apanhado de inúmeras situações onde, de algum modo, seja de forma individual ou em grupo, homossexuais, travestis, lésbicas e, possivelmente bissexuais, agiram contra concepções que defendiam a moral e os bons costumes. A utilização de espaços públicos, tais quais ruas e praças, num processo compreendido enquanto (re)apropriação; o fazer de novos espaços, seja aqueles inteiramente comerciais, a exemplo de alguns bares e boates e aqueles ambientes que se mesclavam entre moradia e estabelecimento de outras finalidades, alguns também servindo de bar ou de aluguel de quartos para pegação; resistência a batidas policiais e o fazer frente a diretoria do Teatro Severino Cabral, quando travestis quiseram e desfilaram durante o Festival de Inverno, na edição de 1979, irrompem em meio ao centro do adversário e tencionam esses espaços, o que foi ênfase do nosso terceiro capítulo.

A gama de ações aqui analisadas evidencia que, a seu modo, esses corpos socialmente marginalizados não caíram num lugar de passividade. Mesmo que estes ocupassem as margens, sejam esses lugares geográficos, a exemplo de bairros periféricos, seja as margens de seus próprios corpos e produções artísticas, fizeram uso da marginalidade enquanto local de produção de conhecimento, de contestação. O centro e a margem possuem uma relação estreita onde não é possível a existência de barreiras rígidas, há sempre meios em que essas fronteiras

podem ser tencionadas, e elas são. Além disso, o fazer cotidiano desses sujeitos (as) também está atrelado às suas necessidades econômicas, e não apenas de sociabilidade e sexual, assim, a construção de espaços de sociabilidade se viu enquanto alternativa para conseguir obter meios de se manterem vivos diante da necessidade financeira.

A existência desses ambientes de socialização, dentro das classificações aqui propostas<sup>118</sup>, nos leva a refletir sobre a possibilidade de cidades interioranas serem tidas enquanto local onde fosse possível experimentar uma maior liberação sexual. Campina Grande – PB dispunha de vários ambientes onde pessoas de diversos bairros e cidades circunvizinhas dançavam, consumiam bebidas alcoólicas, criavam novas amizades, paqueravam e tinham relações sexuais. A existência dessas opções poderia significar, sobretudo para quem residia em bairros periféricos e não dispunha de recursos para se dirigir a cidades maiores, e para quem vinha de regiões menores localizadas nos arredores, que a Rainha da Borborema expressaria uma maior permissividade de identidade de gênero e sexual. Tal compreensão é dúbia. Ao mesmo tempo em que poderia existir essa maior permissividade, as formas de vigilância, controle e repressão andavam juntos, o mesmo ocorria em grandes centros urbanos, conforme ressaltado em páginas anteriores.

Com isso dizemos que, o deslocamento para outras cidades em regiões interioranas, nos forneceu instrumentos que nos permitisse analisar o surgimento de seus próprios circuitos de sociabilidade, com suas dinâmicas e demandas. Certamente que existem semelhanças e inspirações quando se olha para cidades tais quais Rio de Janeiro e São Paulo, contudo, fica claro que é possível o desenvolvimento de estudos, a apreensão de novos fazeres e proliferações de espaços de sociabilidade sem ter como base cidades anteriormente citadas enquanto modelo de liberação das identidades de gênero e sexualidades dissidentes.

A mescla de discursos esmiuçados ao longo dessas páginas evidenciou a sua não unidade. São discursos que se insinuam em meio ao que se pretende uniforme, único, que visa silenciar o aquele que lhe seria contrário. Mesmo que veiculados sob um mesmo formato, a exemplo do jornal que consistiu em uma de nossas fontes, sua tentativa de unicidade é frágil quando nos atentamos ao que está além da superfície. Essa fragilidade, de um discurso que busca se colocar enquanto regra, é ainda mais acentuada quando acompanhamos aquele canal que serve de veículo ao longo do tempo e percebemos mudanças no que é dito. O periódico

---

<sup>118</sup> Ver tabela 2, Espaços de sociabilidade das homossexualidades em Campina Grande – PB (1970-1980), na página 148-149.

campinense apresentou uma série de mudanças ao longo do nosso recorte temporal, tais quais menções a travestis, a partir de 1978, assassinatos de corpos com suas identidades de gênero e sexualidade dissidente, que passa a ser noticiado a partir do começo da década de 1980 em meio a elogios acerca da desenvoltura destas em desfiles carnavalescos ao longo da mesma década.

Essa fragilidade também é visível nas entrevistas aqui utilizadas. Na medida em que temos dois sujeitos homossexuais, cisgêneros, brancos e com formação acadêmica, estes divergem entre si em alguns aspectos no que se refere a forma como lidam com as diferenças entre as homossexualidades. São discursos com origens diferentes, mas que partem de sujeitos pertencentes a um grupo social que tem as homossexualidades enquanto elemento comum, apesar disso, suas narrativas longe de se pretenderem uniformes, elas são permeadas por tensões internas. Para além das diferenças, o jornal e os depoentes se aproxima quando o assunto são formas de comportamento, ambos possuem suas formas de lidar com homossexuais afeminados e travestis, corpos que enfrentam conflitos por parte do Diário da Borborema e do próprio grupo social das homossexualidades.

Concluimos, portanto, que o silêncio não se fez presente em nenhum dos lados, seja do Estado ditatorial e seus apoiadores, seja por parte das identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Nossas fontes foram persuadidas, provocadas a falarem sobre inúmeros pontos considerados pertinentes para este estudo, contudo, antes disso estes corpos já se faziam serem vistos e ouvidos. E quando o silêncio se insinuou, nele também foi possível ouvir as movimentações de vigilância, repressão, cumplicidade e resistência num fazer tático cotidiano em meio as arenas de disputa, sejam elas as páginas jornalísticas, lugares localizados no Centro da cidade ou em bairros periféricos. É inegável a existência de uma gama complexa dessas relações que agem com múltiplos interesses. É inegável, também, que vir à luz possibilitou a criação de espaços radicais em meio as arenas de disputa pautadas em valores socialmente construídos, que se pretendem hegemônicos e que violentam o que hoje compreendemos enquanto comunidade LGBTI+. Assim como esses corpos dissidentes vieram à luz, a historiografia também tem feito tal movimento contribuindo com o narrar e analisar incontáveis narrativas destes (as) sujeitos (as).

## REFERÊNCIAS

### FONTES

- DEPOENTE A. Entrevistador: Paulo Roberto Souto Maior Júnior. Campina Grande, 2017. Arquivo pessoal.
- DEPOENTE A. Entrevistador: Paulo Roberto Souto Maior Júnior. Campina Grande, 2021. Arquivo pessoal.
- DEPOENTE B. Entrevistador: Paulo Roberto Souto Maior Júnior. Campina Grande, 2021. Arquivo pessoal.
- ACUSAÇÃO injusta leva popular à DVC. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 13 de mar. 1975.
- BAMBAS do ritmo pode ser campeã. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 21 de fev. 1980.
- BICHAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 29 de dez. 1979.
- CARNAVAL de Campina, um dos mais fracos de sua história. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 17 de fev. 1983.
- CAMPINA Grande festeja um dos mais fracos carnavais. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 08 de mar. 1984.
- CRIME do travesti: polícia já tem pistas e pode desvendar assassinato. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 27 de jun. 1981.
- CRIME do travesti: ‘gays’ ajudam polícia a encontrar o assassino. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 28 de jun. 1981.
- CRIME do travesti: delegado intima testemunhas e toma depoimentos hoje. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 07 de jul. 1981.
- GAYS tentam desvendar crime. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 28 de jun. 1981.
- GRECHT morre afogado num poço em L. Seca. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 01 de mar. 1983.
- HOMOSSEXUAIS encanados. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 27 de jul. 1975.
- HOMOSSEXUALIDADE é maior entre mulheres esportivas. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 19 de dez. 1975.
- MECÂNICO desconhece crime do travesti. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 02 de jul. 1981.
- MÉDICO paraibano acusado de morte de homossexual. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 27 de ago. 1980.

MISTÉRIO: travesti encontrado morto com um tiro de revólver. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 26 de jun. 1981.

MORRE afogado integrante de Bamba do Ritmo. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 01 de mar. 1983.

PROSTITUTAS e homossexuais causam problemas no Centro. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 15 de jul. 1976.

PROSTITUIÇÃO, o preço da carne humana. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 24 de jul. 1983.

SÃO João deixa saldo de quatro mortes em Campina. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 26 de jun. 1981.

SEM atrações carnaval de rua foi dos mais fracos. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 17 de fev. 1983.

TRAVESTI morre após atentado. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 18 de dez. 1981.

TRAVESTI ferido em Bayeux morreu no HAT. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 18 de dez. 1981.

TRAVESTIS invadem a sociedade. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 26 de fev. 1978.

TRAVESTIS queriam desfilar no teatro. **Diário de Borborema**, Campina Grande – PB. 27 de jul. 1978.

TRAVESTIS bagunçaram. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 02 de ago. 1979.

TRAVESTIS foi o que não faltou neste carnaval. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 02 de ago. 1979.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2ª ed. João Pessoa: EDUFPB, 1978.

ARAÚJO, João Diogo Trindade Cordeiro. **Estéticas da existência e sexualidade operária: discursos LGBTTTs no chão de fábrica em Campina Grande – PB (2009-2016)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

ARAÚJO, Martinho Tota Filho Rocha de. **Identidades fragmentadas: cultura e sociabilidades homoeróticas em Campina Grande**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Campina Grande, 2006.

AUYERO, Javier; LARA, Agustín Burbano de; BERTI, María Fernanda. **Violence and the state at the urban margins**. Disponível em: <<http://jce.sagepub.com/content/43/1/94>>. Acesso em: 21 de março de 2022.

AZEVÊDO, Ciro Linhares de. **“O amor ainda está aqui”**: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidades em Campina Grande – PB. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

AZEVÊDO, Rafaela Costa de. **A trajetória de João W. Nery e a transexualidade no Brasil nas décadas de 1970 e 1980**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2020.

BARBOSA, Marianne Sousa. **Boate queen vogue, Campina Grande – PB: espaço para afirmação de identidades homoafetivas?** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

BARROS, Azulmar Costa. **O carnaval de Campina Grande nas décadas de 60 e 70**. 2016. Monografia (Graduação em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENTIVOGLIO, Julio César; MERLO, Patrícia. **Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretária de Ensino a Distância, 2015.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In. COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In. COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BRAZ, Ednaldo da Costa. **As travestis e suas experiências no mercado de trabalho formal e informal em Campina Grande – PB (2000-2010)**. 2012. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

CAVALCANTE, Laís Medeiros. **Quero deixar de ser um menino dependente para ser uma mulher autônoma: os casos transgêneros nas tirinhas de Laerte Coutinho**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. **O jogo político da democracia: a luta simbólica no fim da ditadura brasileira**. Curitiba: Appris, 2018.

COLAÇO, Rita. **Uma conversa informal sobre homossexualismo**. Rio de Janeiro: R. Colaço, 1984.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e subversão no regime militar. In. GREEN, James N; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CRUZ, Rodrigo Rodrigues. **Do protesto às urnas: o movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, 2015.

DE LIMA OLIVEIRA, T. **Levantar bandeira e dar pinta: inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias**. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12524>>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010

DOURADO, Luiz Angelo. **Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão por liberdade. In. GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In. GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições gerais, 2006.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF martins fontes, 2010.
- GATICA, Mónica. Desigualdades e diferenças: história oral e movimentos sociais. In. LAVERDI, Robson; FRATSCHER, Méri; DUARTE, Regina Rosa; MONTYSUMA, Moraes F. Freire; Montenegro, Antonio Torres (Org.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Universitária UFPE. Florianópolis: UFSC, 2012.
- GREEN, James N; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2006.
- GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditaduras e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2015.
- GREEN, James N. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2019.
- GRELE, Ronald J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva a história oral. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GRITO, Tom. Gatilho. In. ALCALDE, Emerson (Org.). **LGBTQIA+**. São Paulo: Autonomia literária, 2019
- HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1994.
- HOOKS, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.
- JUNIOR, Luiz Gervázio. **As gay, as bi, as trans e as sapatão estão todas organizadas para fazer revolução**: uma revisão bibliográfica da emergência do movimento LGBT no Brasil e na Paraíba. 2020. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Estadual da Paraíba, 2020.
- LAHNI, Regina Cláudia; Auad, Daniela. Lésbicas na mídia: presenças e ausências em trabalhos de eventos acadêmicos. In. MAIOR, Paulo Souto; SILVA, Fábio Ronaldo da. **Páginas da transgressão**: a imprensa gay no Brasil. Uberlândia: O sexo da palavra, 2021.
- LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. **A frágil “abertura” de João Figueiredo**: a redemocratização campinense em apuros (1979-1985). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.
- LIMA, Jéssica Camêlo de. **Do mercado velho à nova feira**: a reestruturação da feira do bairro da Prata, Campina Grande – PB. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de

Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, 2015.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAIA, Carolina. Apontamentos para a construção de uma história da imprensa lésbica no Brasil. In. MAIOR, Paulo Souto; SILVA, Fábio Ronaldo da. **Páginas da transgressão**: a imprensa gay no Brasil. Uberlândia: O sexo da palavra, 2021.

MARTINS, Marco Antonio Matos; FERNANDEZ, Osvaldo; NASCIMENTO, Érico Silva do. **Acerca da violência contra LGBT no Brasil**: entre reflexões e tendências. Disponível em:  
<[http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278500487\\_ARQUIVO\\_ACERCADAVIOLENCIACONTRALGBTNOBRASIL.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278500487_ARQUIVO_ACERCADAVIOLENCIACONTRALGBTNOBRASIL.pdf)>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

MAZINO, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. Disponível em:  
<<https://scholar.google.com.br/citations?user=gmAp40KAAAJ&hl=pt-BR>>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

MOIRA, Amara. **Destino amargo**. In. MOIRA, Amara; NERY, João W; BRANT, T. **Vidas trans**: a coragem de existir. São Paulo: Astral, 2017.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In. GREEN, James N; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In. GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In. FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In. BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; MARQUES, Roberto. Políticas de aprisionamento de pessoas LGBT+ no Ceará: entre diretrizes do Estado e normas de presos facionados ou não. In. FERREIRA, Guilherme Gomes; KLEIN, Caio Cesar. **Sexualidade e gênero na prisão**: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal. Salvador: Devires, 2019.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

NETO, Evandro Elias de Barros. **Teatro e ditadura em Campina Grande: história e memória (1970-1985)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In. LAVERDI, Robson; FRATSCHER, Méri; DUARTE, Regina Rosa; MONTYSUMA, Moraes F. Freire; Montenegro, Antonio Torres (Org.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Universitária UFPE. Florianópolis: UFSC, 2012.

NÓBREGA, Rafael Carvalho. **A criminalização da homossexualidade na África frente ao caráter universal do direito humano à livre orientação sexual: o papel do direito internacional no combate à homofobia governamental**. 2014. Monografia (Especialização em Direitos Fundamentais e Democracia) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia (Org.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2018.

OLIVEIRA, André Lucas Gerreiro. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In. JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

OLIVEIRA, Bruno Silva de. **Práticas repressivas e resistência das homossexualidades nos discursos do jornal Diário da Borborema na cidade de Campina Grande (1975-1982)**. 2020. Monografia (Graduação em História) – Unidade Acadêmica de História, Universidade Federal de Campina Grande, 2020.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **O arco-íris (des)coberto: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais – os casos de Porto Alegre e Buenos Aires**. 2008. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **Batalha de confete no Mar de Xarayés: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **Homossexualidades e ditaduras militares: os casos de Brasil e Argentina**. Disponível em: <[www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1275391766\\_ARQUIVO\\_Passamani.Completo.FG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1275391766_ARQUIVO_Passamani.Completo.FG9.pdf)>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **Kairós e Carnaval: curso da vida, regime de visibilidade e condutas homossexuais no Pantanal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/48670>>. Acesso em 17 de maio de 2020.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. **Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativas nos trópicos:** um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lâmpião da Esquina (1978-1981). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRETES; Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil:** da sodomia ao homossexualismo. Disponível em <<https://vetustup.files.wordpress.com/2013/05/historia-da-criminalizacao-da-homossexualidade-no-brasil-da-sodomia-ao-homossexualismo-tc3balio-l-vianna.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2021.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria:** entrevista com Judith Butler. Estudos feministas, vol. 1, p. 155-167, 2002.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo:** quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2012.

SAMARA, Eni de Mesquita; Tupy, Ismênia S. Silveira. **História e documento e metodologia de pesquisa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANFORD, Victoria. Contesting displacement in Colombia: citizenship and state sovereignty at the margins. In. DAS, Veena; POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the state.** New Delhi, Oxford University Press, 2004.

SANTANA, Eder Luis. **LGBT como pauta do jornalismo:** visibilidade e limitações. Salvador: Devires, 2018.

SANTOS, Davi Elias Rangel. **História, memória e o ensino de história dos regimes não democráticos.** Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/ufesupem/article/view/18046>>. Acesso em: 05 de março de 2022.

SANTOS, Hélio Secretário dos. Luiz, o “bom moço”: assassinato, homossexualidade, sexualidade e prostituição na cidade de Teresina (PI) na década de 1980. In. RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso. **Clio sai do armário:** historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e voz, 2021.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo subjetividade na prática da história oral? In. LAVERDI, Robson; FRATSCHER, Méri; DUARTE, Regina Rosa; MONTYSUMA, Moraes F. Freire; Montenegro, Antonio Torres (Org.). **História oral, desigualdades e diferenças.** Recife: Universitária UFPE. Florianópolis: UFSC, 2012.

SILVA, Fábio Ronaldo da. **Era uma vez: uma breve história das revistas homoeróticas brasileiras.** Disponível em: <CESREI-uma-breve-historia-das-revistas-homoerotic-as-brasileiras.pdf>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

SILVA, Jaíne Chianca da. **Vai ter ChanaComChana, sim!:** construção de um grupo lsbiano feminista em São Paulo na década de 1980. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara:** resumo histórico do nascimento de travestis no Brasil. Picos, Jovanna Cardoso da Silva, 2021.

SILVA, Kaline Leandra Barbosa da. **O jornal da Paraíba e suas travestis:** os estereótipos de ser travesti (1990). 2017. Monografia (Graduação em História) – Unidade Acadêmica de História, Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

SILVA, Keila Queiroz e; LIMA, Priscilla Laryssa da Silva. **A festa como patrimônio cultural:** o carnaval popular em Campina Grande. Mouseion, Canoas, n. 39, p.01-18, nov. 2021.

SILVA, William Dias. **Profissão sim, condição não:** um discurso do Diário da Borborema e Jornal da Paraíba sobre a homossexualidade. 2011. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Departamento de Comunicação Social, Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

SIMÕES, Júlio Assis; Facchini, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVANA, Nascimento; FRANCH, Mônica (Org.). **Entre o sertão e o mar:** políticas e poéticas LGBTs na Paraíba. Salvador: Devires, 2018.

SILVA, Valdeci Gonçalves da. **Faca de dois gumes:** percepções da bissexualidade masculina em João Pessoa. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Intercom; Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

SOLIVA, Thiago Barcelos. A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da Turma Ok. In. GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

SOUTO, Gabriel de Araujo. **AeC e Orbitall:** trabalho e precarização dos atendentes de Call Center em Campina Grande (2020-2021). 2021. Monografia (Graduação em História) – Unidade Acadêmica de História, Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (Org.). **Populares na cidade:** vivências de trabalho e lazer. João Pessoa: Ideia, 2011.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Prismas, 2017.

WELZER- LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Estudos feministas, vol. 2, p. 460-482, 2001.

## SITES

Observatório de mortes LGBTI+ no Brasil. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2020/>>. Acesso em 19 de maio de 2021.

COLLINS, Lauri. O movimento LGBTQ+ em Rondônia, 04 de jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WJ0C1uYuND0>>. Acesso em 04 de outubro de 2021.

G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

HIGA, Carlos César. Diretas já; Brasil escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/direta-ja.htm>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2009/09/o-cinema-babilonia-foi-inaugurado-em.html#.YkoC7CiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2016/03/a-praca-da-bandeira-por-walter-tavares.html#.YkoMwyiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2009/11/o-calcadao-de-campina-grande.html#.YkoQBiiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2010/02/nos-tempos-do-eldorado.html#.YkoVhyiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

Meu dicionário. Disponível em: <<https://www.meudicionario.org/abatido>>. Acesso em 20 de abril de 2022.

Lagoa Seca. Disponível em: <<https://lagoaseca.pb.gov.br/portal/historia/>>. Acesso em 20 de abril de 2022.

SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2012/11/teatro-municipal-severino-cabral.html?m=1>>. Acesso em 10 de maio de 2022.

SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2014/11/a-praca-joao-rique-no-centro-de-campina.html#.YkorOyiZPIV>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2010/05/memoria-fotografica-o-posto-central.html#.YkomJCiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

SOUSA, Emmanuel; ARAUJO, Adriano. Retalhos históricos de Campina Grande. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2016/10/o-banco-industrial-de-campina-grande-sa.html#.YkokNCiZPIU>>. Acesso em 03 de abril de 2022.

AABB Campina Grande – 64 anos de diversão e lazer. Disponível em: <<https://aabbcg.com.br/2018/08/06/aabb-campina-grande-64-anos-de-diversao-e-lazer/>>. Acesso em 11 de maio de 2022.

A história do hospital Antonio Targino. Disponível em: <<https://youtu.be/6Ua2NRnhxKw>>. Acesso em 07 de junho de 2022.

A folia do papangu no carnaval de Bezerros. Disponível em: <<https://www.bloguito.com.br/a-folia-do-papangu-no-carnaval-de-bezerros>>. Acesso em 26 de dezembro de 2022.

## FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

**HAIR.** Direção de Milos Forman. EUA: United Artis, 1979.

GEOGRAPHIC, National. Explorer investigation – intolerância LGBTQI+. 2018. (22m59s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g2CzjoD8dY&t=391s>>. Acesso em 21 de outubro de 2019.

**POSE.** Direção de. FX, 2018-2021.

## **ANEXO**

Para salvaguardar a identidade dos depoentes pela natureza da pesquisa, declaro que os mesmos assinaram os termos de consentimento autorizando, portanto, a utilização de suas declarações com fins científicos.